



PERÍODO DE GESTÃO 2011 - 2015

Maringá-PR, 2011

DIRETOR PRESIDENTE DA MANTENEDORA

Claudio Ferdinandi

REITOR

Wilson de Matos Silva

VICE-REITOR E PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Wilson de Matos Silva Filho

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Wilson de Matos Silva

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO

Flávio Bortolozzi

DIRETOR DE PLANEJAMENTO ACADÊMICO

Marcos A. Schiavoni

DIRETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Adriano Rogério Goedert

DIRETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS

Flávio Bortolozzi

DIRETORA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

Solange Munhoz Arroyo Lopes

DIRETORA DE PESQUISA

Ludhiana Ethel Silva Bertoncello

DIRETOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

Valdecir Bertoncello

DIRETOR DE EXTENSÃO E APOIO COMUNITÁRIO

Cláudio Alexandre Ferdinandi

DIRETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Willian Victor Kendrick de Matos Silva

DIRETOR DE SERVIÇOS ACADÊMICOS

Ricardo Carvalho Rodrigues

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
1. PERFIL INSTITUCIONAL	11
1.1 HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO	11
1.2 O CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ ATUAL – ESTRUTURA EXISTENTE E O PRÓXIMO QUINQUÊNIO	13
2. INSERÇÃO REGIONAL	16
3. MISSÃO E VISÃO	19
3.1 MISSÃO	19
3.2 VISÃO	19
4. OBJETIVOS E METAS	20
4.1 OBJETIVOS E METAS PARA O ENSINO	20
4.2 OBJETIVOS E METAS PARA A PESQUISA	29
4.3 OBJETIVOS E METAS PARA A EXTENSÃO	36
4.4 OBJETIVOS E METAS PARA A GESTÃO ACADÊMICA	39
4.5 OBJETIVOS E METAS PARA A GESTÃO ADMINISTRATIVA	48
5 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	57
6 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	58
6.1 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS GERAIS	61
6.1.1 REFERENCIAL ÉTICO-POLÍTICO	63
6.1.2 REFERENCIAL FILOSÓFICO-EDUCACIONAL	67
6.2 PERFIL DO EGRESSO	72
6.3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	72
6.3.1 POLÍTICAS DE ENSINO	72

6.3.2	POLÍTICAS PARA O ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	75
6.3.3	POLÍTICAS PARA A PESQUISA	76
6.3.4	POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO	78
6.3.5	POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	80
6.3.6	POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	81
6.3.7	POLÍTICAS PARA A GESTÃO	83
6.4	CONCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM DE CURRÍCULO E DO PLANEJAMENTO	86
6.5	AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DISCENTE	93
6.6	POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO SOCIAL	93
6.7	DIVULGAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	95
6.8	RESPONSABILIDADES E DESAFIOS IMPOSTOS	96
7.	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	97
7.1	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	98
7.1.1	ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO CURRÍCULO	100
7.2	INOVAÇÕES CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS, ESPECIALMENTE QUANTO À FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES	101
7.3	FLEXIBILIZAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO	102
7.3.1	FLEXIBILIZAÇÃO E OS PROCESSOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	103
7.3.2	FLEXIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	104
7.4	AVALIAÇÃO DISCENTE	104
7.5	PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS	105
7.5.1	PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS E A ARTICULAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS	105
7.5.2	MATERIAL PEDAGÓGICO	106

7.5.3	INCORPORAÇÃO CRESCENTE DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO	106
7.5.4	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS	106
7.5.5	POLÍTICAS DE ESTÁGIO, PRÁTICA PROFISSIONAL E ATIVIDADES COMPLEMENTARES	108
8.	CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS	111
9.	PERFIL DO CORPO DOCENTE	119
9.1	POLÍTICA DE PESSOAL E DE QUALIFICAÇÃO	119
9.1.1	CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	119
9.2	PROCESSO DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE DOCENTES	120
9.2.1	POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO E PLANO DE CARREIRA DO CORPO DOCENTE	121
9.2.2	PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO (DEFINITIVA E EVENTUAL) DOS PROFESSORES DO QUADRO	122
10.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	123
10.1	A ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ: ÓRGÃOS EXECUTIVOS	124
10.2	GABINETE DA REITORIA, ASSESSORIAS E ÓRGÃOS ESPECIAIS	125
10.3	ÓRGÃOS COLEGIADOS	126
10.4	ÓRGÃOS E ATIVIDADES DE APOIO ACADÊMICO	127
11.	PROCEDIMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	128
11.1	POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	128
11.2	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – CPA	130
12.	POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	131
12.1	PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO	131

12.2 POLÍTICA PARA EGRESSOS	133
12.3 POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	133
13. INFRAESTRUTURA FÍSICA	136

APRESENTAÇÃO

O presente documento torna público o **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)** do **Centro Universitário de Maringá**.

Para a elaboração do PDI, a colaboração e envolvimento dos setores institucionais, acadêmicos e administrativos foram fundamentais, de modo que o plano refletisse o compromisso de todos os níveis da organização. No **Centro Universitário de Maringá**, a ênfase na elaboração de planos e estratégias tem início com a própria instituição, e pode ser observado nos resultados do PDI anterior, que teve vigência 2005-2010.

Alguns resultados podem e devem ser destacados, pois refletem a busca interminável pela oferta de serviços de qualidade: consolidação dos 83.678 mil m² de área construída, que abriga 251 salas de aula, 05 anfiteatros e 100 laboratórios; crescimento do acervo da biblioteca de 80 para mais de 200 mil livros; recondição da IES em 2006; revisão permanente dos projetos pedagógicos dos cursos; autorização da modalidade de ensino à distância e implantação do NEaD; criação do financiamento estudantil interno e adesão ao PROUNI e PROMUBI; criação do núcleo de apoio pedagógico – NAP; criação de novos cursos de engenharia e cursos superiores de tecnologia, dentre outros; novos grupos de pesquisa financiados pela IES, CNPQ, FUNADESP e Fundação Araucária; criação do núcleo de práticas jurídicas – NPJ e implantação do juizado especial; credenciamento da clínica de fonoaudiologia pelo SUS; construção da praça do conhecimento; implantação do centro de convivência acadêmica com restaurante escola, agência de turismo escola, farmácia escola, bancos e caixas eletrônicos, salão de beleza e livraria; implementação de geração própria de energia para situações de emergência; implantação do projeto de atendimento aos portadores de necessidades especiais; implantação do centro de pesquisas em biotecnologia, credenciamento do mestrado em direito; modernização da central de atendimento; aperfeiçoamento do sistema acadêmico; implantação da emissora de rádio própria; implantação do núcleo integrado de saúde – NIS Aclimação dentro do *campus*; criação do projeto institucional para a disciplina de formação sociocultural e ética; início da construção do museu histórico de Maringá; ampliação e criação de novos laboratórios e clínicas; criação da orquestra filarmônica e do coral; ampliação dos recursos

multimídias disponíveis aos docentes; ampliação do estacionamento em mais de 1000 novas vagas; e ampliação da biblioteca, de 2 mil para 4 mil m².

O **Centro Universitário de Maringá**, ao explicitar seu Plano de Desenvolvimento Institucional, está fazendo um exercício constante de pensar estrategicamente o seu futuro, definindo as metas que pretende atingir, facilitando o diálogo institucional com todos os segmentos da comunidade diretamente envolvidos. Para isso, busca garantir a articulação das metas propostas em torno dos objetivos institucionais, revisando e atualizando à medida que estratégias são redirecionadas aos objetivos institucionais.

Este documento trata da continuidade do quinquênio anterior, e é fruto dos resultados apresentados nos Relatórios de Auto Avaliação Institucional da CPA, das reuniões periódicas de discussão acadêmica, seja do conselho superior universitário ou do conselho de ensino, pesquisa e extensão, além das transformações que se percebem na sociedade local.

Nesse sentido, o documento materializa as metas definidas para o desenvolvimento institucional do **Centro Universitário de Maringá** na forma de planos de ação, cuja execução, sob responsabilidade dos dirigentes e dos órgãos colegiados desta IES, será acompanhada e avaliada pela comunidade. Tendo em vista a sua concepção como planejamento estratégico, entendemos que o presente PDI deverá ser periodicamente revisto e reformulado, caso seja necessário, pois a gestão da Instituição **Centro Universitário de Maringá** constitui-se num processo dinâmico, visando a perpetuidade da mesma.

Prof. Wilson de Matos Silva

Reitor

INTRODUÇÃO

O **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI** - do **Centro Universitário de Maringá**, apresentado a seguir, além de constituir uma exigência da atual legislação do ensino superior, expressa as finalidades e as projeções do Centro Universitário de Maringá no **quinquênio 2011-2015**.

Deste modo, o presente plano visa:

- I. preparar a transformação do **Centro Universitário de Maringá** em Universidade;
- II. estabelecer uma sistemática educacional que possa ser compreendida, aplicada e validada em condições reais.
- III. estabelecer as bases conceituais, metodológicas e operacionais do projeto de desenvolvimento da instituição;
- IV. atender às necessidades institucionais de planejamento e permitir a adequação ao contexto econômico, social e cultural;
- V. consolidar as bases de agente transformador da sociedade na qual se insere.

O PDI foi elaborado em consonância com os princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas do Centro Universitário de Maringá com sua organização didático-pedagógica que define suas políticas de ensino, pesquisa, extensão, gestão e da responsabilidade social da IES, políticas que são de grande relevância com a determinação de contribuir para a comunidade onde está inserida e a sociedade em geral em seu fazer, no cumprimento de sua missão de “Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária”.

Para a elaboração deste PDI foi mobilizada a participação de todos os setores da Instituição. Para tanto, a Diretoria de Planejamento de Ensino - DPE - demandou a cada setor do Centro Universitário de Maringá que elaborasse um Plano de Ação Integrada. As ações desencadearam dois grandes conjuntos de atividades:

- I. Análise dos aspectos do PDI 2005-2010, visão retrospectiva e seus resultados.

- II. Definição de estratégias, seus respectivos objetivos e metas para o PDI 2011-2015 de cada setor, em todas as abordagens e perspectivas futuras, trazendo no seu bojo o diagnóstico institucional e as propostas.

O Plano apresentado reflete a integração desses dois processos de construção, buscando incorporar, também, as orientações emanadas do Ministério da Educação e demais órgãos competentes. O documento está organizado segundo a legislação em vigor, ancorado pelos decretos 5773/2006; 5786/2006; Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96; Lei 10861/04.

Considerando a dinâmica dos ambientes interno e externo da instituição, o presente plano constitui-se de um conjunto de compromissos, possibilidades e intencionalidades do Centro Universitário de Maringá que deverá ser continuamente monitorado e ajustado para atender aos desafios apresentados.

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

O **Centro de Ensino Superior de Maringá - CESUMAR** é pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Maringá – Estado do Paraná, fundado em 7 de junho de 1986.

A atuação na educação superior teve início no ano de 1990 com a implantação do Curso de Administração, autorizado a funcionar pelo Decreto Federal nº 98.471, de 5 de dezembro de 1989.

No mesmo ano, de 1990, teve início o funcionamento do curso superior de Tecnologia em Processamento de Dados, cuja autorização ocorreu em 5 de janeiro de 1990, com a publicação do Decreto Federal nº 98.796. A Instituição mantida para agregar os cursos autorizados foi a Faculdade de Administração e Informática de Maringá, que também abrigou os cursos de Ciências Contábeis, autorizado a funcionar pelo Decreto Federal de 11 de abril de 1994 e Direito, aprovado pelo Decreto Federal datado de 21 de junho de 1994.

No ano de 1998 foram credenciadas as seguintes faculdades, também mantidas pelas Faculdades Integradas de Maringá (FAIMAR): Faculdade de Comunicação Social de Maringá, Faculdade de Medicina Veterinária e Fisioterapia e Faculdades Integradas de Maringá que abrigaram os respectivos cursos. O Processo de transformação das faculdades existentes em Faculdades Integradas de Maringá, assim como seu Regimento Unificado, foi consolidado com a aprovação do Parecer nº 467/99-CES, de 18/05/99 e publicação da Portaria Ministerial nº 1.092/99-MEC, de 13/7/99 no diário Oficial da União de 16/7/99, cujo Processo recebeu o nº 23025.005571/98-16.

A Instituição também investiu no financiamento da educação, implantando, no ano de 1993, o Programa de Crédito Educativo Interno, sendo que atualmente, possuímos cerca de 540 contratos ativos e o valor da carteira atual encontra-se em aproximadamente R\$ 90.000,00 (Noventa Mil Reais) concedidos de descontos mensalmente aos alunos.

O ano de 1993 também marcou a Instituição com o Reconhecimento dos dois primeiros cursos – Administração, reconhecido pela Portaria Ministerial nº 7 583/93-MEC, de 16/02/93 e

Tecnologia em Processamento de Dados, reconhecido pela Portaria nº 728/93-MEC, de 29/04/93.

A consolidação do processo administrativo da Instituição ocorreu, notadamente no ano de 1995, com investimentos em informatização visando à garantia da qualidade do gerenciamento das atividades acadêmicas e administrativas. Nesse período foi desenvolvido o Sistema de Administração Escolar – AES.

Os anos seguintes foram marcados pela ampliação gradativa do patrimônio físico da Instituição. A aquisição de 1,5 alqueires de terra no ano de 1997 e mais dois alqueires, no ano de 1998, ampliou a área total do campus para 5,5 alqueires (134,2 mil m²).

A estrutura organizacional da Instituição mantida foi reformulada e implantada no ano de 1997, quando foram criados a Diretoria Administrativa e Diretoria de Ensino e seus diversos órgãos de execução do processo administrativo/pedagógico.

As atividades de extensão e prestação de serviços se consolidaram e tomaram impulso com a criação do Núcleo de Prática Jurídica, que além de atender a obrigatoriedade curricular do curso de Direito, presta atendimento à população carente que necessita de assistência Jurídica. Também foram implantadas as semanas acadêmicas dos cursos de graduação, organizadas pelos respectivos alunos e órgãos colegiados.

O ano de 1999, além da consolidação da Instituição e implantação dos diversos cursos na graduação e na pós-graduação com cursos de especialização e mestrado, também foi marcado pela valorização da Iniciação Científica com a realização do 1º congresso de Produção Científica das FAIMAR, realizado no mês de outubro de 1999. No ano de 2001, realizou-se o II EPCC¹ de 23 a 25 de outubro de 2001.

Em janeiro de 2002 recebeu parecer favorável do Ministério da Educação para transformação das Faculdades Integradas de Maringá em **Centro Universitário de Maringá**, através do Parecer CNE/CES nº 1.359/2001 de 12/12/2001, Portaria Ministerial nº 95 de 16/1/2002.

O Centro de Ensino Superior de Maringá dedicou os quatro primeiros anos de sua instalação para a consolidação dos dois cursos de graduação implantados. A ampliação das instalações físicas, principalmente àquelas destinadas a laboratórios, biblioteca, espaços

acadêmicos diversos, instalações administrativas, de esporte e lazer e, ainda, para atividades docentes e discentes.

Os cursos de graduação formam bacharéis, licenciados e tecnólogos, por meio de práticas pedagógicas contextualizadas e críticas, estimuladoras e promotoras da cidadania.

O Incentivo à pesquisa e a pós-graduação acontece, no **Centro Universitário de Maringá**, pelo cultivo da atitude e a teorização da própria prática educacional, por meio de uma política de promoção do desenvolvimento científico, consubstanciada no estabelecimento de linhas prioritárias de ação, a médio e longo prazo; na concessão de bolsas ou auxílios para a execução de projetos científicos e na formação de pessoal em cursos e programas de pós-graduação.

Em 2011, com 19 anos de existência e cerca de 90 mil metros quadrados de área construída num terreno com área total superior a 500 mil metros quadrados, O **Centro Universitário de Maringá** possui cursos superiores na modalidade presencial e a distância; cursos de Pós-graduação “Lato Sensu” nas diferentes áreas do conhecimento e um Programa de Pós-graduação “Stricto Sensu” - Mestrado em Direito, devidamente recomendado pela CAPES. Como complemento aos projetos desenvolvidos, mantém convênio com várias instituições de ensino, pesquisa e extensão no país e no exterior, com o objetivo de favorecer o intercâmbio entre professores e alunos, desenvolvendo atividades culturais, científicas e tecnológicas.

1.2 O CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ ATUAL – ESTRUTURA EXISTENTE E O PRÓXIMO QUINQUÊNIO

Considera-se de extrema importância essa transformação, visto que, mediante as legislações do Ministério da Educação, somente são credenciadas como Centro Universitário as instituições que possuem capacidade administrativa e de infraestrutura; qualificação acadêmica e experiência profissional do corpo docente; conceitos e resultados obtidos nos Exames Nacionais de Cursos, bem como em avaliações feitas pelo próprio Ministério. Assim, conforme Portaria do Ministério da Educação, nº 95 de 16/1/2002, publicada no DOU de 18/1/2002, na Seção 1, página 29, as Faculdades Integradas de Maringá ficam credenciadas como **Centro Universitário de Maringá**.

Trata-se de um sonho idealizado por um grupo de educadores e que está se concretizando. Alicerçado neste ideal, o **Centro Universitário de Maringá** tem como lema: “Atuar no presente e projetar-se para o futuro, na busca constante de soluções para os desafios da atualidade”, pois sabemos que “sem desafios, não há mérito na vitória, nem mesmo há vitórias”. Desde 1986, quando foi fundado, esse crescimento acadêmico tem alcançado, cada vez mais, o respeito da sociedade e, portanto, a cidade de Maringá ganha sua segunda instituição universitária.

O **Centro Universitário de Maringá** disponibiliza, para 2011, uma infraestrutura capaz de atender uma comunidade acadêmica com cerca de 19 mil alunos, assentada em 90 mil m² de área construída, assim distribuída: 14 blocos; 210 Salas de Aula; 85 Laboratórios; cinco Clínicas (Fonoaudiologia, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia e Psicologia); quatro Anfiteatros; Núcleo de Prática Jurídica e Hospital Veterinário; Biblioteca Central com um acervo de mais de 200 mil livros, mais de 2500 fitas de vídeo e 3.230 multimeios; cerca de 17.000 artigos indexados, coleção de periódicos com mais de 2.700 periódicos nacionais e estrangeiros; Centro de Hospitalidade (Hotel e Restaurante); dois Restaurantes, três Cantinas, três Ginásios de Esportes cobertos, o principal deles com capacidade para acomodar 3.000 pessoas; duas Quadras de Tênis, Pista de Atletismo, Campo de Futebol Suíço; Fazenda Escola Experimental e estacionamentos internos, estruturados para acomodar 3.000 veículos.

Além dos espaços para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, a instituição disponibiliza uma área de 15.939m² para a convivência de alunos, professores e técnicos administrativos, e possui ainda a Rádio CESUMAR que abriga três projetos de extensão, os quais envolvem 12 professores, 34 alunos e três técnicos administrativos, além de serviços de atendimento à comunidade acadêmica, tais como: Agências bancárias - Banco Real e Banco do Brasil, uma farmácia e drogaria, seis postos de reprografia (terceirizados), uma livraria e papelaria e terminais de consultas on-line.

Para garantir a excelência de ensino e a qualidade na pesquisa e extensão, a instituição possui um corpo docente formado por 55% de doutores e mestres e uma equipe de técnicos e profissionais preparados para o desenvolvimento das atividades necessárias ao bom desempenho do Centro Universitário.

O incentivo à pesquisa e à pós-graduação ocorre, no **Centro Universitário de Maringá**, pelo cultivo da atitude científica e a teorização da própria prática educacional, por meio de uma

política de promoção do desenvolvimento científico, consubstanciada no estabelecimento de linhas prioritárias de ação, a médio e longo prazo, na concessão de bolsas ou de auxílios para a execução de projetos científicos e na formação de pessoal em cursos e programas de pós-graduação.

A oferta de pós-graduação *stricto-sensu* se dá por meio do Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas, área de concentração: Direitos da personalidade na tutela jurídica privada, nível: mestrado acadêmico, recomendado pela CAPES.

No ano de 2011, foram ofertados 24 cursos de pós-graduação *lato-sensu*. Além disso, o **Centro Universitário de Maringá** possui 19 grupos de pesquisa cadastrados no Diretório de Pesquisa do CNPq, 204 projetos de iniciação científica, 52 acadêmicos bolsistas de iniciação científica e 51 projetos de pesquisa docente.

No mesmo ano, foram celebrados, aproximadamente, 27 (vinte e sete) convênios com instituições públicas e privadas, perfazendo um total de 288 convênios, que permite à Instituição a ampliação de novas parcerias para que a missão institucional seja alcançada.

O fortalecimento das relações internacionais, o intercâmbio e desenvolvimento de ações na área de tecnologia e de negócios, a implementação de ações de cooperação nos campos do ensino, pesquisa, extensão e de assessoria nas áreas de planejamento estratégico e gestão universitária são objetivos da cooperação internacional que o **Centro Universitário de Maringá** estabelece, principalmente, com os países de língua portuguesa. Aliando a infraestrutura à prática educacional, o **Centro Universitário de Maringá** procura oferecer formação sólida, garantindo ao aluno o aprendizado que lhe permita atuar com competitividade no mercado de trabalho.

2. INSERÇÃO REGIONAL

A cidade de Maringá completa sessenta e cinco anos de fundação neste ano de 2011, reforçando como nunca o binômio desenvolvimento e preservação ambiental – uma cidade politicamente correta. É o terceiro maior município do Estado do Paraná. Foi construída de forma planejada. Sua arquitetura nasceu



da prancheta do urbanista Jorge Macedo Vieira e do espírito empreendedor de seus primeiros moradores.

Maringá é polo de uma região que abrange mais de 100 municípios. As diversas etnias formam um meio cultural múltiplo, incluindo descendentes de alemães, italianos, japoneses, árabes, portugueses, espanhóis e de outras nacionalidades. A economia sente o reflexo dessa diversificação. Nos dias atuais, com a derrubada de fronteiras do Mercosul, são cada vez maiores os investimentos estrangeiros na cidade.

A região polarizada por Maringá é o que é, economicamente, por causa da agricultura. Se normalmente a região converge para a cidade, em época de safra a procura é ainda maior, o que movimenta o comércio e a indústria.

O pioneirismo do maringaense pode ser percebido em qualquer parte do município. Cidade planejada, o verde em harmonia com o concreto, uma catedral em forma de cone, com 124 metros de altura, a segunda maior cooperativa singular do país, pioneira em vários tipos de cultura, um dos maiores centros produtores de grãos do país e por aí adiante. Estes são apenas alguns dos fatores que fazem do município de Maringá, uma região peculiar dentro do DGE 33.

Vocacionada para desempenhar o papel polarizador de centro dinâmico de uma extensa região em desenvolvimento, Maringá tem cumprido com fidelidade essa destinação histórica, constituindo-se no principal núcleo populacional da Microrregião 9 - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense - AMUSEP, a qual congrega 28 unidades municipais e amplia sua

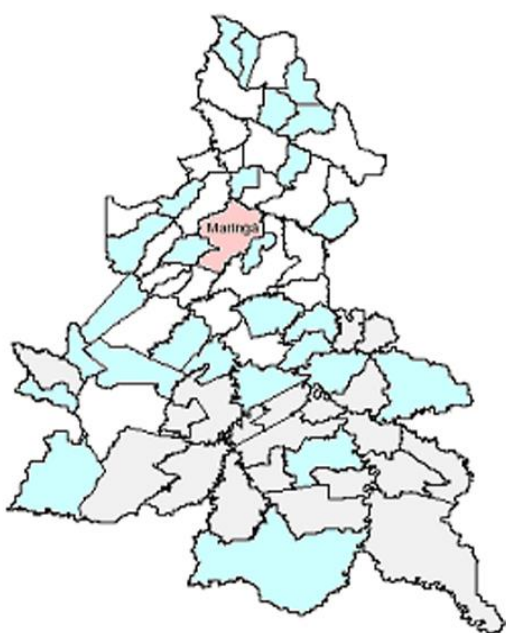
esfera de influência social, econômica e política para uma área estadual ocupada por cerca de 4.000.000 de habitantes.

Na região, destacam-se Maringá, cidade sede, com uma população estimada em 350.000 habitantes, com área de 473,00 km², e outras cidades como Londrina, uma das mais populosas do DGE-33, Apucarana, Astorga, Colorado, Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva, Paiçandu e São Jorge do Ivaí, municípios mais populosos do Setentrão Paranaense.

Região 1	Região 2	Região 3
Astorga	Ângulo	Arapuã
Atalaia	Araruna	Ariranha do Ivaí
Campo Mourão	Bom Sucesso	Barboza Ferraz
Colorado	Borrazópolis	Cândido de Abreu
Doutor Camargo	Cafeara	Corumbataí do Sul
Engenheiro Beltrão	Faxinal	Cruzmaltina
Floraí	Fênix	Farol
Floresta	Guaraci	Godoy Moreira
Flórida	Itaguajé	Grandes Rios
Iguaraçu	Ivaiporã	Iretama
Itambé	Kalorê	Jardim Alegre
Ivatuba	Mamborê	Lidianópolis
Jaguapitã	Marumbi	Luiziana
Jandaia do Sul	Munhoz de Melo	Lunardelli
Lobato	N Sra das Graças	Manoel Ribas
Mandaguaçu	Paiçandu	Nova Tebas
Mandaguari	Peabiru	Novo Itacolomi
Marialva	Pitanga	Rio Bom
Ourizona	Presidente Castelo Branco	Rio Branco do Ivaí
Santa Fé	Quinta do Sol	Rosário do Ivaí
Santo Inácio	Sabáudia	
São Pedro do Ivaí	Santa Inês	
	São João do Ivaí	
	São Jorge do Ivaí	
	Sarandi	
	Terra Boa	

A região possui um potencial muito grande e passa por um momento de busca da consolidação de sua economia, por meio de crescimento e procura de alternativas na área de produção agropastoril e da criação de oportunidades para o desenvolvimento industrial das cidades, bem como a expansão e modernização do comércio. A nova identidade a ser consolidada por Maringá é de progresso e de expansão com equilíbrio para que seu crescimento

não prejudique a bela qualidade de vida que oferece a seus munícipes. Por isso, o **Centro Universitário de Maringá**, como instituição organizada da sociedade civil, é e deve ser parte desse esforço de desenvolvimento de Maringá no tocante à Educação, sua razão de ser.



Polo: Maringá

Fonte: AMUSEP, 2011

O setor educacional de Maringá está acima do padrão nacional, do ensino fundamental à educação superior. No ensino superior, a presença da iniciativa privada teve início com o Centro de Ensino Superior de Maringá há 20 anos, crescendo e diversificando a oferta de cursos de graduação e pós-graduação nas mais variadas áreas. Além da Universidade Estadual de Maringá e o Centro de Ensino Superior de Maringá, a cidade conta hoje com outras seis instituições de educação superior.

A concepção do **Centro Universitário de Maringá** surge dos fatores socioculturais e político-econômicos que são valores fundamentais para esta sociedade formada por microrregiões homogêneas e interligadas por raízes históricas comuns.

Com área de 199.324 Km², que corresponde a 2,07% do território nacional, e população de 8.443.299 (IBGE 1991) habitantes, que representa 5,59% da população do País, o Estado do Paraná caracteriza a macrorregião que abriga o **Centro Universitário de Maringá**.

3. MISSÃO E VISÃO

3.1 MISSÃO

Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária.

3.2 VISÃO

Ser reconhecida como uma Instituição universitária de referência regional e nacional pela:

- I. qualidade e compromisso do corpo docente;
- II. aquisição de competências institucionais para o desenvolvimento de linhas de pesquisa;
- III. consolidação da extensão universitária;
- IV. qualidade da oferta do ensino presencial e a distância;
- V. bem-estar e satisfação da comunidade interna;
- VI. qualidade da gestão acadêmica e administrativa;
- VII. compromisso social de inclusão;
- VIII. processos de cooperação e parceria com o mundo do trabalho;
- IX. compromisso e relacionamento permanente com os egressos, incentivando a educação continuada.

4. OBJETIVOS E METAS¹

Os objetivos e metas apresentados são resultantes dos planos de ações dos gestores e órgãos colegiados institucionais. Eles foram divididos e subdivididos em objetivos e metas para o ensino, a pesquisa, a extensão, a gestão acadêmica e a gestão administrativa.

Apesar de alguns objetivos e metas estarem listados em determinado “cluster”, a IES entende todos como um conjunto complexo e interdependente, resultando a alocação proposta como um norteador, não estancando ou limitando sua característica de transversalidade em duas ou mais áreas.

4.1 OBJETIVOS E METAS PARA O ENSINO

Objetivo 1

Buscar a melhoria de ensino através da troca de experiências com instituições congêneres.

Meta:

- Propor projetos, contratos, convênios e outras ações dessa natureza, voltadas para a área de ensino, com outras instituições.

Objetivo 2

Planejar, coordenar, orientar, supervisionar, avaliar e controlar o ensino de graduação.

Meta:

- Fornecer um ensino de qualidade mediante a formação de profissionais cidadãos que contribuam para uma sociedade justa e solidária.

Objetivo 3

Buscar, constantemente, a melhoria do processo de registro acadêmico tornando-os eficientes e eficazes.

Meta:

¹ Os Planos de Ação Integrada com os objetivos, metas, estratégias de ação, cronograma e indicadores de resultados, descritos detalhadamente, encontram-se no “anexo 1” deste documento.

- Obter registro acadêmico, com confiabilidade, exatidão, cumprimento de prazos, visando à satisfação do cliente interno e externo.

Objetivo 4

Supervisionar e controlar o registro de expedição de diploma dos cursos de graduação.

Meta

- Cumprir, rigorosamente, a legislação vigente com relação ao registro e a expedição de diplomas.

Objetivo 5

Reavaliar e redefinir a estrutura e os processos da área de ensino de graduação.

Metas

- Estudar a estrutura mais adequada e as funções de cada setor e sua área de atuação em atendimento às diversas ações e responsabilidades da área de ensino de graduação.
- Desenvolver estudos para implantação de um setor de estágio obrigatório para todos os cursos de todas as áreas.
- Aprimorar a supervisão operacional das atividades de ensino.
- Aprimorar o atendimento ao docente por meio dos fiscais de provas.
- Acompanhar e dar suporte às informações relativas ao ensino aos órgãos oficiais, conforme legislação vigente e em sintonia com o Pesquisador Institucional (PI).

Objetivo 6

Acompanhar, supervisionar, qualificar e avaliar o ensino de graduação.

Metas

- Contribuir para a transformação do Centro Universitário em Universidade.
- Aprimorar a política acadêmica existente quanto aos princípios, valores e diretrizes que regem os cursos de graduação em termos de ética e comprometimento com a formação e responsabilidade social.
- Acompanhar e supervisionar o funcionamento dos colegiados de coordenação de curso.

- Organizar os cursos em três unidades do conhecimento afins, proporcionando condições para o ensino, pesquisa e extensão de modo mais integrado possível, otimizando toda ordem de recursos.
- Elaborar e publicar documentos referentes às atividades pedagógicas e normativas, anualmente.
- Atualizar o regulamento geral dos cursos de graduação.
- Melhorar, constantemente, o processo de participação na avaliação institucional.
- Analisar, orientar e supervisionar os projetos pedagógicos de cursos - PPCs – em consonância com o PPI e as Diretrizes Curriculares Nacionais e com as Diretrizes do ENADE.
- Consolidar a integralização dos cursos de graduação em implantação.
- Propor políticas acadêmicas em função dos dados obtidos e/ou analisados em consonância com as legislações vigentes do Ministério da Educação, com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com o ENADE.
- Organizar, encaminhar e acompanhar, permanentemente, os processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação aos órgãos competentes, buscando o conceito máximo nessas avaliações.
- Acompanhar, organizar e consolidar o processo seletivo docente, juntamente com o RH.

Objetivo 7

Consolidar a qualidade e expandir a oferta de novos cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância:

- Bacharelados
- Licenciaturas
- Cursos Superiores de Tecnologia (CST)

2011

- Criar e implantar os cursos de graduação de Engenharia Ambiental e Relações Internacionais na modalidade presencial.

- Criar e implantar o Curso Superior de Tecnologia em Secretariado na modalidade a distância.

2012

- Criar e implantar os Cursos Superiores de Tecnologia em Logística, Segurança no Trabalho, Gestão de Segurança Privada, Gestão Hospitalar e Processos Gerenciais, na modalidade presencial.
- Criar e implantar os cursos de graduação em Serviço Social, História (Licenciatura), e Letras (Licenciatura), na modalidade a distância.
- Criar e implantar os Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão Pública e Gestão Ambiental, na modalidade a distância.

2013

- Criar e implantar os cursos de graduação em Filosofia, História e Comunicação Social (Relações Públicas), Ciências, Matemática e Sociologia (Licenciatura) na modalidade presencial.
- Criar e implantar os Cursos Superiores de Tecnologia em Construção de Edifícios, Produção Multimídia, Controle de Obras, Eventos, Radiologia e Secretariado, na modalidade presencial.
- Criar e implantar os Cursos Superiores de Tecnologia de Logística e Gestão de Segurança Pública e Privada na modalidade a distância.
- Criar e implantar as licenciaturas na modalidade de ensino à distância.

2014

- Criar e implantar os cursos de graduação em Engenharia de Produção e Engenharia de Alimentos, na modalidade presencial.
- Criar e implantar os Cursos Superiores de Tecnologia em Segurança no trabalho, na modalidade a distância.
- Criar e implantar os cursos de graduação em Matemática, Filosofia e Ciências na modalidade a distância.

2015

- Criar e implantar os Cursos Superiores de Tecnologia em Design de Produtos, Gestão Pública, Eletrônica e Eletrotécnica e Gerenciamento industrial, na modalidade presencial.
- Criar e implantar Cursos Superiores de Tecnologia em Análise de Sistemas, na modalidade a distância.

Objetivo 8

Orientar, acompanhar e supervisionar o trabalho docente.

Metas

- Implementar e aprimorar constantemente o programa de formação continuada dos docentes.
- Apresentar à Mantenedora e ao CONSUNI o quadro docente ideal para os cursos da instituição, em conformidade com as exigências do MEC (Núcleo docente Estruturante).
- Proporcionar assessoramento aos docentes quanto aos procedimentos pedagógicos em sala de aula.
- Estimular os docentes para o desenvolvimento de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão assim como, para a organização de núcleos temáticos de estudos por áreas de conhecimento.
- Estimular e aumentar a produção acadêmica docente.
- Estabelecer diretrizes institucionais referentes a regulamentação dos trabalhos de conclusão de curso de graduação.

Objetivo 9

Expandir a oferta dos cursos de graduação, extensão e pós-graduação, na modalidade a distância.

Metas

- Proceder reconhecimento de cursos.
- Implantar 100% do sistema de telemarketing.
- Aumentar em até 30% o número de unidades de pólos a cada ano, respeitando a legislação em vigor.

- Aumentar o número de cursos de pós-graduação, em 50% ao ano.
- Ampliar em 10 à 15% a equipe administrativa, anualmente, respeitando as necessidades do setor.
- Ampliar em 30% o corpo docente anualmente.
- Criar e implementar 20 (vinte) cursos de extensão a cada ano.
- Investir em estrutura de pólos.
- Atualizar os equipamentos de acordo com a necessidade e o avanço tecnológico.

Objetivo 10

Capacitar equipes de colaboradores do EAD.

Metas

- Capacitar 100% dos tutores e mediadores.
- Capacitar, constantemente, a equipe de geração de aula.
- Promover seminários internos.
- Manter os docentes em EAD, permanentemente, capacitados por meio de cursos de especialização.
- Incentivar a participação dos docentes do EAD em eventos nacionais e internacionais.
- Capacitar um membro de cada setor administrativo em gestão de projetos e de pessoas.

Objetivo 11

Promover eventos com foco na educação a distância.

Metas:

- Promover os seminários dos gestores de unidades de apoio presencial anualmente.
- Promover o 1º fórum de discussão sobre os avanços sociais decorrentes da democratização do ensino.
- Efetuar duas refeições de grau por ano.

Objetivo 12

Ampliar a rede de serviços.

Metas

- Reestruturar totalmente a biblioteca virtual.
- Desenvolver ferramenta própria para a transmissão de aulas.
- Estruturar, adequadamente, o acesso ao ambiente de egressos.
- Estruturar, em sua totalidade, a comercialização de serviços e produtos.
- Formatar metodologia do NEAD para utilização do projeto piloto para a aplicação em TV Digital.
- Adequar a equipe de gestores do conhecimento do Núcleo de Educação a Distância – NEAD.
- Estruturar, totalmente, o Cesumar Empresarial Virtual.
- Estruturar, adequadamente, o acesso ao ambiente de visitantes.

Objetivo 13

Produzir material didático adequado às aulas.

Metas:

- Reestruturar o acesso ao ambiente de visitantes.
- Customizar todo o material didático impresso no NEAD referente ao ensino de graduação.
- Implantar, em todos os cursos, a Mídia Interativa Digital.

Objetivo 14

Rever metodologias aplicadas ao EAD.

Metas:

- Avaliar a didática pedagógica implantada e validar a manutenção ou substituição da mesma.
- Avaliar a tecnologia implantada e validar a manutenção ou substituição da mesma.

Objetivo 15

Disponer de meios para informatizar a captação de recursos para a pesquisa institucional.

Meta:

- Criar sistema *on line* para divulgação dos Editais dos órgãos de fomento.

Objetivo 16

Preparar as condições de ensino, pesquisa e extensão referentes a PRPPGE para a transformação do Centro Universitário de Maringá em Universidade.

Metas:

- Criar, no mínimo, três programas de Mestrado, que estão previstos na Diretoria de Pós-Graduação.
- Consolidar, pelo menos, um Programa de Pós-Graduação para transformá-lo em Doutorado.

Objetivo 17

Integrar as ações de Pesquisa e Pós-Graduação com a responsabilidade social.

Meta:

- Incluir os parâmetros de responsabilidade social do MEC nas atividades da PRPPGE do Centro Universitário de Maringá.

Objetivo 18

Criar a Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação.

Meta:

- Avaliar e emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa, propostas de cursos de pós-graduação (*lato/stricto sensu*).

Objetivo 19

Buscar a integração das atividades de ensino presencial e com a EAD.

Metas:

- Promover Cursos de Especialização em parceria com a EAD.
- Promover atividades de pesquisa em parceria com a EAD.

Objetivo 20

Buscar a integração do “CESUMAR Empresarial” para potencializar o desenvolvimento das atividades da PRPPGE.

Metas:

- Elaborar propostas de cursos de especialização *in company* junto ao CESUMAR Empresarial.
- Elaborar propostas de editais de projetos de pesquisa com empresas / CESUMAR Empresarial.

Objetivo 21

Manter e ampliar a oferta de cursos de Pós-graduação *lato sensu*.

Meta:

- Manter, no mínimo, 30 (trinta) cursos de pós-graduação *lato sensu* ao ano.

Objetivo 22

Integrar os projetos com a Educação a Distância.

Meta

- Criar programas não presenciais e semi-presenciais em parceria com a EAD.

Objetivo 23

Implementar os cursos de pós-graduação *in company*.

Meta

- Implementar cursos de pós-graduação *in company* junto às empresas da região.

Objetivo 24

Implantar os cursos de especialização em odontologia em parceria com institutos e/ou instituições renomadas na área.

Meta

- Implantar dez cursos de especialização em odontologia, em parceria com instituições renomadas, totalizando cerca de cinquenta turmas.

Objetivo 25

Implantar novos cursos de mestrado.

Meta

- Consolidar o programa de mestrado existente e implantar novos cursos de mestrado, em especial, os que envolvam desenvolvimento regional e agronegócio, de promoção de saúde e, ainda, em outras áreas definidas como prioritárias pelos mantenedores.
- Consolidar o programa de mestrado e criação de novos programas de mestrado nas áreas estratégicas para a instituição.

Objetivo 26

Implantar pelo menos um programa de doutorado.

Meta

- Consolidar os programas de mestrado, em especial o de ciências jurídicas, e transformá-lo em doutorado atendendo aos critérios da CAPES.

Objetivo 27

Implantar a escola de negócios do **Centro Universitário de Maringá**.

Meta

- Desenvolver um ambiente compatível para implantação da escola de negócios **Centro Universitário de Maringá**.

4.2 OBJETIVOS E METAS PARA A PESQUISA

Objetivo 1

Consolidar a Pesquisa Institucional e a avaliação da Produção Científica e Acadêmica Institucional do **Centro Universitário de Maringá**.

Metas:

- Regulamentar a criação de linhas de pesquisa institucionais, assim como Grupos e Projetos de Pesquisa.

- Regularizar a avaliação institucional da produção acadêmica e científica do **Centro Universitário de Maringá**.
- Implementar um sistema institucional de avaliação da produção acadêmica e científica do **Centro Universitário de Maringá**.

Objetivo 2

Integrar as ações de políticas externas da PRPPGE, junto aos órgãos oficiais de Pesquisa e Pós-Graduação.

Metas

- Integrar o **Centro Universitário de Maringá** junto ao CNPq.
- Integrar o **Centro Universitário de Maringá** junto a CAPES.
- Integrar o **Centro Universitário de Maringá** junto ao CPPG - Conselho Paranaense de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação.
- Integrar o **Centro Universitário de Maringá** junto ao ENPROP/FOPROP – Fóruns Regionais e Nacional Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação.
- Integrar o **Centro Universitário de Maringá** junto ao FAUBAI.

Objetivo 3

Acolher eventos da área de Pesquisa e Pós-Graduação.

Metas

- Promover o **Centro Universitário de Maringá** junto ao FOPROP, CNPq, CAPES, etc.

Objetivo 4

Ampliar o Programa de Bolsas de Iniciação Científica do **Centro Universitário de Maringá** (PROBIC).

Metas

- Promover um aumento gradativo no valor das bolsas de iniciação científica, aproximando-as ao valor das bolsas pagas pelo CNPq.
- Consolidar o programa PROBIC.

Objetivo 5

Ampliar o Programa de Iniciação Científica do **Centro Universitário de Maringá (PICC)**.

Meta

- Ampliar o número de projetos e de estudantes vinculados ao PICC, assim como o número de projetos premiados e o valor dos mesmos.

Objetivo 6

Implantar a fundação de pesquisa do **Centro Universitário de Maringá**.

Metas

- Encaminhar, junto aos órgãos competentes do **Centro Universitário de Maringá**, um projeto de criação da fundação **Centro Universitário de Maringá**.
- Propor e elaborar a regulamentação da fundação de pesquisa do **Centro Universitário de Maringá**.
- Acompanhar os editais dos órgãos de fomento para a capacitação de pesquisadores, por meio de cursos direcionados à fundação de pesquisa do **Centro Universitário de Maringá**.

Objetivo 7

Reimplantar e consolidar o programa de bolsas de iniciação científica da Fundação Araucária.

Meta

- Solicitar, junto à Fundação Araucária, bolsas de iniciação científica.

Objetivo 8

Fortalecer o Comitê de Ética em Pesquisa do **Centro Universitário de Maringá (CEP)**.

Metas

- Criar um sistema *on line* de apreciação e avaliação dos projetos.
- Tornar obrigatório a avaliação dos projetos de pesquisa pelo CEP.
- Incluir 2 h/ aula semanais na carga horária de cada membro do CEP.

Objetivo 9

Fortalecer o Comitê de Bioética e Experimentação Animal do **Centro Universitário de Maringá (COBAC)**.

Metas

- Organizar, formalizar e concentrar as atividades de ensino que necessitem de autorização da Diretoria de Pesquisa para experimentos com animais.
- Tornar obrigatório a avaliação pelo COBAC nos projetos de ensino e pesquisa que envolvam animais.
- Criar um mecanismo normatizador para a autorização da aquisição de animais para o ensino e a pesquisa.

Objetivo 10

Fortalecer o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).

Meta

- Estabelecer regras e fluxo para tramitação de projetos de inovação tecnológica e de registro de patentes.

Objetivo 11

Consolidar e ampliar os grupos de pesquisa.

Metas

- Promover a estruturação e ampliação dos grupos de pesquisa.
- Identificar as linhas mestras de pesquisa do Centro Universitário de Maringá e fortalecê-las por meio dos grupos do CNPq.
- Aprovar regulamentos com as diretrizes internas dos grupos de pesquisa.

Estabelecer e organizar grupos de pesquisa por área do conhecimento.

Objetivo 12

Manter e ampliar as bolsas de pesquisa da FUNADESP para os pesquisadores do programa de Mestrado em Ciências Jurídicas.

Meta

- Acompanhar e incentivar a produção científica dos docentes.

Objetivo 13

Criar edital interno de fomento à pesquisa docente, direcionado aos cursos *stricto-sensu*, por meio da FUNADESP.

Meta

- Ampliar e consolidar o número de projetos de pesquisa docente.

Objetivo 14

Ampliar o Programa de Auxílio à Participação em Eventos Científicos (PADEP).

Metas

- Apoiar, financeiramente, a participação de professores e acadêmicos da instituição em eventos de natureza científica.
- Vincular a concessão de auxílio financeiro em eventos científicos à apresentação de trabalhos, em especial, quando o demandante for avaliado por alguma agência de fomento.

Objetivo 15

Manter e ampliar o Programa de Auxílio à Pós-Graduação *lato* e *stricto sensu* (PADEP).

Metas

- Conceder bolsas para cursar mestrado e doutorado em instituições externas.
- Definir política de destinação de um percentual do *lato sensu* para concessão de bolsas.

Objetivo 16

Integrar os estudantes do EAD ao sistema de pesquisa.

Meta

- Incluir bolsas específicas do PROBIC para EAD.

Objetivo 17

Integrar as ações de pesquisa com as ações de responsabilidade social.

Meta

- Incluir os parâmetros de responsabilidade social do MEC nas pesquisas do Centro Universitário de Maringá.

Objetivo 18

Criar a câmara de pesquisa e pós-graduação

Meta

- Avaliar e emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa, propostas de cursos de pós-graduação (*lato/stricto sensu*).

Objetivo 19

Consolidar a pesquisa institucional e a avaliação da produção científica e acadêmica institucional do **Centro Universitário de Maringá**.

Metas

- Regulamentar a criação de linhas de pesquisa institucionais, assim como grupos e projetos de pesquisa.
- Regulamentar e implementar a avaliação institucional da produção acadêmica e científica do **Centro Universitário de Maringá**.

Objetivo 20

Consolidar as revistas do **Centro Universitário de Maringá**.

Metas

- Promover a divulgação das revistas publicadas pelo **Centro Universitário de Maringá**.
- Promover a atualização constante do conselho editorial.
- Priorizar a publicação *on line*.
- Criar uma revista na área tecnológica.
- Buscar o enquadramento nos critérios *QUALIS* para os periódicos, de acordo com as áreas.

Implantar a editora da instituição.

Objetivo 21

Manter a realização da Mostra Interna de Trabalhos de Iniciação Científica do **Centro Universitário de Maringá**.

Metas

- Organizar o evento de avaliação dos programas de iniciação científica, que acontecem bianualmente.

Objetivo 22

Realizar o Encontro Internacional de Produção Científica Centro Universitário de Maringá – EPCC.

Metas

- Organizar o evento de avaliação dos programas de iniciação científica.

Objetivo 23

Manter a realização do Encontro de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Maringá.

Metas

- Manter a organização o Encontro de Ética em Pesquisa.
- Capacitar os membros do CEP - Centro Universitário de Maringá e divulgar, no âmbito da instituição, a ética na pesquisa.
- Capacitar, continuamente, os membros do CEP – Centro Universitário de Maringá.

Objetivo 24

Manter a realização anual do Encontro Maringaense de Inovação Tecnológica.

Metas

- Organizar o Encontro de Inovação Tecnológica.

Objetivo 25

Realizar evento do IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia no Centro Universitário de Maringá.

Meta

- Capacitar os editores das revistas do Centro Universitário de Maringá.
- Aprimorar a editoração das revistas científicas.

Objetivo 26

Realizar a liberação e o controle da carga horária docente para pesquisa

Meta

- Implementar mecanismo de controle da carga horária docente de pesquisa com as pró-reitorias envolvidas.

Objetivo27

Fortalecer o Núcleo de Inovação Tecnológica.

Metas

- Estabelecer regras e mecanismos de tramitação para projetos de inovação tecnológica e registro de patentes.
- Realizar encontros de inovação tecnológica.

Objetivo 28

Acompanhar eventos e editais de órgãos de fomento referentes à inovação tecnológica.

Meta

- Identificar editais e eventos que dizem respeito à inovação tecnológica.

4.3 OBJETIVOS E METAS PARA A EXTENSÃO

Objetivo 1

Fazer das ações da Pós-Graduação, ações em consonância com as metas de responsabilidade social.

Meta

Elaborar um estudo das atividades de Pós-Graduação, em conjunto com a área de extensão, identificando as ações que possam contribuir com a responsabilidade social

Objetivo 2

Otimizar a disponibilidade dos professores de Tempo Integral e Tempo Parcial para melhor aproveitamento nos cursos de extensão.

Meta

- Analisar e adequar a carga horária atribuída aos docentes (Resolução CONSUNI nº. 05/2009) para efetividade dos programas e projetos de extensão.

Objetivo 3

Intensificar a política institucional de responsabilidade social.

Meta

- Consolidar a regulamentação da política institucional sobre responsabilidade social por meio dos programas, projetos, ações e eventos de extensão.

Objetivo 4

Divulgar os programas, projetos, cursos de extensão e ações comunitárias.

Meta

- Sociabilizar as atividades, ações comunitárias e serviços do setor de extensão.

Objetivo 5

Implantar SIG – Sistema de Informação Gerencial.

Meta

- Informatizar os processos e procedimentos relativos a estágio não-obrigatórios, eventos e extensão.

Objetivo 6

Ampliar o programa de capelania universitária para toda a comunidade acadêmica.

Meta

- Desenvolver ações e atividades na área de capelania.

Objetivo 7

Ampliar as atividades e serviços de extensão.

Meta

- Potencializar convênios e parcerias com organizações públicas e privadas e ONG's.

Objetivo 8

Ampliar a política de acompanhamento do egresso.

Meta:

- Produzir um veículo de comunicação eficaz para a interação e o acompanhamento dos egressos.

Objetivo 9

Fomentar a oferta de cursos de extensão na comunidade interna e externa.

Meta

- Ampliar a oferta de cursos de extensão em atendimento às demandas da comunidade.

Objetivo 10

Validar módulos dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, possibilitando a certificação como cursos de extensão.

Meta

- Validar os módulos de cursos de pós-graduação como atividade de extensão.

Objetivo 11

Ofertar programas culturais que se enquadrem nos pré-requisitos da Lei Roaunet.

Meta

- Oferta de atividades em sintonia com as políticas públicas de incentivo cultural.

Objetivo 12

Consolidar o Projeto Rondon na instituição.

Meta

- Estimular a participação de acadêmicos e professores no Projeto Rondon na instituição.

4.4 OBJETIVOS E METAS PARA A GESTÃO ACADÊMICA

Objetivo 1

Continuar a oferta e a ampliação da qualidade dos serviços educacionais de excelência aos discentes.

Metas

- Manter um eficiente e constante processo avaliativo dos serviços educacionais prestados aos discentes.
- Incentivar os estudantes, sob a orientação docente, a participarem de projetos de ensino.
- Ofertar alternativas aos estudantes com desempenho deficiente.
- Ampliar os projetos e programas de suporte aos estudantes: nivelamento, monitoria, iniciação científica, atividades de extensão e atividades complementares.
- Consolidar a disciplina de Formação Sociocultural e Ética.
- Motivar a participação dos estudantes nos programas permanentes de leitura e de produção de texto na IES.
- Consolidar o atendimento aos acadêmicos portadores de deficiências.

Objetivo 2

Avaliar, capacitar e desenvolver pessoal técnico-administrativo para a área de controle acadêmico.

Meta

- Melhorar a qualidade dos serviços relacionados ao atendimento de estudantes, docentes, pessoal técnico-administrativo dos diversos setores da IES e da comunidade.

Objetivo 3

- Facilitar o acesso às informações criadas, geradas e arquivadas pela área de controle acadêmico.

Metas

- Digitalizar diários de classe, requerimentos solicitados e o acervo de estudantes ativos e inativos.
- Desenvolver um sistema de busca distribuída às informações digitalizadas em conjunto com setor de Tecnologia da Informação.
- Implantar sistema de matrícula com documentos digitalizados e certificação eletrônica.

Objetivo 4

Planejar e normatizar os processos da área de controle acadêmico.

Metas

- Avaliar e normatizar os diversos processos envolvidos na Secretaria Geral/ EAD.
- Avaliar e normatizar os processos envolvidos no setor de multiatendimento.
- Avaliar e normatizar os processos envolvidos na secretaria de cursos e T40.
- Avaliar e normatizar os processos envolvidos na central de vestibular.
- Avaliar e normatizar os procedimentos envolvidos nos processos seletivos da instituição.
- Planejar e executar os processos de matrícula e rematrícula.
- Planejar e executar os processos para a colação de grau.
- Planejar e executar Expedição de documentos acadêmicos.
- Planejar e normalizar o setor “Central de Provas”.

Objetivo 5

Manter os estudantes informados sobre os seus processos na área de controle acadêmico.

Metas

- Acompanhar as informações das publicações dos estudantes no manual do estudante, do professor e do coordenador e contribuir para a sua melhoria.
- Aprimorar constantemente a *home page* da área de controle acadêmico.

Objetivo 6

Organizar as informações acadêmicas disponíveis no setor, visando a colaboração na gestão institucional.

Metas

- Reavaliar e reelaborar constantemente os relatórios de matrícula e evasão.
- Elaborar relatórios para definição de perfil dos estudantes.
- Elaborar relatórios de acompanhamento de processos desenvolvidos na área de controle acadêmico.
- Selecionar e informar aos órgãos oficiais, conforme legislação vigente e em parceria com o pesquisador institucional.

Objetivo 7

Aprimorar a utilização do sistema de gestão acadêmica.

Metas

- Facilitar o acesso a documentos eletrônicos aos estudantes.
- Implementar processo de matrícula eletrônica.
- Agilizar os processos de matrícula visando a geração de documentos atualizados com celeridade.
- Agilizar o tempo de resposta a requerimentos solicitados pelos estudantes.
- Agilizar a produção de documentos acadêmicos.

Objetivo 8

Ampliar a rede de serviços.

Metas

- Reestruturar totalmente a biblioteca virtual.
- Desenvolver ferramenta própria para a transmissão de aulas.
- Estruturar, adequadamente, o acesso ao ambiente de egressos.

- Estruturar, em sua totalidade, a comercialização de serviços e produtos.
- Formatar metodologia do NEAD para utilização do projeto piloto para a aplicação em TV Digital.
- Adequar a equipe de gestores do conhecimento do Núcleo de Educação a Distância – NEAD.
- Estruturar, totalmente, o Cesumar Empresarial Virtual.
- Estruturar, adequadamente, o acesso ao ambiente de visitantes.

Objetivo 9

Informatizar todos os processos envolvidos na PRPPGE.

Meta

- Integrar um sistema computacional para disponibilizar todas as demandas da PRPPGE.

Objetivo 10

Implantar a estrutura administrativa de acordo com o organograma definido pela PRPPGE.

Metas

- Adequar o pessoal técnico administrativo aos diversos setores da PRPPGE.

Objetivo 11

Integrar o controle das atribuições das cargas horárias dos docentes com os demais setores pertinentes e de decisão.

Metas:

- Conceber um sistema informatizado e unificado que permita a cada Pró-Reitoria, atribuir, acompanhar e avaliar as atividades relativas às horas atribuídas à pesquisa, à pós-graduação e à extensão.

Objetivo 12

Buscar a integração com a Comissão Própria de Avaliação – CPA.

Metas

- Avaliar, sistematicamente, as atividades de pesquisa.

- Avaliar, sistematicamente, as atividades de pós-graduação.
- Avaliar, sistematicamente, as atividades de extensão.
- Avaliar a adequação dos espaços específicos para aprendizagem.

Objetivo 13

Implantar Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação.

Meta

- Criar condições para o funcionamento Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação a partir de 2011.

Objetivo 14

Consolidar e aprimorar a informatização dos processos de Pós-Graduação.

Meta

- Desenvolver sistemas adequados e eficientes para a Pós-Graduação.

Objetivo 15

Implantar novo sistema, informatizado, para controle/acompanhamento de projetos de pesquisa docente e de iniciação científica.

Meta

- Buscar informações mais consistentes e ágeis para o processo de tomada de decisão.
- Realizar apreciação, avaliação e aprovação de propostas de projetos totalmente *on line*.

Objetivo 16

Normalizar a Assessoria de Relações Internacionais – ARI.

Meta

- Definir e elaborar normas e regras para as atividades.

Objetivo 17

Normalizar a acolhida a estudantes estrangeiros.

Meta

- Manter e aprimorar um setor de acolhida, ágil e eficaz, para a recepção dos estudantes.

Objetivo 18

Identificar as redes mundiais de mobilidade docente e discente e propor convênios.

Meta

- Estar inserido de forma ativa em, ao menos, cinco redes internacionais.

Objetivo 19

Sugerir e orientar a participação de estudantes estrangeiros nos cursos de pós- graduação e extensão.

Meta

- Contribuir na implantação do Português como segunda língua aos intercambistas.
- Identificar demandas no exterior.

Objetivo 20

Incentivar o Intercâmbio de docentes e discentes com IES conveniadas.

Meta

- Consolidar e ampliar o intercâmbio entre docentes com as instituições conveniadas.
- Identificar as demandas junto aos coordenadores de curso.

Objetivo 21

Consolidar os intercâmbios culturais e científicos.

Meta

- Consolidar e ampliar o intercâmbio.

Objetivo 22

Ampliar convênios com IES estrangeiras parceiras.

Metas

- Dar continuidade às ações com universidades estrangeiras.
- Ampliar o número de convênios assinados.

Objetivo 23

Manter atualizado o site da Assessoria de Relações internacionais - ARI

Metas

- Aumentar o acesso.
- Facilitar informações de intercâmbio

Objetivo 24

Implantar os laboratórios para os novos cursos que serão criados no quinquênio 2011-2015.

Metas

- Implantar, em 2011, o laboratório de Engenharia Ambiental.
- Implantar, em 2012, o laboratório de Produção de Multimídia.
- Implantar, em 2013, os laboratórios de Engenharia de Produção e de Engenharia de Alimentos.
- Implantar, em 2014, o laboratório de Design de Produtos.

Objetivo 25

Atuar como centro de referência de informação técnico – científico e cultural.

Metas

- Qualificar constantemente o acervo.
- Implantar novos serviços e melhorar o atendimento.

Objetivo 26

Consolidar o acesso ao Portal da Capes na comunidade acadêmica.

Metas

- Ampliar o número de acessos ao Portal da Capes.
- Promover eventos acerca do Portal da Capes.

Objetivo 27

Promover o crescimento gradativo e ordenado do acervo, bem como a sua preservação.

Metas

- Instalar a comissão de seleção e aquisição.
- Complementar o Portal da CAPES com novos periódicos.
- Ampliar, em 5% ao ano, novos títulos à coleção geral de acordo com as indicações dos docentes.
- Acrescer exemplares aos títulos já constantes do acervo, de acordo com a demanda de uso e empréstimo.

Objetivo 28

Expandir o acesso *on-line* às informações científicas e tecnológicas produzidas no Centro Universitário de Maringá.

Meta

- Implantar o projeto da “Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso, Tese e Dissertações do Centro Universitário de Maringá”.

Objetivo 29

Consolidar as bibliotecas nos pólos de ensino a distância do Centro Universitário de Maringá.

Meta

- Atualizar e expandir o acervo das bibliotecas dos pólos.

Objetivo 30

Implantar manuais de rotinas da biblioteca.

Meta

- Definir uma política de rotinas de serviço para um melhor funcionamento da biblioteca.

Objetivo 31

Ter um controle automático de frequência de alunos.

Meta

- Apurar a frequência dos alunos através de um sistema totalmente informatizado

Objetivo 32

Aperfeiçoar a política de avaliação do **Centro Universitário de Maringá**.

Metas

- Consolidar a avaliação Institucional como atividade permanente no **Centro Universitário de Maringá**.
- Acompanhar e avaliar a complementação das metas do PDI do **Centro Universitário de Maringá**.
- Acompanhar e avaliar a implementação das metas estabelecidas pelo **Centro Universitário de Maringá** para o PROUNI.
- Contribuir para a integração dos resultados da avaliação institucional às ações de planejamento do **Centro Universitário de Maringá**.
- Implantar um sistema de avaliação dos cursos de graduação do **Centro Universitário de Maringá**, inclusive dos oferecidos na modalidade a Distância.

Objetivo 33

Transformar o **Centro Universitário de Maringá** em Universidade.

Metas

- Colaborar com a Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão - PRPPGE na ampliação da oferta de programas de mestrado e na viabilização de, ao menos, um programa de doutorado.
- Propor alternativas de arranjos institucionais eficazes para o atingimento das metas estabelecidas.
- Acompanhar a ampliação da dedicação docente e da qualificação dos mesmos.
- Acompanhar e incentivar juntamente com a PRPPGE a ampliação da produção científica qualificada.
- Acompanhar e incentivar, juntamente com a PRPPGE a consolidação da pesquisa científica institucional.

4.5 OBJETIVOS E METAS PARA A GESTÃO ADMINISTRATIVA

Objetivo 1

Consolidar a qualidade das instalações e equipamentos.

Metas

- Buscar o conceito “máximo” nas avaliações do MEC, no quesito infraestrutura.
- Aprimorar o programa de atualização do acervo bibliográfico da biblioteca.
- Atender às normas legais que dizem respeito aos portadores de deficiências.

Objetivo 2

Manter e aperfeiçoar a qualidade nas instalações e equipamentos.

Metas

- Avaliar e implementar melhorias na estrutura física dos diversos setores da área de controle acadêmico.

Objetivo 3

Acompanhar, avaliar e supervisionar as atividades de Pesquisa e Pós-Graduação.

Metas

- Avaliar, sistematicamente, todas as ações da PRPPGE.
- Consolidar os Programas de Pós-Graduação *lato e stricto sensu*.
- Consolidar as atividades de Pesquisa institucional.
- Consolidar as atividades da Assessoria Internacional – ARI.

Objetivo 4

Implantar a Fundação de Pesquisa do Centro Universitário de Maringá.

Meta

- Desenvolver, junto aos órgãos competentes do Centro Universitário de Maringá, o regulamento, bem como as normativas da Fundação Centro Universitário de Maringá.

Objetivo 5

Avaliar e atualizar o site da PRPPGE.

Meta

- Avaliar o site da PRPPGE com a finalidade de dispor de informações claras e objetivas de todas as atividades da PRPPGE.

Objetivo 6

Melhorar o perfil do quadro técnico administrativo da PRPPGE.

Meta

- Promover a formação contínua do quadro técnico administrativo.

Objetivo 7

Buscar o equilíbrio financeiro da PRPPGE.

Metas

- Supervisionar e controlar a dimensão do quadro técnico-administrativo.
- Ampliar a captação de recursos para as atividades de pesquisa e pós-graduação.
- Supervisionar e controlar os gastos com a infraestrutura da PRPPGE.

Objetivo 8

Melhorar a infraestrutura da PRPPGE.

Metas

- Consolidar a infraestrutura da PRPPGE.
- Ampliar o número de salas para a Pós-Graduação, com ambientes específicos para estas atividades.
- Ampliar os espaços para os professores pesquisadores que atuam nos programas *stricto sensu*.

Objetivo 9

Buscar integração das atividades da PRPPGE com a Pró-Reitoria Administrativa.

Metas

- Promover uma integração das receitas e despesas com controle efetivo por parte das duas Pró-Reitorias.

Objetivo 10

Consolidar a política de compras, para reposição e manutenção de equipamentos.

Metas

- Atualizar equipamentos, quando necessário.
- Adquirir equipamentos novos para os laboratórios.
- Adquirir equipamentos novos para as clínicas.
- Manter os insumos necessários para as práticas laboratoriais e clínicas.

Objetivo 11

Consolidar a política de treinamento de pessoal.

Metas

- Capacitar, permanentemente, o corpo de auxiliares técnicos.
- Capacitar, permanentemente, o corpo técnico.

Objetivo 12

Desenvolver a permanente atualização profissional dos colaboradores da biblioteca.

Metas

- Elaborar de plano de gestão, capacitação e motivação de funcionários, atendendo os principais serviços desenvolvidos na biblioteca.

Objetivo 13

Atualizar os servidores.

Meta

- Manter a infra-estrutura de informática referente às máquinas servidoras atualizadas com relação a sua capacidade de armazenamento e de processamento, assim como a demanda da instituição.

Objetivo 14

Expandir a rede lógica.

Meta

- Ampliar a infraestrutura existente, disponibilizando a rede lógica nas salas de aula e nos departamentos administrativos onde é necessária a expansão.

Objetivo 15

Implantar um sistema de controle de ponto para coordenadores e professores.

Meta

- Possibilitar o acompanhamento dos horários de entrada e saída da instituição dos professores e coordenadores.

Objetivo 16

Implantar sistema de controle de senha para acesso a todos os recursos computacionais.

Meta

- Permitir o acesso a pessoas devidamente cadastradas e autorizadas pela IES.
- Disponibilizar recursos específicos a cada colaborador de acordo com sua função.

Objetivo 17

Implantar sistema de compra de material.

Metas

- Agilizar o processo de cotação e orçamento.
- Facilitar o trabalho do departamento de compras na busca de orçamentos.
- Possibilitar a comparação histórica do processo de compra de materiais e seus orçamentos.

Objetivo 18

Implantar sistema de controle de impressões.

Metas

- Acompanhar e controlar a quantidade de impressões realizadas bem como qual material está sendo impresso.
- Diminuir nº de páginas impressas na instituição.
- Diminuir o nº. de impressoras da instituição.

Objetivo 19

Implantar sistema de gerência eletrônica de documentos.

Metas

- Manter em armazenamento digital, documentos necessários a instituição.
- Agilizar a busca e consulta de documentos utilizados na instituição.

Objetivo 20

Atualizar sistema de *Helpdesk*.

Metas

- Agilizar a comunicação entre departamentos no que se refere a pedidos de serviços e a resolução dos mesmos.
- Gerar relatórios gerenciais para acompanhamento dos atendimentos realizados.

Objetivo 21

Implantar sistema de monitoramento de equipamentos.

Metas

- Implantar uma solução de monitoramento que acompanhe a situação e funcionamento de máquinas críticas da instituição.

Objetivo 22

Implantar Sistema de Workflow de documentos.

Metas

- Possibilitar que processos internos possam ser disparados e ter seu andamento acompanhado.
- Possibilitar a detecção de gargalos e problemas nos andamentos de processos.

Objetivo 23

Implantar sistema de apuração de ponto em tempo real.

Metas

- Proporcionar o acompanhamento on-line das entradas e saídas dos colaboradores.

Objetivo 24

Realizar a atualização do parque computacional.

Metas

- Renovar o parque computacional através da troca/atualização dos equipamentos mais antigos.
- Reduzir o número de problemas advindos do desgaste e obsolescência de equipamentos.

Objetivo 25

Implantar Sistema de *Business Intelligence*

Metas

- Gerar relatórios gerenciais complexos com cruzamento de informações dos diferentes sistemas informatizados.
- Permitir a realização de projeções e simulações futuras com base nos dados históricos dos sistemas.

Objetivo 26

Implantar acesso a internet *Wireless* no campus.

Metas

- Oferecer acesso a internet no campus.

Objetivo 27

Implantar Integração de voz e dados.

Meta

- Facilitar a utilização de voz e dados pela rede de comunicação de dados.

Objetivo 28

Implementar um sistema computacional colaborativo na área administrativa.

Meta

- Compartilhar informações de atividade e/ou funções relacionadas entre si.

Objetivo 29

Implantar *Contact Center* para a instituição.

Meta

- Oferecer meios de contato para que alunos e/ou interessados possam entrar em contato com a instituição.

Objetivo 30

Implantar intranet administrativa.

Meta

- Disponibilizar ambiente de disseminação de informações e serviços administrativos.

Objetivo 31

Aumentar o índice de satisfação dos colaboradores

Metas

- Disponibilizar a utilização das Clínicas da IES como benefício aos colaboradores.
- Disponibilizar um Plano de Saúde para todos os colaboradores.
- Desenvolver o projeto da Universidade Cidadã – ciclo de palestras anuais.
- Implantar o Programa de Qualidade de vida no trabalho.
- Aproximar os colaboradores da Administração da IES.
- Comemorações Especiais.
- Finalização da Implantação do Plano de Carreira Docente.

Objetivo 32

Otimizar o quadro de pessoal nos setores.

Metas

- Analisar e atualizar a atual estrutura de cargos e funções.
- Desenhar e descrever os cargos propondo melhorias.

Objetivo 33

Avaliar, capacitar e renovar quadro, conforme as necessidades departamentais.

Meta

- Implantar Avaliação de Desempenho.

Objetivo 34

Programa Global de Treinamento e Capacitação e Desenvolvimento dos colaboradores Administrativos.

Metas

- Capacitar Gestores e líderes em geral.
- Desenvolver Equipes Administrativas
- Qualificar Coordenadores de Curso.
- Qualificar Professores.
- MBA – Gestão Acadêmica para Gestores em Geral.
- Programa de Sucessores (carreiras x salários).

Objetivo 35

Garantir o atendimento eficiente e rápido a comunidade acadêmica em casos de acidentes e mal súbitos.

Meta

- Formação da Equipe de Socorristas.

Objetivo 36

Melhorar a comunicação interna.

Metas

- Manual do Educador.
- Processo de Integração Docente.

Objetivo 37

Garantir a qualidade do quadro de docentes do Cesumar.

Meta

- Reestruturar o Processo de Seleção Docente.

Objetivo 38

Incrementar Política de Remuneração.

Meta

- Implantar remuneração Variável para Gestores.

5 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

Tendo em vista as áreas definidas pelo CNPq (Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes) o **Centro Universitário de Maringá** se organizou em três centros, com seus cursos, de graduação e tecnólogos, ofertados na modalidade presencial e a distância, sendo:

- 1. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde**
- 2. Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**
- 3. Centro de Ciências Exatas, Agrárias e Tecnológicas**

O **Centro Universitário de Maringá**, sempre atento à demanda da comunidade regional e nacional por profissionais altamente qualificados, e levando em consideração a autonomia dada aos centros universitários, oferta novos cursos segundo a demanda da sociedade. A instituição atua no ensino nas modalidades presencial e a distância.

6 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O Projeto Pedagógico Institucional é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteia as práticas acadêmicas do **Centro Universitário de Maringá**, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos.

O Projeto Pedagógico Institucional do **Centro Universitário de Maringá** sintetiza as discussões realizadas pela comunidade acadêmica, constituindo-se num produto construído coletivamente, que sistematiza e consolida teorias, reflexões e práticas presentes no dia a dia da Instituição.

A elaboração do presente Projeto superou os desafios próprios do exercício da participação e do compartilhamento, num trabalho efetivamente cooperativo, pois apresenta-se como um produto de negociação e confronto provenientes do pluralismo de idéias dos diferentes atores institucionais envolvidos (corpos docente, discente e técnico-administrativo – cada qual em seu âmbito). Se, por um lado, a diversidade de saberes e práticas, próprias da heterogeneidade da formação dos profissionais da Instituição, se refletiu em diferentes e divergentes percepções e propostas em torno do fenômeno educativo, também ampliou e enriqueceu os debates, contribuindo decisivamente para a qualificação teórica de todo o conjunto dos princípios acadêmicos.

Do ponto de vista do conhecimento e do saber, a Instituição procurou refletir e incorporar as mais recentes teorizações e princípios pertinentes. No que concerne ao desenvolvimento regional, buscou atualizar a contribuição da IES para as necessidades do mercado de trabalho e desenvolvimento de tecnologias sem, contudo, perder de vista o perfil de “homem-profissional-cidadão” que se pretende formar.

Quando se reflete sobre a educação na sociedade pós-moderna, a chamada “sociedade do conhecimento”, as dimensões Conhecimento/Saber e Homem/Sociedade se articulam e são interdependentes.

Com estes princípios presentes, pode-se construir um quadro de referência conceitual e metodológica que norteia a missão institucional na medida em que se estabelecem os

parâmetros de condução das atividades acadêmicas e se apresentam políticas institucionais e acadêmicas compostas por um conjunto de estratégias necessárias à consecução dos objetivos maiores da educação e da Instituição, o que aponta para o seu constante redimensionamento na perspectiva de sintonizar-se com os avanços científicos e tecnológicos e com o atendimento das demandas sociais da contemporaneidade. É, pois, a declaração de uma identidade institucional, a explicitação de uma linha filosófico-pedagógica que fundamenta todos os cursos, programas e projetos do **Centro Universitário de Maringá** na direção de afirmar o princípio do funcionamento orgânico da Instituição, no sentido de corpo único, integrado e em interação dialógica, e favorecer a conquista de uma excelência reconhecida pelos atores internos e pela sociedade.

O PPI constitui um documento de grande relevância para o **Centro Universitário de Maringá**, mediante o qual explicita seu posicionamento a respeito de sociedade, de educação e de ser humano. Busca, dessa maneira, assegurar o cumprimento de suas políticas e ações. O projeto é um instrumento de ação política e pedagógica, que garante “uma formação global e crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, a formação profissional e o pleno desenvolvimento pessoal” (Veiga, 2005, p.16).

Resultado de uma construção coletiva do corpo social do **Centro Universitário de Maringá**, o PPI conjuga-se com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, considerando-se que, apesar da diversidade de caminhos, não há distinção hierárquica entre eles. Ambos devem constituir um processo dinâmico, intencional, legítimo e transparente, em constante interconexão com o contexto da instituição. O PDI, em consonância com o PPI e com os Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPCs, deve demonstrar como a IES pretende concretizar seu projeto educacional, definindo as metas a serem alcançadas nos períodos de tempo definidos e os recursos humanos e materiais necessários à manutenção e desenvolvimento das ações propostas.

Em sua fundamentação, o PPI expressa uma visão do mundo contemporâneo e do papel da educação superior nesse contexto. Ao mesmo tempo explicita de modo abrangente o papel da Instituição de Ensino Superior e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional por meio do ensino, da pesquisa e da extensão como componentes essenciais à formação crítica do cidadão e do futuro profissional na busca da articulação entre o real e o desejável.

É uma projeção de valores, reflexo do crescimento e amadurecimento da instituição, materializando-se no seu fazer específico, cuja natureza consiste em lidar com o conhecimento. Esta projeção de valores deve delinear o horizonte de longo prazo, não se limitando, portanto, a um período determinado.

Na construção do presente documento tem-se como pressuposto que um projeto educativo é parte indissociável dos projetos sociais e culturais que o compõem. Entre suas características básicas estão:

- I. identificar uma proposta pedagógica;
- II. entender o “ser humano” como foco de sua concepção;
- III. orientar-se por uma visão educativa e em um estilo de aprendizagem ensino;
- IV. comprometer os contextos social, econômico e cultural no qual se desenvolve o processo educacional;
- V. pautar-se pela ação integrada de gestores, docentes, alunos e pessoal técnico-administrativos.

Este documento resultou do trabalho participativo da comunidade acadêmica do **Centro Universitário de Maringá**, coordenado pela sua Direção Acadêmica. Para sua elaboração, tomou-se como referência o Plano Nacional de Graduação, proposto pelo Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras – FORGRAD, além das propostas de reformulação para a educação superior divulgadas pela Unesco por meio do documento “Tendências da Educação Superior para o Século XXI”, a Lei dos SINAES e as diversas normatizações produzidas pelo Ministério da Educação sobre a nova ótica do ensino superior.

O Projeto Pedagógico Institucional do **Centro Universitário de Maringá** procura construir coletivamente uma identidade que reflita a visão de homem, sociedade, educação e instituição que constituem o sustentáculo para as múltiplas ações pedagógicas que promovem a construção do conhecimento.

O **Centro Universitário de Maringá** trabalha no sentido de contribuir para a preparação de profissionais para o mercado de trabalho, auxiliando, dessa forma, no processo de inclusão social de seus egressos e para o desenvolvimento regional, no qual alicerça a sua missão institucional, qual seja: *Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do*

conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária. A Instituição tem a responsabilidade social de preparar profissionais éticos e competentes capazes de contribuir para o desenvolvimento, o bem-estar e a qualidade de vida de seus cidadãos.

Este projeto visa construir elementos de aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e de melhoria dos cursos oferecidos pelo **Centro Universitário de Maringá**. Vale ressaltar que este projeto enseja, também, a plena articulação entre ensino, pesquisa e extensão, considerando os aspectos complementares entre cada uma destas dimensões na formação acadêmica, ética e profissional.

Assim, o Projeto Pedagógico da IES foi construído no contexto de uma realidade complexa e sua estruturação foi embasada nas características das inter-relações existentes na instituição, nos cursos e entre cursos, no sistema educacional superior e no contexto social no qual o **Centro Universitário de Maringá** está inserido. Por outro lado, deve-se respeitar e cumprir os princípios metodológicos articulados pela Instituição no sentido de contribuir para melhorar e qualificar o processo ensino-aprendizagem.

6.1 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS GERAIS

O **Centro Universitário de Maringá** desenvolve suas atividades com o objetivo de garantir uma formação superior voltada para um ensino diferenciado, de acordo com as exigências legais, do mercado de trabalho e da sociedade, desta maneira se propõe a atender as necessidades de mercado de trabalho, capacitando profissionais com competência técnica e ética, capazes de atuarem para o desenvolvimento da região.

A filosofia dos projetos pedagógicos dos cursos, que fixam os objetivos e as metas a serem alcançados durante a formação dos alunos, bem como os critérios norteadores para a definição do perfil do egresso, toma como base uma visão humanista e a internalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional. Integram, assim, os conhecimentos, as competências e as habilidades e talentos na formação do futuro profissional.

A articulação entre o ensino, pesquisa e extensão é de fundamental importância para a sustentação do **Centro Universitário de Maringá**. A qualidade de ensino relaciona-se com a

competência que está sendo desenvolvida em pesquisa. As atividades e projetos de extensão se articulam com as experiências de pesquisa e ensino. Em diversas oportunidades, a participação de alunos em atividades extensionistas pode constituir-se em situação essencial de formação. A participação discente nos projetos institucionais de pesquisa e extensão, e sua consequente articulação com o ensino, proporcionam formação integral ao estudante.

Princípios estruturantes do **Centro Universitário de Maringá**:

- I. Fortalecer os princípios de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- II. Ampliar ações comprometidas com a realidade local e regional onde se insere.
- III. Ampliar a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação na modalidade presencial, semipresencial e a distância;
- IV. Fortalecer sua posição estratégica no desenvolvimento tecnológico e socioeconômico da região de seu entorno;
- V. Promover a educação e a formação integral dos sujeitos do ponto de vista ético e de responsabilidade social;
- VI. Aprimorar o trabalho acadêmico inspirado na pedagogia de qualidade e de renovação do processo de ensino-aprendizagem que possibilitem a formação do cidadão comprometido com uma sociedade justa e solidária;
- VII. Expandir as ações do ensino a distância em parceria com o ensino semipresencial e presencial de graduação e pós-graduação.
- VIII. Fortalecer o Programa de Inclusão social, visando incrementar as políticas de responsabilidade social;
- IX. Incrementar a prática investigativa, por meio da iniciação científica em consonância com os Projetos Pedagógicos dos Cursos e as políticas de pesquisa institucionalizadas;
- X. Ampliar as atividades de extensão universitária abertas à participação da comunidade de seu entorno;
- XI. Manter relação de reciprocidade com a comunidade de seu entorno;
- XII. Expandir a fidelização de seus egressos por meio de programas e ações pertinentes;

- XIII. Manter ações de apoio à comunidade universitária, por meio de programas, projetos e cursos extensionistas e livres na modalidade presencial, semipresencial e a distância, de forma a permitir ao acadêmico a opção curricular nas atividades complementares;
- XIV. Ampliar programas de difusão de bens e valores culturais;
- XV. Incentivar o corpo técnico-administrativo a participar dos Programas e/ou Projetos de Capacitação de Recursos Humanos;
- XVI. Aprimorar Programas e Projetos para o desenvolvimento da educação continuada;
- XVII. Dar prosseguimento à expansão da infraestrutura do **Centro Universitário de Maringá** de acordo com as necessidades e demandas da comunidade acadêmica.

6.1.1 REFERENCIAL ÉTICO-POLÍTICO

Uma breve leitura do processo de globalização característico da sociedade contemporânea e da situação brasileira dentro desse contexto é indispensável para a melhor compreensão da realidade do ensino superior que ora se apresenta. Somos um país que se revela por meio de carências e riquezas. Carências que se evidenciam pelas amplas diferenças culturais, sociais, econômicas e de muitos problemas advindos de sua constituição étnica, da forma de colonização das diversas regiões geográficas e de suas diferenças climáticas. Riquezas manifestas por meio de seus recursos naturais e do potencial produtivo nas diversas áreas: agrícola, industrial, comercial, turística, entre outras. Essa disparidade, associada aos problemas vivenciados pela sociedade contemporânea, contribuem para os problemas urbanos ligados à violência, saúde, meio ambiente, desemprego ou subemprego, moradia, educação, dentre outros, os quais também estão presentes em várias partes do mundo. Tais características, associadas ao processo de desenvolvimento oriundo da globalização e das inovações tecnológicas da informação requeridas pelo contexto mundial, desafiam a educação, a função social do ensino superior e o processo de socialização do conhecimento.

O cenário da globalização e a necessidade de maior democratização dos processos e meios de produção, a difusão e as exigências cada vez mais crescentes do acesso a novos

conhecimentos especializados e de novos critérios de qualidade, extrapolam os ambientes acadêmicos suscitando preocupações com a qualidade de vida, valores de uso, custo do acesso a produtos e processos, questões éticas relativas ao controle do conhecimento, entre outras. Isso tende a ressaltar a atuação do Estado e de suas agências, e das instituições responsáveis pela produção e disseminação de conhecimentos, sejam elas públicas ou privadas. Nessa perspectiva, alguns padrões tornam-se obsoletos cedendo lugar a novos padrões e perfis profissionais e de trabalho, o que requer a adoção de uma nova postura, ou seja, de perfis voltados para maior capacidade inovadora e empreendedora.

Outro aspecto de fundamental importância que precisa ser considerado na sociedade contemporânea diz respeito à fragilidade dos “meios tradicionais de doação de identidade” apontada por Costa², tais como a família e a própria escola, pois estes não são lugares únicos de construção de nossa identidade, uma vez que a mídia é responsável por um imenso volume de trocas simbólicas e materiais de dimensões globais que repercutem diretamente nas relações entre cultura e sociedade. Por exemplo, o acesso rápido às informações que transformam radicalmente os modos de interação entre indivíduos e grupos, em vista da presença cotidiana das novas tecnologias de comunicação na vida das pessoas e no funcionamento geral da sociedade. Outro exemplo, “a forma como os adolescentes e jovens buscam na publicidade uma espécie de inspiração para suas práticas – o modo como se expressam, oralmente ou por escrito, o modo como recebem as manifestações artísticas de todos os tipos, o modo como se comunicam com os adultos e seus pares, o modo enfim como compreendem o social e a si mesmos, quase sempre caracterizado por uma unidimensionalidade de sentidos” (Krug e Azevedo in: Silva org., 2000: 28). Para esses autores, os adolescentes e jovens revelam a identidade de seu tempo e a linguagem que os constitui no seu cotidiano, bem como sua maneira de expressar que, na contemporaneidade, o mercado, a publicidade e os meios de comunicação tem lhes oferecido respostas a questões fundamentais, tais como quem as representa, quem fala delas e de cada uma delas em particular, quem sabe de seus interesses. Há um grande apelo às suas inquietações, “entre elas o culto ao corpo, por exemplo, o qual se transformou no grande lugar de identidade, muito mais do que a crença em qualquer utopia política ou crença religiosa.” (Idem).

² Ver COSTA, Jurandir Freire. *Sem fraude e nem favor – estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

Nesse sentido, as IES, de modo geral, precisam compreender que nem as identidades nem os processos reguladores da cultura são inteiramente fixos. As mudanças percebidas nas questões éticas e morais, quando comparadas à mídia e ao mundo do espetáculo, colocam as escolas, ao mesmo tempo, em situação de perplexidade, desconforto e desafio.

Diante desse contexto, a visão de homem na sociedade requer do ensino superior não só atenção à formação de profissionais, como também à formação de cidadãos. Assim, a função social penetra nas instituições de ensino superior, as quais serão orientadas não só pelos desafios tecnológicos, como também pelas questões éticas que dizem respeito à amplitude da atividade humana. Em outros termos, sua tarefa é buscar equilíbrio entre vocação técnico-científica e vocação humanística.

Tal percepção da sociedade contemporânea exige que as instituições deem conta de todas as noções de imagens prévias dos estudantes (incluindo aí a massa de informações, valores e símbolos identitários consumidos a partir dos meios de comunicação), reelaborando-os, incorporando-os criticamente e realizando sua difícil articulação com o conhecimento científico. Assim, formar profissionais dentro desse contexto é um grande desafio, faz-se necessário repensar o ensino superior brasileiro e acompanhar ininterruptamente a evolução tecnológica, para delinear e formar o perfil profissional esperado nesse cenário.

Outro aspecto a considerar está declarado na Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e do Caribe, que é a necessidade de expressivo crescimento da “cobertura educacional requerida para as próximas décadas”. Isso requer das instituições de ensino superior a criação de novas estruturas e de novas propostas acadêmicas que propiciem, por meio de sua autonomia, a formação de profissionais competentes, com excelente suporte sociocultural, técnico, científico e artístico voltados para os países da região, e também a introdução de novos modelos educativos que contribuam para a superação dos baixos níveis de desempenho, do atraso e do fracasso estudantil diagnosticado, bem como para incentivar os professores na utilização de um conjunto de modalidades didáticas presenciais ou virtuais, que melhor se adequem às necessidades e heterogeneidade dos estudantes, sobretudo, que sejam utilizados de forma mais eficaz os espaços educativos que abarcam a atuação de pessoas de diferentes procedências sociais e contextos culturais.

Outro aspecto evidenciado refere-se à dicotomia apresentada à IES, ou seja, de um lado a valorização do conhecimento e a possibilidade de ampliação de novos serviços, de outro,

antigas leituras de estabilidade no emprego e de crescente “terceirização” de atividades, antes desenvolvidas pelas empresas e órgãos públicos, forçando os indivíduos a buscar o aprimoramento pessoal, a atualização constante de conhecimentos e a realização de novas ideias para a chance de sucesso em um ambiente altamente competitivo. Esse quadro destaca, cada vez mais, a importância do conhecimento nas sociedades contemporâneas e da necessidade da formação dos indivíduos como homens virtuosos. Em outras palavras, homens completos conforme a doutrina aristotélica, completos porque se expressam sob a ótica da singularidade e sob a ótica da coletividade. Enquanto sujeitos singulares, demonstram sua individualidade e, coletivamente, revelam suas riquezas e valores. Assim, aptos não só para responder às demandas sociais, como também para ser agentes de transformação na sociedade, sem prescindir da ética nas práticas humanas.

Essas questões impulsionam o modelo acadêmico caracterizado pela indagação de problemas em seus contextos, quais sejam: a) a produção da transferência do valor social dos conhecimentos; b) o trabalho conjunto com as comunidades, por meio da pesquisa científica, tecnológica, humanística e artística fundamentada na definição explícita dos problemas detectados, de solução fundamental para o desenvolvimento do país ou da região e o bem-estar da população; c) uma tarefa ativa de divulgação, vinculada à criação de uma consciência cidadã, sustentada no respeito aos direitos humanos, e à diversidade cultural; d) um trabalho de extensão que enriqueça a formação e que colabore na identificação de problemas para a agenda da pesquisa e crie espaços de ação conjunta com distintos atores sociais, especialmente, com os mais excluídos e marginalizados. (Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe, 2008)

Dessa forma, as ações educativas propostas pelo **Centro Universitário de Maringá**, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, precisam dar conta dessa leitura de mundo, em busca de um paradigma de sociedade e de educação que propicie a formação global e crítica dos sujeitos envolvidos no processo, enquanto transformadores dessa realidade percebida, capacitando-os para o exercício de cidadania, com respostas para os problemas contemporâneos.

Para tanto, é necessário exprimir a intencionalidade pedagógica, política, cultural, profissional e social da educação na instituição, de forma a constituir relações entre a escola, sua estrutura formal e os sujeitos que a produzem e vivenciam, no seu cotidiano, os valores

elaborados nos contextos sociais que permitam atribuir significado às suas ações. O diálogo com a sociedade é o primeiro passo a ser dado.

Diante disso, o PPI é ferramenta essencial para a condução da IES, porque é ação intencional e compromisso sócio-político voltado para a formação do cidadão em determinada sociedade, ao mesmo tempo em que delimita as ações educativas e características para que a IES consolide seus propósitos e intenções.

O **Centro Universitário de Maringá**, enquanto instituição privada, ainda que precise considerar sua sobrevivência financeira e, para isto, ser administrado como organização, assume, em primeiro lugar, seu compromisso de ser não apenas uma empresa e um local onde se ensinam conteúdos, mas um espaço em que se busca a formação e o desenvolvimento do acadêmico, da região e do país. Assim, o PPI define sua prática educativa e sua proposta de conhecimento e intervenção na realidade diagnosticada, por meio da formação de sujeitos críticos e com habilidades e competências nas diferentes áreas do conhecimento.

6.1.2 REFERENCIAL FILOSÓFICO-EDUCACIONAL

Acreditar na função da universidade como instituição social exige questionamento crítico de sua prática atual e, sobretudo, da compreensão de seu papel. Essa reflexão foi o ponto de partida para o estabelecimento do marco referencial do Projeto Pedagógico Institucional do **Centro Universitário de Maringá**. Como o próprio nome indica, ele apresenta uma dimensão pedagógica, porque discute o processo de formação e as possibilidades de construção de sujeitos cidadãos, e uma dimensão política, pois trata dos valores, dos fins e do papel da instituição nas transformações sociais e nas relações com a estrutura formal de poder.

A dimensão pedagógica requer compreensão, interpretação e clareza daquilo que se entende por educação, porque é ela que direciona as formas de agir politicamente no contexto escolar. Assim, para o **Centro Universitário de Maringá** a educação é vista como processo de formação integral, integrada, integrante e integradora das pessoas e dos grupos. Essa visão requer práticas educativas que instiguem a capacidade dos sujeitos envolvidos a exercerem sua autonomia moral e intelectual e, nesse sentido, a educação é concebida como processo que integra todas as modalidades de ensino superior, ou seja, o ensino de graduação, de pós-graduação e as atividades extensionistas. Em virtude de todos os elementos envolvidos nesse

processo, faz-se necessário esclarecer qual a tendência filosófica adotada pelo **Centro Universitário de Maringá**, pois ela orientará todo o trabalho da academia. (Luckesi, 1994: 51)

As considerações acima não negam o papel ativo da educação na sociedade, tampouco os condicionantes histórico-sociais, pois considera a possibilidade de agir a partir dos próprios condicionantes históricos. “Para tanto, importa interpretar a educação como uma instância dialética que serve a um projeto, a um modelo, a um ideal de sociedade. Ela medeia esse projeto na prática. Assim, se o projeto for conservador, medeia a conservação; contudo se o projeto for transformador medeia a transformação; se o projeto for autoritário, medeia o autoritarismo; se o projeto for democrático, medeia a realização da democracia”. (Luckesi, 1994: 49)

A missão do **Centro Universitário de Maringá** de formar cidadãos críticos que contribuam para uma sociedade mais justa e solidária revela sua tendência filosófica, que tem como perspectiva a educação enquanto transformadora da sociedade. Nesse sentido, as ações educativas estarão centradas na formação de profissionais cidadãos comprometidos com a participação ativa na construção de seu aprendizado e, ao mesmo tempo, na busca de respostas efetivas às mudanças da sociedade contemporânea.

Outro aspecto de suma importância a ser considerado é a leitura que o **Centro Universitário de Maringá** faz de seus estudantes, os quais são vistos como pessoas autônomas e livres, na sua identidade biopsicossocial, histórico-cultural, nas suas particularidades, interesses e necessidades. Quer dizer, enquanto sujeitos que participam do processo de inter-relações e de interações históricas de humanização, de personalização, de socialização e de politização na construção do mundo.

A concepção educacional, a missão e a leitura que o **Centro Universitário de Maringá** faz de seus estudantes são relevantes para a compreensão e concepções de formação e de currículo da IES. Partindo-se da premissa de que a educação não é apenas um projeto científico ou racional, uma vez que a ação pedagógica realiza-se a partir de uma pluralidade de valores e crenças, de ideais e de situação, não sendo possível efetivar a priori o seu controle, não é mais possível pensar em um modelo pautado apenas pela lógica de racionalidade técnica, mas no modelo orientado para a construção de ciências plurais. Essa concepção, certamente, encontrará dificuldades na prática, dado ao modelo vigente no país, no entanto, em meio à crise que desse paradigma emana e que afeta as instituições de ensino superior, ela se afirma como

necessária, ainda que emaranhada nos nexos entre poder e conhecimento, sobretudo como instância de luta pela cidadania.

Outro fator que afeta, sobremaneira, a IES diz respeito ao conhecimento. As condições históricas desse século XXI assinalam a necessidade de uma nova relação com o conhecimento, rompendo barreiras cristalizadas, tais como: a) a relação homem e natureza; b) o conhecimento e senso comum; c) a objetividade e a subjetividade; d) o material e o simbólico. Além desses fatores, no caso brasileiro, é perceptível um quadro caótico de retrocesso político que revela restrições de direitos sociais mais amplos, os quais se mostram mais cruéis em função da exclusão educacional e de outros direitos básicos, condição essa vivenciada pela maioria da população. Tais situações são determinantes para quaisquer propostas educacionais pretendidas, por mais inovadoras que possam se mostrar. Nesse sentido, cabe à IES assumir a relevância pelas lutas em favor da transformação dessa realidade, na medida em que coloca a produção dos conhecimentos elaborados a serviço da pretendida intervenção na comunidade de seu entorno. Essa prática deverá ser pautada e submetida a um processo de avaliação contínua e global de seu fazer acadêmico.

Outro aspecto importante a ser pontuado refere-se à sociedade informacional desse século XXI, que requer um repensar constante da estrutura e da organização das informações, da capacidade de articulação dos conhecimentos e da elaboração das informações. Essas demandas afetam diretamente o mundo do trabalho, atingem fortemente a formação profissional, em virtude do grau de exigências suscitadas pelo mercado, pela excludência e flexibilização crescentes a ele vinculados. O resultado que se observa em decorrência desses fatores envolve uma grande redução na oferta de empregos e postos de trabalho, no nível de remuneração, além das formas precárias de inserção no mundo do trabalho. Em contrapartida a essa situação, há um aumento da exigência no nível educacional dos trabalhadores que chega até nos setores menos dominantes, os quais também demandam formação polivalente e multifuncional.

Dessa forma, a concepção de currículo constitui-se marco e moldura que delimitam a inserção dos estudantes em sistemas de significação, nos quais são capazes de compreender as funções que representam, de modo a partilhar seus significados para a compreensão da “realidade”. Esse entendimento, que se dá por meio do uso dos signos e da linguagem, caracteriza as práticas curriculares articuladas com o conjunto de práticas sociais, as quais constituem não só a formação técnico-científica, como também todas as experiências que

constituem os sujeitos. Nesse contexto, as disciplinas e o bloco de disciplinas que compõem o currículo não podem ser vistos como mecanismos neutros, burocráticos e racional/educacional, fato que exige iniciativas, reformas holísticas e inovações compreensivas, como, por exemplo, necessidade de concretizar a interdisciplinaridade didática tão difícil de ser compreendida e praticada, em função de vários condicionantes que não cabe aqui elucidar, dada a complexidade que esse tema ainda suscita na prática escolar brasileira, mas que não pode ser ignorada. Essa interdisciplinaridade decorre da unidade e da integração do objeto do saber e será buscada pela constante interação entre as áreas do conhecimento e os campos de suas confluências, pois acreditamos que conhecimento interdisciplinar não se restringe à sala de aula, mas ultrapassa os limites do saber escolar e se fortalece na medida em que ganha amplitude na vida social. Essa posição epistemológica supõe um eixo integrador a constituir-se como objeto de um projeto de investigação – pesquisa, como proposta de construção científica – ensino, e como plano de intervenção, aplicação e transferência – extensão.

Tais considerações só terão sentido e significado se o ensino, em todos os seus níveis e graus, concretizar-se por meio da articulação entre teoria e prática profissionais, pela otimização e flexibilização dos currículos, pela qualificação e dedicação docente às atividades acadêmicas e pela busca da integração entre os diversos cursos e programas. Dessa forma, o ensino de graduação, dada a sua natureza, há de ser generalista, pluralista e crítico. Isso não quer dizer que não possa haver especificidades nas formações profissionais e técnicas, pois os conhecimentos sólidos necessários serão fundamentados nas diferentes áreas do saber que embasam as competências e habilidades esperadas e requeridas dos estudantes. Quanto aos programas de ensino de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), nas áreas de conhecimento pretendidas, precisam atender as necessidades estratégicas da sociedade, no seu desenvolvimento econômico, social, político, cultural e educacional.

Assim, a educação e o ensino, em todos os níveis e graus, efetivam-se pela eficiência e eficácia, bem como pela sua relevância, importância, pertinência e qualidade. Essas características desejadas constituem-se objeto de avaliação institucional interna e externa, e devem envolver a totalidade da organização institucional e suas partes integrantes. Convém ainda ressaltar a relevância das produções científicas, as quais serão estruturadas curricularmente nas propostas político-pedagógicas de cada um dos cursos, ou em programas de projetos de disciplinas, de áreas e campos temáticos, articulados com o desenvolvimento da

investigação científica de professores, alunos, técnicos e com a prática das atividades extensionistas.

Isto posto, vale a pena ressaltar alguns estudos recentes que apontam aspectos importantes a serem considerados nas políticas e nas práticas de ensino superior, haja vista a complexidade do mundo no qual vivemos. Dentre os quais se destacam:

- I. O equilíbrio entre egressos e mercado de trabalho, levando em conta as mudanças e necessidades da sociedade contemporânea que demanda por novos profissionais.
- II. As novas exigências na forma de se elaborar, adquirir e transmitir conhecimentos, com base nas novas tecnologias da informação e de comunicação, bem como na visão interdisciplinar e da unidade teórico/prática.
- III. As abordagens que contemplem e que valorizem experiências culturais e locais distintas, diversas epistemologias e espiritualidade.
- IV. A adoção de perspectivas por meio e a partir de problematizações das noções de competências compreendidas em sua dimensão construtiva, processual, coletiva, multifacetada e interdisciplinar do termo.

Nesse sentido, o PPI compreende “um conjunto de interesses, necessidades, demandas, objetivos, diretrizes e ações planejadas pela IES, capaz de dar sentido, coesão e fundamentação ao próprio desenvolvimento da organização, auxiliando na competição externa e incrementando a integração interna”. (Trigueiro, 2000, p. 81). Portanto, tem caráter propositivo. Suas concepções e princípios estão em consonância com a legislação do ensino superior brasileiro, sobretudo com as Diretrizes Curriculares de cada curso, que constituem referencial indispensável para a elaboração dos Projetos Pedagógicos e para o planejamento das ações educativas da instituição.

O **Centro Universitário de Maringá** pretende, por meio deste documento, assinalar a importância de se pensar o espaço acadêmico de forma inovadora. Isso exige repensar constantemente suas políticas, seus objetivos e metas, bem como seu próprio dimensionamento, sobretudo quando o processo avaliativo diagnosticar possíveis desvios. Esse cuidado é que possibilitará a consolidação de sua missão institucional que vale a pena ressaltar: “Promover a

educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária”.

6.2 PERFIL DO EGRESSO

O perfil do egresso do **Centro Universitário de Maringá** está intrinsecamente vinculado ao perfil profissional definido no projeto pedagógico de cada curso, aliado à filosofia definida pela IES nesse projeto. Qual seja: a formação de profissionais com perfil empreendedor, cidadãos, que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária, sugere uma consciência ética aprimorada, alto nível educacional e comprometimento com o desenvolvimento cultural, social e econômico.

O perfil dos egressos dos cursos em funcionamento no **Centro Universitário de Maringá** foi definido em consonância com a missão institucional e com a proposta curricular. A definição do currículo leva em consideração o perfil desejado para cada curso, observando a seleção de conteúdos necessários, as competências e as habilidades a serem desenvolvidas para se obter o referido perfil, bem como a necessidade de preparação dos alunos para o mundo do trabalho, o atendimento às novas demandas econômicas e de emprego, de formação para a cidadania, a preparação para a participação social em termos de fortalecimento ao atendimento das demandas da comunidade, de formação para o alcance de objetivos comprometidos com o desenvolvimento harmônico e de preparação para entender o ensino como prioridade fundamentada em princípios éticos, filosóficos, culturais e pedagógicos.

6.3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

6.3.1 POLÍTICAS DE ENSINO

O **Centro Universitário de Maringá** mantém cursos de graduação na modalidade presencial e a distância organizados em três áreas do conhecimento: a) Ciências Humanas e Sociais e Aplicadas; b) Ciências Exatas, Tecnológicas e Agrárias; c) Ciências Biológicas e da Saúde.

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância, concebe essa modalidade de ensino como agente “de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, fomentando a incorporação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e das técnicas de educação a distância aos métodos didático-pedagógicos. Além disso, promove a pesquisa e o desenvolvimento voltados para a introdução de novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras”

Com base nos esclarecimentos que orientam a organização didático-pedagógica, o **Centro Universitário de Maringá** estabelece as políticas de ensino, a saber:

- I. Manter estudos constantes da carga horária dos cursos de graduação, de modo a atender o mínimo exigido pelas diretrizes curriculares que orientam cada curso, deixando eventuais especializações para programas a serem desenvolvidos em cursos de pós-graduação lato sensu;
- II. Garantir que, nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, haja lugar para a iniciação científica, a prática da monitoria, as atividades científico-culturais e artísticas, os estágios curriculares e extracurriculares e a participação em projetos de extensão junto à comunidade acadêmica e à comunidade externa;
- III. Flexibilizar os currículos dos cursos de graduação de modo a conter pluralidade de linhas de pensamento, definir conteúdos teóricos básicos e práticas profissionalizantes essenciais para a constituição de competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos, na perspectiva do “aprender a aprender”;
- IV. Estabelecer procedimentos para o bom andamento de estágios, TCCs, monografias, exercício da monitoria, iniciação científica e demais atividades práticas que integram o currículo dos cursos;
- V. Aprimorar ações de nivelamento de conteúdos que deveriam ter sido adquiridos pelos alunos no ensino médio, principalmente no que tange às competências necessárias para a expressão escrita em língua portuguesa e fundamentos de matemática, cálculo, física, química e biologia;
- VI. Aprimorar, na organização curricular de cada curso de graduação, a disciplina de formação sociocultural e ética de forma a despertar a consciência sobre os acontecimentos do seu entorno social;

- VII. Adotar estratégias didático-pedagógicas adequadas ao fomento da capacidade empreendedora do aluno;
- VIII. Organizar um sistema de acompanhamento do aluno egresso, dos cursos de graduação, vistos não só como instrumentos de avaliação dos resultados finais do processo ensino-aprendizagem, como também de apoio para o prosseguimento dos estudos, na perspectiva da educação continuada;
- IX. Manter políticas para a renovação dos recursos materiais, equipamentos, laboratórios e biblioteca de acordo com as necessidades demonstradas nos projetos pedagógicos dos cursos;
- X. Atualizar sistematicamente os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, a partir de suas avaliações internas e externas;
- XI. Aprimorar a metodologia de ensino a distância nos cursos ofertados;
- XII. Elaborar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação de acordo com o roteiro para elaboração de projetos pedagógicos dos cursos;
- XIII. Analisar a evolução dos cursos existentes para a redefinição do plano de desenvolvimento institucional, respeitando seu período de vigência;
- XIV. Dar continuidade aos cursos de capacitação específicos para as áreas de didática e metodologia do ensino aos docentes;
- XV. Acompanhar a adequação dos currículos às novas exigências sociais, observadas as diretrizes curriculares para os cursos de graduação;
- XVI. Estimular a prática de elaboração e recursos didáticos por meio do uso de novas tecnologias de comunicação e informação;
- XVII. Aprimorar os instrumentos de avaliação do desempenho escolar do corpo discente e da avaliação dos docentes pelos discentes, com o propósito de aperfeiçoar o programa de avaliação institucional;
- XVIII. Aprimorar as ações integradoras das teorias e das práticas profissionais;
- XIX. Acompanhar o tempo efetivo de dedicação dos alunos às atividades acadêmicas e de produção científica realizada;

- XX. Aprimorar e incentivar o uso adequado da biblioteca e dos laboratórios como meio de aprendizagem;
- XXI. Aprimorar os programas de incentivo à leitura para o corpo docente e discente.

6.3.2 POLÍTICAS PARA O ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

As constantes mudanças no mundo do trabalho, em função do acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, colocam o aluno em uma posição de perplexidade, de incertezas e de prontidão diante do inusitado. Isso requer postura crítica e investigativa permanente diante do conhecimento. Para tanto, ao estudar deve aprender a aprender e estar capacitado para continuar aprendendo, engajado em um movimento contínuo de aprendizagem. Nesse contexto, a instituição se revela enquanto espaço gerador de competências de longo prazo que possibilitam o trânsito do aluno em múltiplas direções, preparando-os para atuar de forma criativa na resolução de problemas e situações previsíveis e não planejadas.

Assim, com o objetivo de incentivar à produção e a difusão do conhecimento científico, o **Centro Universitário de Maringá** se engaja ativa e criticamente no processo do conhecimento por meio da pós-graduação, essencial ao desenvolvimento da pesquisa e da produção científica institucionalizada. O programa de pós-graduação é responsável por formar profissionais capacitados e aptos a responder aos anseios da instituição e da região, avançando sempre na produção do conhecimento científico. Centrado nesta convicção, o **Centro Universitário de Maringá** tem uma Pós-graduação voltada para a garantia da subsistência científica, à formação e ao aperfeiçoamento constante do profissional, a fim de que este se sinta efetivamente um cidadão e um profissional apto para acompanhar a modernidade.

O Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Jurídicas em nível de Mestrado, credenciado pela CAPES, está se consolidando. Novos Programas de Pós-graduação em nível de mestrado estão sendo concebidos e outros se encontram na CAPES para credenciamento.

Os Programas de Pós-Graduação *lato sensu* do **Centro Universitário de Maringá** envolvem as principais áreas do conhecimento e fornecem educação continuada aos cursos de graduação, visando ao aprimoramento e à atualização profissional, preparando-os para o

mercado de trabalho. Estes cursos preparam profissionais qualificados para ocuparem cargos reconhecidos e melhor remunerados.

As políticas institucionais para o Ensino de Pós-graduação são:

- I. Fortalecer a pós-graduação, respeitando os padrões de qualidade e a legislação vigente, de modo a formar cidadãos para o desenvolvimento profissional e social da região e do país;
- II. Constituir a pós-graduação *stricto sensu* com o objetivo preferencial para ampliação do atendimento ao **Centro Universitário de Maringá** e aproveitamento da sua massa crítica e potencialidades;
- III. Promover o estabelecimento de relações em parceria e cooperação com programas de pós-graduação de instituições universitárias e de pesquisa do país e do exterior;
- IV. Desenvolver pesquisas em áreas consideradas relevantes e prioritárias para a região de inserção da instituição;
- V. Ampliar mecanismos de apoio à publicação para professores e acadêmicos;
- VI. Incentivar constantemente a participação de professores e estudantes de pós-graduação em eventos científicos;
- VII. Ampliar a oferta de cursos e programas de pós-graduação em consonância com as linhas de pesquisa estabelecidas no projeto pedagógico da graduação.

6.3.3 POLÍTICAS PARA A PESQUISA

O **Centro Universitário de Maringá** estabeleceu a pesquisa como prioridade. Esse compromisso redireciona as contratações e formação de recursos humanos, a estruturação de grupos e linhas de pesquisa, assim como investimentos em infraestrutura e novas tecnologias de comunicação e informação. Essas iniciativas consistem no preparo de qualidade acadêmica e visam consolidar sua comunidade de conhecimento, integrando o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. No entanto, a lacuna entre ensino, pesquisa e extensão, tão difícil de ser superada, expressa a realidade da maioria das instituições de ensino superior. A principal tarefa a ser

realizada consiste em envolver o corpo docente e discente para o engajamento nessas três grandes áreas (ensino, pesquisa e extensão), na tentativa de superar o trabalho isolado e solitário dentro da academia. Segundo Demo (1992), essa dicotomia conduz à cisão entre teoria e prática, pois não há relação entre conhecimentos acadêmicos e a realidade social dos alunos. Esse é um grande desafio.

No entanto, a possibilidade de relacionar pesquisa e ensino é também uma exigência no ensino superior, deflagrada pela necessidade de formação de um cidadão que possa atuar no mundo com criticidade, dentro de sua realidade histórica, sem reduzir essa inserção à sistematização de ideias e às especulações dedutivas.

Assim, para o **Centro Universitário de Maringá** a pesquisa é compreendida como princípio educativo e essência para a formação dos sujeitos enquanto “homens virtuosos”, conforme explicitado anteriormente, sujeitos históricos e “autores” no sentido de quem exerce sua cidadania. Para Neto (2002:34), a pesquisa vista como princípio educativo refere-se à pesquisa que, mesmo “não sendo financiada, original, especializada, acompanhada e avaliada, pelos órgãos de fomento, permite rigor metodológico capaz de ajudar a desenvolver nos alunos ‘o questionamento reconstrutivo’, isto é, a capacidade de identificar problemas, refletir sobre eles, localizar as soluções já pensadas e reconstruí-las esboçando já a própria autoria em função das necessidades concretas previamente detectadas. Na graduação, isto pode ser um excelente ensaio para formar o profissional que sabe fazer e refazer soluções”, conforme apontado por Demo (2001).

A pesquisa concebida, enquanto “princípio educativo”, requer algumas considerações para inserção na prática acadêmica, também apontadas por Neto (2002, 37-38), quais sejam: a) a memória formativa do professor-pesquisador; b) os eixos temáticos adotados; c) os diferentes tipos de pesquisa; d) os projetos pedagógicos dos cursos; e) atenção para com as necessidades da realidade; f) jornada de Iniciação Científica e Congresso de Produção Científica; g) Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC); h) a formação dos alunos na educação básica; i) o trabalho com grandes grupos de alunos.

Esses cuidados permitem minimizar a lacuna entre o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como a intenção de formar sujeitos a partir da visão de formação humano/profissional. Em outras palavras, capaz de participar do processo de transformação da sociedade na perspectiva

de convivência plural e solidária, conforme a missão educacional do **Centro Universitário de Maringá**.

A partir de 2001, foi privilegiada a inserção de estudantes de graduação nos Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq e nos projetos de pesquisa em andamento, em especial por meio do PIBIC/CNPq **Centro Universitário de Maringá**, que é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, mantido com recursos próprios e recursos federais oriundos da mais importante Agência de fomento à pesquisa do Brasil - o CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Com o intuito de fomentar a pesquisa institucional, bem como sua divulgação e intercâmbio científico, o **Centro Universitário de Maringá** é responsável pela publicação, impressa e on-line de periódicos científicos indexados. Por outro lado, o **Centro Universitário de Maringá** possui uma moderna biblioteca, com acervo de alto nível, com diversas bases de dados, assim como acesso ao Portal da CAPES.

Para dar suporte aos professores e pesquisadores, o **Centro Universitário de Maringá** ainda conta com: Comitê Permanente de Ética em Pesquisa, Comitê Assessor de Pesquisa, Núcleo de Apoio à Editoração e Pesquisa, Núcleo de Inovação Tecnológica e Programa de Apoio e Capacitação ao Desenvolvimento Profissional.

As atividades de pesquisa, portanto, constituem-se um dos importantes pilares da educação de qualidade do **Centro Universitário de Maringá**, permitindo o desenvolvimento e o constante avanço do conhecimento. Dessa forma, acredita-se que o **Centro Universitário de Maringá** tem contribuído não só para a formação de profissionais altamente qualificados, mas também para o aperfeiçoamento do cidadão consciente que exerce papel transformador na sociedade.

6.3.4 POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO

Desde o seu credenciamento, em 2002, o **Centro Universitário de Maringá** tem ampliado suas ações extensionistas visando ao cumprimento de sua missão e também seu compromisso com a sociedade.

A consolidação da extensão universitária no CESUMAR exige políticas e normas de operacionalização definidas e socializadas na comunidade universitária com vistas ao acompanhamento e à avaliação sistemática desse processo, indispensável na formação do aluno e no intercâmbio com a comunidade.

Foram aprovadas, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em março de 2005, as Políticas e Normas de operacionalização da Extensão Universitária, por meio da Res. 002/2005. O presente documento visa explicitar as diretrizes institucionais para o desenvolvimento das atividades extensionistas de nosso Centro Universitário, na busca da consolidação de nossas ações.

A política de Extensão Universitária do CESUMAR está estabelecida em atendimento aos princípios de cidadania: equidade, justiça, respeito e dignidade, ética nas relações, responsabilidade institucional e social e se orienta pelas diretrizes do Plano Nacional de Educação, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, agregando os objetivos estabelecidos no Plano Nacional de Extensão.

Para tanto, foram estabelecidas dez políticas de extensão do **Centro Universitário de Maringá**:

- I. Consolidar a Extensão Universitária como processo acadêmico indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- II. Promover a integração do ensino e da pesquisa com as demandas institucionais e sociais, priorizando atividades práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais, como as relacionadas com a área de educação, saúde e habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação da renda;
- III. Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política;
- IV. Reconhecer as ações extensionistas como atividades complementares nos projetos pedagógicos dos cursos de ensino superior;
- V. Incentivar e apoiar as atividades culturais, artísticas e desportivas;
- VI. Divulgar e apoiar a produção acadêmica;

- VII. Enfatizar a utilização de tecnologias para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, incluindo a educação continuada a distância;
- VIII. Apoiar as atividades voltadas para a produção e preservação cultural e artística como relevantes para o desenvolvimento local e regional;
- IX. Estimular a inclusão da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável como componentes da atividade extensionista;
- X. Viabilizar a prestação de serviços como produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão.

6.3.5 POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para o **Centro Universitário de Maringá** a diversidade da política inclusiva de uma instituição de ensino reside na compreensão dos aspectos observáveis que se aprende a ver como diferentes, quais sejam: a) étnico-raciais, b) sociais, c) geracionais, d) religiosidade, e) gênero, f) orientação sexual, g) pessoas com deficiências, entre outros, porque os sujeitos históricos, na totalidade das relações sociais, no contexto da cultura e do trabalho, assim os nomearam e identificaram. A importância desta compreensão está na relação estreita entre o olhar e o trato pedagógico da diversidade e da concepção de educação que orienta as práticas educativas da instituição. O ensino inclusivo não deve ser confundido com educação especial.

A concepção que identifica a diversidade como norma da espécie humana - os seres humanos são diversos em suas personalidades, em suas experiências culturais e em suas formas de perceber o mundo – orienta a abordagem da diversidade e também ressalta que a luta pelo direito à diversidade não se opõe à luta pela superação das desigualdades sociais. Segundo essa linha de pensamento, o trato pedagógico da questão da diversidade indica que uma das dimensões do processo de inclusão social é a inclusão escolar. Quer dizer, um conjunto de políticas públicas e particulares com a finalidade de levar a escolarização a todos os segmentos humanos da sociedade, com ênfase na infância e juventude.

No Brasil, tanto a Constituição de 1988 quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96 destacam a importância e urgência de se promover a inclusão educacional como elemento formador da nacionalidade. As Portarias de números: 1793/1994,

1679/1999 e 3284/2003 determinam a inclusão escolar para todos aqueles que se encontram à margem do sistema educacional, a saber: 1) aqueles que não participam do consumo de bens materiais (produtos e mercadorias) e/ou serviços; 2) aqueles que estão fora do processo produtivo, quer pelo subdesenvolvimento, quer pelo desemprego e subemprego, 3) aqueles que não tem acesso a bens culturais, tais como: saúde, educação, lazer e outros componentes da cidadania; 4) aqueles com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superlotação.

O **Centro Universitário de Maringá**, ao assumir essas premissas, tem a compreensão da diferença e o respeito à diversidade como um dos eixos orientadores da sua ação e das práticas pedagógicas, que se traduzem nas seguintes ações:

- I. Eliminação de barreiras arquitetônicas para os portadores de necessidades especiais e atendimento da questão nas novas edificações;
- II. Intensificação de programas e projetos de extensão voltados às populações de baixa renda;
- III. Manutenção de Programa Especial de Inclusão Digital – Digitando o Futuro, para crianças, jovens e adultos;
- IV. Participação nos Programas e Projetos Nacionais de Inclusão Social.
- V. Manutenção do Programa de Acompanhamento de alunos Portadores de Deficiência Auditiva.
- VI. Aprimoramento do Programa Institucional de Formação Sociocultural e Ética nos cursos de graduação.
- VII. Manutenção do Núcleo de Apoio Pedagógico para o atendimento dos alunos com problemas de aprendizagem.

6.3.6 POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

A delimitação da política de responsabilidade social é exigência do Ministério da Educação. Para o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, essa política

está relacionada à contribuição com a inclusão social, defesa do meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural, completando o compromisso social da instituição na qualidade de portadora do bem público e dos princípios de cidadania, independentemente de sua natureza jurídica, o que não significa adotar políticas assistencialistas ou antigas ações de filantropia. Adotar políticas que atendam tais exigências ministeriais requer que todos os sujeitos integrantes da comunidade acadêmica percebam de forma direta e indireta as ações coletivas dessa natureza em todos os níveis, até mesmo a sociedade como um todo. Nesse sentido, a responsabilidade social está imbricada não só com os Projetos de Extensão desenvolvidos pela IES, como também com as ações que os envolvem e que estão voltadas para a melhoria de cada um deles. É um caminho vocacionado para uma contribuição que vai além do progresso científico-tecnológico-cultural, com o intuito de possibilitar melhoria concreta nas condições de vida da comunidade que interage com a IES.

Dessa forma, o **Centro Universitário de Maringá** desenvolve suas políticas de responsabilidade social em consonância com sua missão para o atendimento de seus funcionários, professores, gestores e membros da comunidade em geral, por meio de ações oriundas das diretrizes abaixo:

- I. Manter o Programa de Bolsa de Estudos e Bolsa Trabalho Institucionais e/ou parcerias com empresas da região e instituições públicas e privadas;
- II. Manter os Programas de Extensão;
- III. Manter o Programa de Cessão de Espaços e de Recursos Institucionais para a Sociedade Organizada;
- IV. Programas de Educação Continuada;
- V. Manter Programas de Atendimento à Comunidade por meio de práticas pedagógicas realizadas em suas clínicas, hospital escola, restaurante escola, farmácia escola, fazenda escola, posto de saúde em parceria com a Prefeitura Municipal, hotel escola, CESUMAR empresarial, rádio universitário, canal televisivo, núcleo de prática jurídica, Programa de Medicina Veterinária – Carroceiro Cidadão;
- VI. Manter Projetos Especiais e Culturais;
- VII. Fortalecer o Programa de Incentivo à Preservação do Meio Ambiente.

6.3.7 POLÍTICAS PARA A GESTÃO

Esse documento, conforme já explicitado, tem por objetivo a orientação da atividade fim do **Centro Universitário de Maringá**. No entanto, a gestão do processo acadêmico supõe uma administração que confira condições operacionais e recursos necessários para o desenvolvimento de seus objetivos e metas. Todas as diretrizes políticas e estratégias de operação são estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, do plano plurianual, organizados, preferencialmente, em torno de programas e projetos específicos nele apontadas. Essas políticas estão organizadas em seis tópicos, conforme os subitens abaixo elencados.

- Política de sustentabilidade financeira
 - I. Assegurar os recursos humanos, materiais e financeiros;
 - II. Manter políticas de planejamento, de coordenação e de gerência em sintonia e sinergia com os funcionários envolvidos;
 - III. Assegurar a socialização do Plano de Desenvolvimento Institucional.

- Política de Captação de Recursos
 - I. Estimular o estabelecimento de parcerias com instituições de ensino médio para desenvolvimento de projetos que despertem o interesse dos jovens pelas propostas de graduação do CESUMAR;
 - II. Fortalecer convênios com prefeituras e empresas, órgãos públicos e privados, com o objetivo de ampliar a demanda para os cursos de graduação, de pós-graduação e extensão;
 - III. Aprimorar o Projeto Integração de parcerias com instituições de ensino médio para desenvolvimento de projetos que despertem o interesse dos jovens pelas propostas de graduação do **Centro Universitário de Maringá**;

- IV. Identificar as necessidades e demandas e estimular a oferta de cursos de graduação, pós-graduação e de extensão;
 - V. Promover a realização de Projetos no âmbito dos cursos de graduação e das unidades prestadoras de serviços que possam gerar receitas ou aumentar a visibilidade do **Centro Universitário de Maringá**;
 - VI. Fomentar e viabilizar a realização de consultorias (CESUMAR empresarial) pelos docentes e discentes;
 - VII. Identificar potencialidades e viabilizar parcerias para comercialização de produtos de natureza tecnológica desenvolvidos na instituição.
- Política de relação da instituição com a comunidade acadêmica
 - I. Fortalecer o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Profissional e de Capacitação Docente e Técnica do **Centro Universitário de Maringá**;
 - II. Fortalecer a produção acadêmica docente e discente difundida por meio de eventos e provimento de meios para a publicação de produção científica das revistas indexadas em veículos de divulgação científica;
 - III. Aprimorar o Programa de Nivelamento, visando oferecer aos alunos ingressantes a oportunidade de sanar as deficiências de conteúdos pertinentes à educação básica;
 - IV. Fortalecer o Programa de Atendimento Psicossocial e Psicopedagógico dos alunos;
 - V. Fortalecer o Programa de Valorização do profissional docente baseado em experiência profissional e não só em titulação docente;
 - VI. Aprimorar o Programa de Qualificação Profissional do Técnico-administrativo;
 - VII. Aprimorar o atendimento didático-pedagógico aos docentes;
 - VIII. Aprimorar o Programa de Flexibilização e Simplificação dos processos administrativos;
 - IX. Aprimorar o Programa de Atividades Artísticas e Culturais e os espaços de convivência e lazer da comunidade acadêmica;

- X. Aprimorar o Programa de Incentivo a Atividades Desportivas da Comunidade Acadêmica.
- Política de Comunicação e Marketing
 - I. Aprimorar a Política de Comunicação voltada à divulgação das ações de gestão e de administração geral;
 - II. Aperfeiçoar a Política de Comunicação com a comunidade interna e a comunidade loco-regional;
 - III. Fortalecer a comunicação da Assessoria de Imprensa;
 - IV. Fortalecer a Política de Responsabilidade Social por meio da divulgação da imagem de seus serviços junto à população, articulando sua história, seus objetivos e suas projeções para o futuro;
 - V. Aprimorar as Políticas de Tecnologias de Comunicação e Informação do Centro Universitário de Maringá.
- Políticas de Avaliação de Planejamento
 - I. Fortalecer as Políticas de Auto avaliação e da Avaliação Externa na sua prática, visando o aprimoramento dos processos acadêmicos e de gestão;
 - II. Aprimorar a comunicação dos resultados da avaliação institucional em sintonia com o planejamento em todos os seus níveis, para melhor consistência técnica dos diagnósticos apresentados;
 - III. Ampliar e fortalecer o Projeto da Disciplina de Formação Sociocultural e Ética, das Oficinas de Compreensão Leitora e demais ações do Núcleo de Apoio Pedagógico;
 - IV. Aprimorar os Programas de Ouvidoria, Capelania e de Aconselhamento Acadêmico.

- Política da Articulação e Atualização dos Instrumentos de Gestão
 - I. Acompanhar e manter atualizados os documentos norteadores: PDI, PPI, PPCs, estatuto e regimento da IES em consonância com as legislações do ensino superior e com os resultados das avaliações internas e externas.

6.4 CONCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM DE CURRÍCULO E DO PLANEJAMENTO

As Diretrizes Pedagógicas do **Centro Universitário de Maringá** constituem orientações estratégicas da organização institucional para o planejamento e a condução das atividades acadêmicas de modo a definir e implementar direções a serem agregadas aos projetos pedagógicos dos cursos. Oferecem, ainda, condições para a integração e a efetivação, no contexto institucional, de todos os projetos pedagógicos com base em parâmetros bem definidos, referenciados pela missão da Instituição, por sua vocação e objetivos, pela norma legal e pelo contexto social, político, econômico e cultural no qual a IES está inserida. Estas condições são garantidas pelo Acompanhamento e Avaliação do Desempenho Institucional. Reúnem os indicadores para a tomada de decisões, a preservação e a reavaliação necessárias à adequação constante do planejamento institucional às necessidades das dez dimensões que contemplam o Projeto de Auto Avaliação, o SINAES e às diretrizes preconizadas pelo MEC.

Neste contexto, a organização do **Centro Universitário de Maringá** busca integrar e articular os projetos pedagógicos dos cursos oferecidos e estimular as práticas multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares da pesquisa, da extensão e das demais atividades não previstas nos projetos pedagógicos dos cursos, correlacionando-as e vinculando-as ao ensino.

As transformações sociais e o desenvolvimento científico-tecnológico acelerado, aliados à expansão das bases de conhecimento em todos os campos do saber, tornam imperiosa a definição de orientações compatíveis com o estado de desenvolvimento do conhecimento e da realidade social. Deverão, assim, contemplar a mudança no processo ensino-aprendizagem, cuja ênfase vem se deslocando do predomínio da aquisição de conhecimentos para privilegiar a

capacidade de desenvolver instrumentos intelectuais que garanta ao educando a autonomia na aprendizagem tal qual reafirmam as Diretrizes Curriculares Nacionais, e que envolvam o desenvolvimento das capacidades de integração e de crítica das informações e das competências atuais, assim como a busca de novos conhecimentos e a incorporação de novas tecnologias, desenvolvendo-se a habilidade de avaliá-las e selecionar, criticamente, as mais pertinentes. Pretende-se, assim, centrar o processo educativo na construção, na produção e na apropriação dos conhecimentos técnico-científicos e socioculturais a partir de uma visão integradora e crítica da realidade, mediante modelos de ensino-aprendizagem modernos e uso de tecnologias apropriadas.

Uma perspectiva inovadora que traz a aprendizagem de valores e a formação de atitudes, para a mudança e para a atuação solidária, calcada em padrões éticos, que promova a formação do profissional, com sólida base de conhecimento teórico, científico e humano, preparando-o para enfrentar as rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional, como preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

Estabelece-se, nesse sentido, as seguintes linhas diretrizes para a ação pedagógica do **Centro Universitário de Maringá**:

- I. busca da qualidade e da excelência da formação, comprometida com os padrões atuais das transformações socioculturais e do desenvolvimento científico e tecnológico;
- II. formação do profissional, com ampla e sólida base teórico-prática, capacidade de análise do social e domínio dos procedimentos técnicos necessários ao exercício profissional;
- III. valorização da dimensão sociopolítica e cultural, desenvolvendo a capacidade de leitura crítica de problemas e seus impactos locais, regionais e nacionais, que subsidiará a inserção do egresso no mundo do trabalho, como sujeito partícipe de sua construção, assumindo, portanto, o exercício profissional na direção da resolução de problemas e da cidadania referenciado por sólidos padrões éticos.

O caminhar na direção desse projeto supõe estabelecer um conjunto de princípios e procedimentos orientadores prioritários à ação, entre os quais cabe destacar:

- I. interdisciplinaridade, entendida como esforço que busca a visão global como superação do pensar simplificador e fragmentador da realidade e como forma de administrar a ótica pluralista das concepções de ensino, do saber e da prática;
- II. articulação entre o ensino, a pesquisa e as atividades de extensão e de prestação de serviços à sociedade, em diferentes níveis de complexidade;
- III. oferta de sólida formação geral, em estreita interação com os conhecimentos, competências e habilidades necessários à formação do profissional;
- IV. integração nos contextos reais de vida da comunidade, na rede de serviços e com profissionais em exercício como espaços privilegiados do processo continuado de ensino-aprendizagem;
- V. diversificação dos contextos de ensino e dos cenários de prática profissional que englobam diferentes modalidades de trabalho pedagógico e inserção do aluno em campos de prática com graus crescentes de complexidade;
- VI. desenvolvimento de mecanismos de integração entre os diferentes cursos e dos cursos com a rede de serviços oferecidos à comunidade;
- VII. desenvolvimento de paradigmas pedagógicos capazes de articular a competência científico-tecnológica e a relevância social;
- VIII. estruturação de currículos que, a par da diversidade de situações de ensino-aprendizagem, associem a possibilidade de construção própria dos caminhos de produção do conhecimento pelo estudante, bem como a de crescimento autônomo;
- IX. utilização apropriada de tecnologias diversificadas.

A educação superior desempenha papel inquestionável na preparação das novas gerações para o enfrentamento das exigências da sociedade contemporânea.

As novas tecnologias do mundo atual, as novas formas organizacionais do trabalho e a rápida evolução do conhecimento científico, associadas às necessidades de melhor qualificação profissional, exigem uma nova concepção para os cursos superiores com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais. As Diretrizes contemplam o desenvolvimento de competências e de habilidades para a formação do sujeito, contribuindo para o seu sucesso.

Assim, o **Centro Universitário de Maringá** promove a:

- I. formação de seu aluno para o mundo do trabalho, no atendimento às demandas econômicas e de emprego, capacitando-o para o enfrentamento das complexas condições do exercício profissional;
- II. construção da cidadania, formando um sujeito capaz de interferir construtivamente na sociedade para transformá-la;
- III. preparação para a participação social em termos de fortalecimento ao atendimento das demandas da comunidade, com o desenvolvimento de competências sociais, processos democráticos e eficazes de tomada de decisões, capacidade sociocomunicativa de iniciativa, de liderança e de solução de problemas;
- IV. preparação para entender o ensino como prioridade fundamentada em princípios éticos, filosóficos, culturais e pedagógicos que priorizem efetivamente a formação de pessoas, reconhecendo a educação como processo articulador/mediador indispensável a todas as propostas de desenvolvimento sustentável, a médio e longo prazos;
- V. formação ética, explicitando valores e atitudes, por meio de atividades que desenvolvam a vida coletiva, a solidariedade e o respeito às diferenças;
- VI. formação de profissionais capazes de atuar em prol do desenvolvimento social, cultural e econômico sustentado, com a interação de conteúdos com aspectos inerentes às questões sociais, jurídicas e ambientais exigidas no mundo atual.

Os estudos que conduziram às concepções ora apresentadas consideraram as pesquisas desenvolvidas sobre a formação superior e a distribuição sócio ocupacional.

Ao escolher como foco principal na concepção dos cursos uma visão interdisciplinar formativa do profissional para as novas demandas do mercado, objetivou-se, explicitamente, o comprometimento com a qualificação ao mesmo tempo técnica e pluralista.

A Instituição apresenta proposta diferenciada, integrando formação teórica e prática, a pesquisa e a extensão, o que implica em definição clara do perfil do corpo docente, com qualificação e excelência para o magistério e a pesquisa interdisciplinar, crítica e transformadora.

Para estabelecer as suas linhas de ação, o **Centro Universitário de Maringá** considerou que a formação do profissional representa um conjunto de aspectos internos, inerentes aos cursos, e externos, inerentes à relação sociedade/profissional, que se inter-

relacionam dialeticamente. Partindo deste princípio, o **Centro Universitário de Maringá** pautou-se nos fundamentos que idealizaram a formação do profissional, tendo sempre em vista que é necessário:

- I. acompanhar as rápidas mudanças do mundo, a partir de política de graduação que contemple o caráter revolucionário da ciência como um imperativo;
- II. entender a avaliação como processo e não como produto e, portanto, valorizar o sistema contínuo de avaliação em dois níveis: um pela sociedade e outro pela auto-avaliação (professores, técnico-administrativos e alunos);
- III. definir metodologias educacionais adequadas ao processo de aprendizagem cognitiva de caráter social, político e cultural nacional, respeitando-se as especificidades regionais, o que permitirá a revisão dos currículos, das práticas pedagógicas e das pesquisas desenvolvidas;
- IV. identificar as bases de sustentação de uma política de graduação, considerando o aluno como ser global.

A definição das competências (que incluem conhecimentos e atitudes) foi realizada de acordo com o Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação, contido no Parecer CNE/CES no 67/2003, ao qual se acrescentarão as competências próprias do profissional formado pelos respectivos cursos. As principais competências definidas pelo **Centro Universitário de Maringá** a serem desenvolvidas são:

- I. Tomada de decisões: o trabalho dos profissionais egressos deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões, visando ao uso apropriado, eficácia e custo-efetividade da força de trabalho, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas.
- II. Comunicação: os profissionais egressos devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas na interação com outros profissionais e o público em geral. A comunicação verbal e não-verbal, e habilidades de escrita e leitura; o domínio de tecnologias de comunicação e informação.

- III. Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os egressos deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz.
- IV. Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho quanto dos recursos físicos e materiais e de informação; devem, da mesma forma, estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe que integram.
- V. Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Deverão ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive estimulando e promovendo a mobilidade acadêmica e profissional, a formação e a cooperação por meio de redes nacionais e internacionais.

As competências comuns e específicas, observadas em cada Projeto Pedagógico de Curso, supõem a formação de atitudes e de valores, o desenvolvimento e o domínio de conhecimentos e habilidades gerais e específicas que levem em conta a realidade local e regional, sem descuidar do caráter de universalidade do conhecimento, de sua relação com os avanços das áreas dos cursos ofertados pelo **Centro Universitário de Maringá** no contexto nacional, bem como dos parâmetros e dinâmica do Projeto Pedagógico de cada curso.

O **Centro Universitário de Maringá** utiliza, no desenvolvimento de seus cursos, observadas as especificidades de cada projeto pedagógico, metodologias ativas e interativas, centradas no aluno, voltadas para o seu desenvolvimento intelectual, com ênfase na capacidade de adquirir autonomia no processo de aprendizagem e de empreender.

Alguns princípios metodológicos merecem destaque:

- I. Interdisciplinaridade. A integração disciplinar possibilita análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, constituindo-se questionamentos permanentes que permitam a (re)significação do conhecimento.
- II. formação profissional para a cidadania. As instituições têm o compromisso de desenvolver o espírito crítico e a autonomia intelectual para que, por intermédio do questionamento permanente dos fatos, o profissional possa contribuir para o atendimento das necessidades sociais.
- III. estímulo à autonomia intelectual. A autonomia significa ser autor da própria fala e do próprio agir, sendo coerente na integração do conhecimento com a ação. O desenvolvimento de uma postura investigativa por parte do estudante é fundamental para que construa sua autonomia intelectual e profissional.
- IV. responsabilidade, compromisso e solidariedade social. A compreensão da realidade social e o estímulo à solidariedade devem constituir o ponto integrador das ações de extensão vinculadas aos cursos.
- V. diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem. A diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem e a inserção do aluno na rede de serviços desde os primeiros anos dos cursos devem contribuir para a formação do profissional generalista, capaz de atuar em diferentes níveis e de integrar criticamente conhecimentos teóricos, práticos e realidade socioeconômica, cultural e política.

Os princípios metodológicos são estabelecidos em consonância com os projetos pedagógicos dos cursos, observados os critérios que favorecem as atividades de ensino individualizado, de grupo e de estudos teóricos.

Os cursos devem buscar sempre o desenvolvimento de programas que privilegiem descobertas de novas metodologias, enfocando o uso e a adequação de recursos audiovisuais, de informática, de novos métodos e técnicas de ensino, visando sempre ao aperfeiçoamento do trabalho acadêmico.

Destacam-se como metodologia de ensino-aprendizagem as seguintes atividades: aulas dialogadas, expositivas e práticas, dinâmicas de grupo, leituras comentadas, fichamentos, visitas

técnicas, ensaios em laboratórios, estudos de meio, seminários, simpósios, palestras, pesquisa bibliográfica, iniciação científica e outras.

6.5 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DISCENTE

A avaliação do aproveitamento escolar acontece periodicamente na forma dos dispositivos conhecidos:

- I. Provas Bimestrais, responsáveis por, no mínimo, 80% da média do aluno.
- II. Avaliação de Trabalhos.
- III. Avaliação de Exercícios e Testes.
- IV. Avaliação de Projetos.
- V. Outras avaliações.

O aproveitamento acadêmico avalia-se em regime semestral ou anual, de acordo com o PPC de cada curso, mensurando-se em notas de zero a dez. Será considerado aprovado na unidade de estudo o aluno que obtiver índice de frequência de 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das aulas dadas no período letivo e média final maior ou igual a 6,0 (seis).

O aluno que não obtiver a média final suficiente (maior ou igual a 6,0), ou ainda o aluno que tiver faltado à aplicação de qualquer uma das avaliações que compõe a média, pode solicitar a realização de uma prova substitutiva, que irá compor a média final do aluno. As provas substitutivas são oferecidas semestralmente, e sempre irá substituir uma nota bimestral do bimestre em que é aplicada.

Serão considerados como instrumentos de avaliação para composição da média final trabalhos de pesquisa individuais ou em grupos, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, provas escritas e orais, auto avaliações, participação em atividades pedagógicas, portfólios ou quaisquer outros instrumentos previstos nos respectivos planos de ensino das unidades de estudo.

6.6 POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO SOCIAL

O **Centro Universitário de Maringá**, atendendo ao disposto na nova legislação educacional, em consonância com o parágrafo único do artigo 3º da Portaria MEC nº. 4.361/2004, de 29 de dezembro de 2004, formulou sua política de inclusão social.

A política de inclusão social estabelecida pelo **Centro Universitário de Maringá** possui os seguintes objetivos:

- I. promover a melhoria do desempenho dos alunos por meio de oficinas voltadas para a correção das dificuldades observadas na sua formação anterior ao ingresso no **Centro Universitário de Maringá**;
- II. propiciar as condições necessárias para a permanência nos cursos de graduação dos ingressantes;
- III. reforçar a política de assistência e acompanhamento estudantil;
- IV. ofertar aos discentes assistência pedagógica e tutorial;
- V. promover as ações necessárias para incentivar a redução das desigualdades sociais e regionais;
- VI. absorver parte do contingente de migrantes do município e da região mediante seus cursos superiores, qualificando e preparando os profissionais e trabalhadores para o desempenho eficiente de suas funções.

O **Centro Universitário de Maringá** possui ações acadêmico-administrativas para garantir no desenvolvimento de suas atividades:

- I. a integração da ação desenvolvida à formação técnica e cidadã do estudante por meio da produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias;
- II. a interdisciplinaridade, caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologia, com ações inter-profissionais e inter-institucionais com consistência teórica e operacional que permita a estruturação das diversas ações propostas;
- III. a geração de produtos ou processos como publicações, cursos, produção de material didático e paradidático, abertura de novas linhas de extensão;
- IV. a melhoria das condições da sociedade, pela ação transformadora sobre os problemas sociais, contribuindo para a inclusão de grupos sociais, para o desenvolvimento de meios e processos de produção, inovação e transferência de

conhecimento e para a ampliação de oportunidades educacionais para afro-descendentes, facilitando o acesso ao processo de formação e de qualificação.

O **Centro Universitário de Maringá** se empenha para articular a relação bilateral com os outros setores da sociedade pela interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular e pela articulação com organizações de outros setores da sociedade, com vistas ao desenvolvimento de sistemas de parcerias interinstitucionais, visando:

- I. a contribuir na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas nacionais;
- II. à implementação de políticas curriculares compatíveis com as necessidades concretas da sociedade;
- III. à descoberta de novos objetos de investigação em contexto externo ao meio acadêmico;
- IV. à experimentação de alternativas metodológicas de trabalho, de ensino e pesquisa;
- V. ao desenvolvimento de atitude pró-ativa diante dos desafios da ampliação do número de estudantes negros, afro-descendentes e índios na vida acadêmica, em especial nos cursos em que eles se encontram sub-representados.

6.7 DIVULGAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O Projeto Pedagógico Institucional do **Centro Universitário de Maringá**, construído coletivamente, mediante profunda reflexão de conceitos, métodos e compromissos, representa, em seu conjunto, a identidade institucional, o reflexo de sua inserção regional, a prospecção de futuro e a valorização de seus objetivos presentes. Por isso, os princípios defendidos devem ser apropriados e multiplicados por toda a comunidade acadêmica, possibilitando o alcance das metas e consecução da missão institucional.

Para tanto, há de se garantir procedimentos formais de sua afirmação e publicização. Os gestores institucionais, cada qual em seu âmbito, são os responsáveis pela consolidação do Projeto Pedagógico Institucional e conseqüentemente sua divulgação.

6.8 RESPONSABILIDADES E DESAFIOS IMPOSTOS

O Projeto Pedagógico Institucional impõe, por seu caráter estratégico, uma série de responsabilidades aos agentes e atores institucionais. Primeiro, porque requer profundo conhecimento dos princípios e conceitos declarados e exige a implementação de posturas de planejamento e de construção de métodos e formas de atuação orgânica. Segundo, porque expõe o caráter crítico que deve permear a educação, enfrentando-se as contradições presentes no processo de conhecimento, ao tempo em que impõe o necessário reconhecimento de suas limitações e possibilidades em prol da transformação social. Imprime, ainda, o necessário aprimoramento da cultura institucional na medida em que indica o compartilhamento de valores orientadores de todas as práticas acadêmicas como diretriz, explicitando as contradições inerentes de posicionamentos conceituais e políticos diversos, advindos, muitas vezes, de formações distintas e focadas em modelos de conhecimentos conservadores e fragmentados.

Abordar a articulação de atividades práticas e teóricas, ênfase em currículos e programas baseados em habilidades e competências, a valorização dos saberes pessoais/profissionais/culturais de alunos e professores, a ampliação dos princípios voltados para o compromisso social, etc. trazem, em si, o espectro da mudança, e promovê-la representa ação de grande responsabilidade, possível somente se assumida e defendida coletivamente e de forma qualificada.

Cabe à Instituição a competente idealização e consolidação de recursos e de políticas de sustentação necessárias à efetiva continuidade de implementação do Projeto Pedagógico Institucional.

7. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

A percepção de qualidade do processo educativo do **Centro Universitário de Maringá** ultrapassa a ideia pura e simples de implementação de ações. Ele é tido como processo contínuo e permanente de construção e desconstrução do conhecimento e dos saberes sistematizados transmitidos por meio de seu currículo. Para isso, as ações educativas serão tratadas como incentivadoras do processo de ensino-aprendizagem-conhecimento direcionadas aos sujeitos de forma que possam aprender a conhecer, aprender a viver e aprender a agir para transformar a sociedade. Dessa forma, a proposta educacional do **Centro Universitário de Maringá** buscará se estabelecer de forma a privilegiar as aptidões sociais e a dimensão da personalidade e o desenvolvimento de competências amplas fundamentadas na capacidade do aluno de aprender a aprender, no intuito de conduzi-los a aprendizagens significativas e com autonomia. Isso implica em uma visão de educação continuada, dentro e fora da universidade. Nessa perspectiva, o compromisso ético institucional prima os resultados da aprendizagem.

Essa percepção do processo educativo requer maior dinamicidade de gestão, para que o currículo seja percebido como meio para o desenvolvimento da capacidade de aprender e da constituição de competências explicitadas abaixo no perfil do egresso. Assim, as dimensões desse processo carecem de acompanhamento permanente, de forma a permitir sólido diagnóstico para tomadas e retomadas constantes do fazer pedagógico. Essa preocupação e cuidado se consolidam por meio do Programa de Avaliação Institucional sob responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação Institucional – CPA. O papel fundamental dos indicadores do processo avaliativo institucional será o de apontar e mensurar parâmetros que fortaleçam os Projetos Pedagógicos dos cursos, para que não sejam construídos a partir de vontades individuais ou fruto de trabalhos solitários de alguns, mas que se tornem a face da instituição.

Essas considerações possibilitam o direcionamento para as propostas curriculares, as quais se orientarão legalmente por meio do Parecer no 67/2003 do Conselho Nacional de Educação. Esse documento aponta as diretrizes a serem seguidas pelos cursos de graduação, de forma a assegurar a flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade das instituições para com os programas por elas propostos, assegurando-lhes padrões mínimos nacionais e, ao mesmo tempo, a autonomia necessária de cada uma. Em outros termos, as Diretrizes Curriculares Nacionais são referenciais para a “organização de seus programas de formação,

permitindo flexibilidade e priorização das áreas do conhecimento na construção dos currículos plenos. Ademais, devem também induzir à criação de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento, possibilitando ainda definir múltiplos perfis profissionais, garantindo uma maior diversidade de carreiras, promovendo a integração do ensino de graduação com a pós-graduação, privilegiando o perfil de seus formandos, as competências intelectuais voltados à heterogeneidade das demandas sociais”.

7.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do **Centro Universitário de Maringá** (Seção I à Seção X do Regimento Geral) caminha para a instituição da interdisciplinaridade e princípios de integração. Isso amplia a responsabilidade de seus documentos norteadores, quais sejam: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Projeto Pedagógico Institucional – PPI, Projeto Pedagógico de Curso – PPC, Planos de Ensino – PE, os quais convergirão para sua unicidade, de modo a permitir constante processo de intercomunicação, com o propósito de resguardar as ações pedagógicas dos cursos de forma coerente e compatível com suas intenções e possibilidades, sob responsabilidade efetiva de todos os atores envolvidos.

A organicidade da proposta curricular se concretizará a partir de ações que propiciem o desmantelamento das amarras fragmentárias do currículo e das práticas acadêmicas ainda arraigadas nesse viés. Para Veiga (2000, p. 215), a organização curricular vista sob e ótica da interdisciplinaridade e da integração revela um aumento significativo da responsabilidade das IES comprometidas com a formação de profissionais e de cidadãos, ou seja, formação integral dos sujeitos.

Para delineamento dessas propostas, será necessário observar o disposto no Regimento Interno do **Centro Universitário de Maringá** – Seção II – art. 19 e os tópicos orientadores abaixo:

- I. Considerar o ensino de graduação enquanto etapa de construção balizadora do processo de formação continuada;
- II. Estimular o desenvolvimento de conteúdos integradores por meio de processos interdisciplinares;

- III. Estimular continuamente e de forma bem fundamentada as metodologias articuladoras do ensino, da pesquisa e da extensão;
- IV. Desenvolver ininterruptamente o espírito crítico e analítico nos estudantes, preparando-os para a resolução dos problemas, com base na evolução científica e tecnológica característica de seu exercício profissional e para o exercício da cidadania;
- V. Primar sempre pelo uso de linguagens concisas e claras na estruturação curricular, que permitam o alcance das metas e objetivos propostos, respeitando-se a temporalidade necessária a cada perfil, buscando eixos temáticos e/ou disciplinas e/ou módulos que compõem os perfis, bem como sua unicidade dentro da área de conhecimento, primando pelo conhecimento interdisciplinar;
- VI. Tornar cada vez mais sólido o pensamento fundamentado nas áreas do conhecimento, como meio de superação do individualismo expressos na visão fragmentadas das grades curriculares.
- VII. Fortalecer a importância dos conhecimentos, habilidades e competências adquiridas dentro e fora do ambiente acadêmico, sobretudo as que se referem às experiências profissionais tidas como relevantes para a área de formação considerada;
- VIII. Fortalecer a articulação entre conhecimento teórico e conhecimento prático por meio da valorização da pesquisa individual e coletiva, dos estágios curriculares e não-curriculares, da participação em atividades extensionistas e/ou cursos livres e monitorias;
- IX. Valorizar e estimular trabalhos coletivos de autoria docente e discente voltados para o desenvolvimento das capacidades de: articular, negociar, transformar, descobrir e apreender posturas éticas e socialmente responsáveis;
- X. Motivar e incentivar os estudantes a conduzirem os estudos disciplinadamente, por meio de atividades dirigidas e inovadoras, hábito constante e permanente da leitura e uso da biblioteca e da autonomia intelectual;
- XI. Incorporar a pesquisa nas práticas educativas enquanto elemento fundamental das atividades de ensino e extensão.

7.1.1 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO CURRÍCULO

A concepção de currículo inclui desde os aspectos básicos que envolvem os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação até os marcos teóricos e os referenciais técnicos e tecnológicos que o concretizam em sala de aula. É um conjunto de atividades intencionalmente desenvolvidas para o processo formativo.

A matriz curricular é parte integrante e fundamental do processo ensino-aprendizagem-conhecimento e deve se configurar como sistema que possibilita articulação e funcionalidade entre seus elementos constitutivos, os conteúdos curriculares. Estes atenderão as Diretrizes Curriculares de cada curso, estabelecidas pelo MEC, e serão organizados em três eixos norteadores: a) eixo comum, b) eixo específico, c) eixo complementar. Os conteúdos de formação básica, do eixo comum, contemplam conteúdos essenciais para a formação profissional. Os conteúdos de formação específica, do eixo específico, são inerentes à formação e à prática profissional dependendo do Projeto Pedagógico de cada curso e devem, obrigatoriamente, contemplar atividades que promovam integração entre teoria/prática e iniciação profissional. Os conteúdos para a formação complementar, do eixo complementar, agregam a prática como componente curricular vivenciado em diferentes contextos de aplicação acadêmico-profissional, de forma a permitir reflexão sobre a prática em busca de contextualização e significância das abordagens por meio de atividades acadêmicas complementares, de estágios supervisionados e de práticas pedagógicas diferenciadas. A organização da matriz envolve, ao menos, seis componentes:

- I. Disciplina ou equivalente – caracterizada por um conjunto de conteúdos e atividades inerentes a um programa, o qual será desenvolvido durante o período letivo com número de horas pré-fixados;
- II. Unidade temática – conjunto de conteúdos relativos a uma determinada área do conhecimento, oriundos dos três eixos articuladores acima especificados;
- III. Eixo condutor – diz respeito a grandes temas que conduzem as unidades temáticas específicas para cada uma das áreas do conhecimento;

- IV. Estágio curricular – são atividades previstas nos Projetos Pedagógicos dos cursos, de caráter teórico-prático, formativo e supervisionado que ocorre dentro e fora da IES. O **Centro Universitário de Maringá** mantém convênios e parcerias com empresas, instituições públicas e particulares e demais organizações de cunho regional e nacional;
- V. Monografia ou trabalho de conclusão de curso – essa atividade atende às especificidades das Diretrizes Curriculares dos Cursos e objetiva o exercício do aprendizado do aluno, incentivo à investigação científica, fixação de competências e habilidades em consonância com a proposta pedagógica do curso, por meio de temas relevantes e pertinentes ao exercício profissional do aluno e da vida acadêmica consolidada. Essas atividades são acompanhadas, orientadas e avaliadas por professores;
- VI. Atividades complementares – são atividades dos cursos de graduação, exigidas para a formação dos estudantes, e integram o conteúdo e a carga horária dos cursos conforme suas especificidades. São regulamentadas pela Resolução CONSEPE 001/2005 do **Centro Universitário de Maringá** e cumpridas pelos alunos de forma independente, fora do horário regular de aula. Para o cumprimento da carga horária dessas atividades, explicitadas nos projetos pedagógicos dos cursos, são oferecidas sugestões aos alunos que podem optar por cursá-las dentro ou fora da instituição, de forma presencial, semipresencial ou a distância. Todas as atividades comprovadas pelos alunos são protocoladas no setor de multiatendimento e validadas pelos coordenadores de curso e/ou professores, segundo normas internas da instituição.

7.2 INOVAÇÕES CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS, ESPECIALMENTE QUANTO À FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES

A flexibilização curricular é muito discutida nos meios acadêmicos, porém tem sido muito pouco praticada em seu sentido *stricto*. Isso porque a ruptura das concepções tecnicistas e bancárias são difíceis e demandam a construção de uma nova cultura pedagógica no interior dos espaços escolares e na sociedade como um todo. Neste modelo clássico, os currículos estão

circunscritos em uma forma organizativa pura e simples de transmissão dos saberes. Em outros termos, o currículo é concebido como um conjunto de instrumentos e procedimentos de ensino normalizados e iguais para todas as escolas e para todos os professores, pois o importante é o que se ensina, e não a quem se ensina, como se ensina, e por que e para que se ensina e se aprende.

Se o que pretendemos é a formação de profissionais cidadãos que contribuam para uma sociedade mais justa e igualitária será preciso romper com essa cultura em detrimento de outra, voltada para a educação como um ato social, orientada para uma formação global e para a criação de condições que propiciem não apenas a aquisição de um conhecimento, mas também a realização de uma escola inclusiva e o desenvolvimento de um conjunto de competências inerentes ao exercício de uma cidadania ativa.

O Fórum Nacional de Pró-reitores de Graduação das Universidades Brasileiras – ForGRAD no ano de 2003, discutiu as “Concepções e Implementação da Flexibilização Curricular”, a qual pode ser concebida “enquanto promotora de qualidade social para a prática pedagógica, em oposição à qualidade de resultados, e deve, de fato, contribuir para fortalecer o bem comum e o espaço público no interior e no exterior da universidade, fortalecendo e legitimando-a socialmente.” Também foram discutidos alguns princípios orientadores para a construção dos Projetos Pedagógicos direcionados para o compromisso social e responsabilidade ético-política das instituições que serão retomados integralmente, a saber:

7.3 FLEXIBILIZAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

- I. “A composição do currículo será resultado da discussão coletiva do projeto político pedagógico e deverá contemplar um núcleo que caracterize a identidade do curso e em torno do qual se construa uma estrutura que viabilize uma formação mais generalista e que aproveite todas as possibilidades e todos os espaços de aprendizado possíveis;
- II. A especificidade de cada curso deve definir a flexibilização pretendida. Logo, o projeto político pedagógico é o orientador para a flexibilização do currículo de cada curso e não deve resumir a mera reorganização de um conjunto de disciplinas;

- III. Antes de qualquer ação concreta no âmbito da flexibilização é preciso definir qual a orientação que vai reger esse processo curricular;
- IV. As atividades complementares devem contribuir para a flexibilização curricular, mas não devem ser consideradas o único meio de realizá-la;
- V. O conteúdo das disciplinas deve refletir a flexibilização, mas as disciplinas não devem ser, assim como as atividades complementares, o único caminho para realizá-la;
- VI. Disciplinas e atividades complementares devem expressar a articulação das concepções político-pedagógicas que orientam a flexibilização curricular, não se limitando ao simples aumento da carga horária;
- VII. O projeto pedagógico do curso deve contemplar os procedimentos necessários à mobilidade acadêmica visando proximidade dos sujeitos às experiências oriundas de diferentes trajetórias intra e inter-institucional;
- VIII. Buscar condições para que as diferentes demandas diagnosticadas possam conduzir uma formação social e profissional diversificada, superando, inclusive, as limitações impostas aos acadêmicos que frequentam os cursos noturnos;
- IX. Desenvolver ao longo do curso ações pedagógicas que permitam interface real entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com o propósito de produzir novos conhecimentos, a partir de processos investigativos demandados pelas necessidades sociais.

7.3.1 FLEXIBILIZAÇÃO E OS PROCESSOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

- I. O colegiado de Curso é o fórum privilegiado de discussão e implementação da flexibilização;
- II. A administração superior deve acompanhar os trabalhos realizados no âmbito das instâncias colegiadas responsáveis pelo curso, de forma que estas apresentem propostas que sejam exequíveis, pois as condições necessárias para a

implementação da flexibilização compreendem desde a estrutura do sistema de controle acadêmico até a necessidade de investimentos em recursos humanos;

- III. É preciso manter revisão constante da legislação acadêmica, considerando-se que esta resulta das concepções que norteiam e definem o perfil da instituição.

7.3.2 FLEXIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

- I. A avaliação institucional é imprescindível para o planejamento de ações concretas e consequentes no âmbito da flexibilização;
- II. A avaliação da aprendizagem deve contemplar mecanismos capazes de verificar a concretização do perfil acadêmico pretendido;
- III. A verificação da qualidade de ensino supõe uma avaliação de critérios e parâmetros previamente estabelecidos que façam referência às mudanças pretendidas com a flexibilização e que contribuam com a construção permanente do projeto pedagógico de cada curso;
- IV. É importante definir e regulamentar formas de avaliação de saberes prévios adquiridos em outros espaços de aprendizagem, além de espaço da academia, conforme os princípios da flexibilização”.

7.4 AVALIAÇÃO DISCENTE

A avaliação dos discentes está regulamentada no Regimento Geral do **Centro Universitário de Maringá** (Seção IX, art. 50 a art. 54) e tem por objetivo orientar alunos e professores na condução e no desenvolvimento da aprendizagem e o (re)pensar das atividades propostas em sala de aula ou fora dela, considerando os objetivos do curso e do perfil desejado do aluno. Ela objetiva a integração entre alunos e professores para o desenvolvimento de uma cultura de avaliação de ensino-aprendizagem do ponto de vista qualitativo e quantitativo dos conteúdos curriculares em paralelo às avaliações de habilidades de aprendizagens, interesses, atitudes, hábitos de estudos, bem como ajustamento pessoal e social.

7.5 PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos orientam os perfis dos cursos de graduação do **Centro Universitário de Maringá** e favorecem a formação de profissionais com visão ampla e crítica da realidade regional e nacional, garantindo o estímulo à iniciação e à pesquisa científica, cultural e tecnológica, com vistas à ação transformadora da realidade e efetivo compromisso com o modelo de sustentabilidade de desenvolvimento regional.

Os instrumentos para sua elaboração são acompanhados e regulamentados pela Diretoria de Planejamento de Ensino- DPE junto ao Núcleo de Apoio Pedagógico – NAP e o Núcleo de Legislação e Normas. Esse Núcleo de Apoio Pedagógico foi criado no ano de 2003, com o objetivo de estimular, cada vez mais, a qualidade do fazer pedagógico da instituição. Suas ações concentram-se no acompanhamento e na análise das condições pedagógicas, nos procedimentos acadêmicos de cada curso, viabilizando estratégias direcionadas à superação de qualquer atividade. Convém ressaltar que a identidade de um curso se manifesta por meio deste instrumento que constitui a concretização da missão do **Centro Universitário de Maringá**.

7.5.1 PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS E A ARTICULAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

A elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos oferecidos é fruto da opinião consolidada dos professores que participam das atividades acadêmicas do **Centro Universitário de Maringá**, sob a responsabilidade do coordenador do curso.

A cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares serão reavaliados pelos Colegiados de cada curso, com o apoio do Núcleo Docente Estruturante – NDE, um corpo formado por docentes altamente especializados na área, com vivência no curso e no mercado de trabalho.

7.5.2 MATERIAL PEDAGÓGICO

O material pedagógico utilizado na Instituição é desenvolvido pelos docentes de cada curso, de acordo com a natureza das disciplinas que ministram, dentro de especificações e padrões definidos pelos Coordenadores dos cursos e aprovados pelo CONSEPE. Os discentes podem eventualmente colaborar no desenvolvimento deste material.

É estimulado o uso entre os docentes de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas.

O material pedagógico pode também ser adquirido, conforme indicação dos Coordenadores dos Cursos, de acordo com a natureza das disciplinas e do nível tecnológico exigido.

7.5.3 INCORPORAÇÃO CRESCENTE DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

O **Centro Universitário de Maringá** incorpora de maneira crescente os avanços tecnológicos ao ensino de graduação. Para tanto, promove a aquisição e atualização de seu parque tecnológico. Incentiva, também, a participação de seus docentes e discentes em Congressos e Seminários que abordem temas relacionado à incorporação de novas tecnologias ao processo de ensino/aprendizagem para que promovam no âmbito da IES as inovações desejadas.

7.5.4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS

Para a superação de modelos pedagógicos e curriculares tradicionais não basta que se proceda a uma diferenciação somente de conteúdo; é necessária uma série de inovações metodológicas que otimizem a realização de atividades por parte tanto de alunos quanto de professores e que possibilitem a efetiva interdisciplinaridade.

Com este objetivo, o **Centro Universitário de Maringá** desenvolve, no âmbito dos seus cursos, as seguintes alternativas didático-pedagógicas que caracterizam o modelo de ensino implantado, além das já tradicionalmente conhecidas e executadas secularmente:

- I. desenvolvimento de Trabalhos em Parceria tanto com IES nacionais quanto com estrangeiras, além de outras instituições cuja atuação venha a complementar a formação do aluno;
- II. utilização de Simulações como recursos didáticos: são estratégias que procuram simular algum aspecto da realidade, colocando o aluno bem próximo às situações de vida, possibilitando um retorno imediato acerca das consequências, atitudes e decisões. No ensino superior as simulações têm como objetivo principal o desenvolvimento de atitudes dos alunos e secundariamente os seguintes objetivos: estimular a reflexão acerca de determinado problema; promover um clima de descontração entre os alunos; favorecer o autoconhecimento; desenvolver empatia; analisar situações de conflito; desenvolver atitudes específicas; desenvolver habilidades específicas;
- III. incentivo ao Estudo Independente, com uma metodologia centrada no estudante: este tipo de ensino apresenta as seguintes características: respeito ao ritmo de aprendizagem de cada aluno; individualização da avaliação; propiciamento de formas alternativas de instrução e conteúdo; delegação ao estudante de maior responsabilidade por sua aprendizagem; propiciamento maior de autonomia intelectual; facilitação da aquisição de maior confiança por parte do estudante em seus recursos e o alcance de certas metas, que não seriam atingidas em outras situações;
- IV. estímulo ao uso de Metodologias de Ensino Baseadas na Interação: são muitos os métodos baseados na interação, entre eles: a discussão; o debate; a mesa redonda; o seminário; o simpósio; o painel; o diálogo, a entrevista; e o estudo de casos;
- V. implementação em algumas áreas, da metodologia do Aprendizado Baseado em Problemas, com o estudo centrado em casos reais;

- VI. estabelecimento de um Programa de Integração dos professores e alunos com a realidade da profissão e necessidades do mercado, bem como com os avanços tecnológico-científicos e as tendências futuras para a área.

Adicionalmente, dentre as práticas pedagógicas que podem ser consideradas de grande relevância inovadora, está a concepção do Núcleo de Educação à Distância, amparado pela última geração da tecnologia de transmissão de imagens e áudio, com suporte da Internet de Banda Larga, computação gráfica exclusivamente desenvolvida para o ensino e programa específico de capacitação de professores e corpo de tutores educacionais.

A oferta de cursos de graduação e pós-graduação manterá o melhor da “Universidade Presencial” com o melhor da modalidade de educação à distância, isto é, as aulas presenciais ocorrerão no ambiente educacional cuidadosamente modelado para manter os mais exigentes padrões de qualidade.

Em médio prazo, a tecnologia utilizada para a educação à distância também estará à disposição para dinamização dos programas presenciais, com o estímulo que será dado às teleaulas, videoconferências e intercâmbio entre os diversos cursos ofertados pelo **Centro Universitário de Maringá**, outras IES, empresas e organizações.

Paralelamente, a Pró-reitoria Acadêmica tem estimulado a adoção de ações educacionais para dinamizar a aplicação de aulas práticas, visitas técnicas, fortalecimento da pesquisa e extensão nos diversos cursos do Centro Universitário. Novos recursos audiovisuais estão sendo incorporados permanentemente ao processo ensino-aprendizagem.

7.5.5 POLÍTICAS DE ESTÁGIO, PRÁTICA PROFISSIONAL E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- Estágio e Prática Profissional

O estágio é entendido como um componente curricular que integra um conjunto de atividades que o aluno desenvolve em situações reais de vida e de trabalho, sob a supervisão de um docente ou auxiliar de ensino. Propicia a aproximação do futuro profissional com a realidade em que irá atuar, permitindo-lhe aplicar, ampliar e fazer revisões nos conhecimentos teórico-

práticos adquiridos durante sua vida acadêmica, contribuindo para sua aprendizagem profissional, social e cultural.

Neste sentido deve constituir-se num espaço privilegiado para a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, as experiências vivenciadas pelo estagiário poderão se constituir em objeto de estudo, análise e reflexão, transformando-se em temas ou problemas a serem desenvolvidos nos Trabalhos de Conclusão do Curso.

As atividades permanentes de prática profissional, articuladas ao ensino, estão ligadas ao conceito de capacidade laborativa na medida em que as competências geradas irão contribuir para a formação específica do estudante no que se refere à sua formação profissional.

O **Centro Universitário de Maringá** oportuniza situações concretas vinculadas à prática profissional dos graduandos, visando ao desempenho técnico, humano e político.

As atividades permanentes de prática profissional articuladas com o ensino estão ligadas ao conceito de “laborabilidade” (em lugar de empregabilidade) na medida em que essas competências constituem na verdade um trabalhador polivalente, que pode, quando bem preparado, ser mais autônomo para decidir seu percurso no mundo do trabalho.

Em decorrência, o professor está hoje sendo levado a entender que não é mais a única fonte legítima de conhecimento para seu aluno. Mas, enquanto isso acontece, fortalece-se o papel que o professor sempre teve, ou seja, de ajudar o aluno a dar sentido às informações, avaliando, criticando, compreendendo, julgando a pertinência e aplicando-as na vida prática.

- **Atividades Complementares**

Dentre os meios de operacionalizar a prática profissional se encontram as atividades complementares, que possibilitam a real integração entre teoria e prática profissional.

As atividades complementares possuem a seguinte finalidade:

- I. enriquecer o processo de ensino-aprendizagem;
- II. complementar a formação profissional e social;
- III. ampliar os horizontes do conhecimento, bem como de sua prática, para além da sala de aula, em atividades de ensino, iniciação científica e extensão;

- IV. favorecer o relacionamento entre grupos e a convivência com as diferenças sociais no contexto regional em que se insere a instituição;
- V. propiciar a inter e a transdisciplinaridade no currículo, dentro e entre as séries;
- VI. estimular práticas de estudo independentes, visando a uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
- VII. encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente acadêmico, inclusive as que se referirem às experiências profissionalizantes julgadas relevantes para a área de formação considerada;
- VIII. fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva e a participação em atividades de extensão.

As Atividades Complementares deverão ser cumpridas pelo aluno a partir de seu ingresso no curso, obedecendo à carga horária estabelecida nos PPC's para a conclusão de sua graduação.

A integralização das Atividades Complementares é condição necessária para a colação de grau e deverá ocorrer durante o período em que o aluno estiver regularmente matriculado na IES.

8. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS

Atualmente o **Centro Universitário de Maringá** conta com quarenta e seis cursos de graduação, que formam bacharéis, licenciados e tecnólogos tendo, até 2011, 11.664 profissionais que se formaram nesta instituição, os quais vêm contribuindo com o desenvolvimento cultural, socioeconômico e técnico-científico, da região e do país.

A articulação e a integração com a sociedade ocorrem pela extensão universitária, por meio de programas, projetos de extensão, eventos e cursos de extensão, da cooperação interinstitucional e da prestação de serviços.

O **Centro Universitário de Maringá** dispõe de uma estrutura moderna e atualizada, atendendo as necessidades de ensino e aprendizagem para seus cursos na modalidade presencial e à distância, modalidade relativamente nova, autorizada pela portaria MEC/Nº 1772 – 01/11/2006, o **Centro Universitário de Maringá** oferece, por meio do ensino a distância, cursos de graduação e cursos de pós-graduação em 49 polos, distribuídos pelo território nacional, ofertando 300 (trezentas) vagas por polo.

A instituição, até o segundo semestre de 2010, possuía 9.579 estudantes no ensino presencial e 5.739 estudantes no ensino de graduação a distância; na pós-graduação *lato sensu* existiam 1.327 estudantes matriculados e na pós-graduação *stricto sensu*, 65 estudantes matriculados, em fase de obtenção de créditos ou de elaboração de dissertação.

Na pós-graduação *lato sensu*, o **Centro Universitário de Maringá** projeta para o quinquênio 2011-2015 um crescimento da ordem de 50% no número de cursos na modalidade a distância e de um crescimento na ordem de 15 % na modalidade presencial, distribuídos nas três grandes áreas de conhecimento da instituição, conforme quadro e cronograma que seguem:

Cursos	2011		2012		2013		2014		2015	
	EAD	Pres.	EAD	Pres.	EAD	Pres.	EAD	Pres.	EAD	Pres.
Ciências Biológicas e da Saúde	-	15	4	17	6	20	9	20	15	23
Ciências Exatas, Agrárias e Tecnológicas	1	8	2	10	6	12	8	15	15	18
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	10	10	10	12	12	14	19	15	25	18
TOTAL	11	33	16	39	24	46	37	50	55	59

Quadro1: Projeção de crescimento da Pós-Graduação *lato sensu* 2011-2015, EAD e presencial (por área).

As atividades acadêmicas se desenvolvem nos três turnos, matutino, vespertino e noturno, com cursos integrais e parciais, dependendo da natureza do curso e seu PPC.

O Regime de matrícula adotada pela instituição é anual, exceto para alguns cursos tecnológicos que obedecem ao regime semestral, conforme pode ser observado no quadro situacional de habilitações, turnos, duração e regime dos cursos:

Quadro situacional de habilitações, turnos e duração.

Cursos	Sit	Mod(*)	Turno	Vagas	Duração	Conceito do MEC
Administração	Rec.	B	M/N	50/100	4	A
Agronegócio	Rec.	T	N	50	3	4
Agronomia	Aut.	B	N	110	5	4
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Rec.	T	N	60	3	B
Arquitetura e Urbanismo	Rec.	B	M	110	5	4
Artes Visuais	Rec.	L/B	N	40	3/4	4
Automação Industrial	Rec.	T	N	60	3	4
Biomedicina	Rec.	B	M	50	4	A
Ciências Biológicas	Rec.	L/B	N	50	3/4	A
Ciências Contábeis	Rec.	B	N	110	4	B
Comércio Exterior	Aut.	T	N	50	3	-
Design de Interiores	Rec.	T	N	60	2,5	4

Direito	Rec.	B	M/N	110/180	5	B
Educação Física	Rec.	B	N	55	4	A
Educação Física	Rec.	L	N	50/55	3	A
Enfermagem	Rec.	B	M/N	50	4	B
Engenharia Ambiental e Sanitária	Aut.	B	N	50	5	-
Engenharia Civil	Aut.	B	N	110	5	-
Eng. de Controle e Automação (Mecatrônica)	Rec.	B	I	50	5	5
Engenharia Elétrica	Aut.	B	N	60	5	-
Estética e Cosmética	Aut.	T	M/N	60/120	3	-
Farmácia	Rec.	B	I	50	4	B
Farmácia	Rec.	B	N	50	5	B
Fisioterapia	Rec.	B	I	40	4	A
Fisioterapia	Rec.	B	N	40	5	A
Fonoaudiologia	Rec.	B	M/N	40	4	A
Gastronomia	Rec.	T	M/N	50/50	2,5	4
Gestão Comercial	Rec.	T	N	50	2	B
Gestão de Recursos Humanos	Aut.	T	N	50	2	-
Jornalismo	Rec.	B	N	50	4	B
Letras – Português/Inglês	Rec.	L	N	40	3	A
Marketing	Aut.	T	N	50	2	-
Medicina Veterinária	Rec.	B	I	100	5	A
Moda	Rec.	B	M/N	50/50	4	B
Nutrição	Rec.	B	M	50	4	B
Nutrição	Rec.	B	N	50	4	B
Odontologia	Rec.	B	I	60	4	B
Pedagogia	Rec.	L	N	60	4	A
Produção Sucoalcooleira	Aut.	T	N	40	3	-
Psicologia	Rec.	B	M/N	60/60	5	B
Publicidade e Propaganda	Rec.	B	N	110	4	B
Redes de Computadores	Rec.	T	N	50	3	4
Serviço Social	Rec.	B	N	40	4	B
Sistemas de Informação	Rec.	T	N	50	4	B
Sistemas para Internet	Rec.	T	N	60	3	4
Teologia	Rec.	B	N	40	3,5	B
Turismo	Rec.	B	N	40	3	A

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Cursos	MOD.	Sit	Duração
Administração	B	Aut.	4
Agronegócio	T	Aut.	3
Gestão Comercial	T	Aut.	2
Gestão de Recursos Humanos	T	Aut.	2
Gestão Financeira	T	Aut.	2
Negócios Imobiliários	T	Aut.	2
Pedagogia	L	Aut.	3,5
Processos Gerenciais	T	Aut.	2

Legenda:

(*) M = Matutino N = Noturno I = Integral

(**) Títulos: Bacharel = B Licenciatura= L Tecnólogo = T

Estágios e Atividades pedagógicas poderão ocorrer no turno vespertino e aos sábados.

Além disso, encontra-se em fase de autorização o curso de Medicina, para o qual estão previstas 120 vagas anuais.

O **Centro Universitário de Maringá** conta com uma eficiente infraestrutura física de salas de aula, laboratórios, clínicas e biblioteca, bem como de colaboradores e professores, o que permite projetar, com segurança para o quinquênio 2011-2015 um crescimento médio de 5,5% ao ano e com crescimento de 13% ao ano da oferta de novos cursos, conforme os quadros abaixo.

Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Nº de vagas	3378	3541	3718	3904	4099

Quadro 3: Previsão de expansão de vagas no quinquênio 2011-2015, para o ensino presencial do **Centro Universitário de Maringá**.

CURSOS PRESENCIAIS						
CURSOS DE GRADUAÇÃO				CURSOS TECNOLÓGICOS		
Ano	Curso	Período	Vagas	Curso	Período	Vagas
2011	Engenharia Ambiental	N	120			
	Relações Internacionais	N	120			
	Medicina	I	120			
2012				Gestão de Segurança Privada	M/N	60/60
				Gestão Hospitalar	M/N	60/60
				Logística	M/N	60/60
				Processos Gerenciais	N	60
				Segurança no Trabalho	M/N	60/60
2013	Ciências	N	120	Construção de Edifícios	N	120
	Comunicação Social - RP	N	120	Controle de Obras	N	120
	Filosofia	N	120	Eventos	M/N	60/60
	História	N	120	Produção Multimídia	M/N	60/60
	Matemática	N	120	Radiologia	N	120
	Sociologia (Licenciatura)	N	120	Secretariado	N	120
2014	Engenharia de Produção	M/N	60/60			
	Engenharia de Alimentos	M/N	60/60			
2015				Design de Produto	N	120
				Eletrônica e Eletrotécnica	N	100
				Gestão Pública	N	100
				Gerenciamento Industrial	N	100

Quadro 4: Previsão de expansão de cursos presenciais no Centro Universitário de Maringá.

Para fazer frente à ampliação dos cursos, o Centro Universitário de Maringá projeta uma ampliação de 23 (vinte e três) salas de aula no quinquênio, conforme cronograma a seguir.

	2011	2012	2013	2014	2015
Salas de aula	250	252	259	280	303

Quadro 5: Previsão de ampliação do número de salas de aula.

Também é projetada uma ampliação de mais 6 (seis) laboratórios sendo, em 2011, um de Engenharia Ambiental, em 2012, um de Ciências e um de Produção de Multimídia, em 2013, um de Engenharia de Produção, um de Engenharia de Alimentos e, em 2014, um de Design de Produtos.

Para atender à expansão da infraestrutura física no quinquênio 2011-2015, em especial, as novas salas de aula e os laboratórios, serão concluídos o Bloco 09 com 1.335 m² e o Bloco 10 com 5.628 m² de área construída no campus sede. Além disso serão construídos, para uso do

curso de Educação Física, uma piscina coberta, semiolímpica e aquecida numa área de 1.100 m² e uma academia de ginástica em uma área de 1.200 m².

No projeto de expansão da instituição está prevista, ainda, a criação do curso de Medicina, o qual aguarda a autorização do MEC e, para fazer frente a esta demanda, consta no cronograma da IES para 2012, a construção de um Hospital de Referência com quatro áreas: Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia, Clínica Médica e Clínica Cirúrgica, acreditando-o como Hospital de Ensino.

No EAD é projetado um crescimento de 350% na oferta de cursos de graduação, acrescentando mais 7 (sete) cursos aos 2 (dois) já existentes e, nos cursos tecnológicos, também em EAD, é projetado um crescimento de 116%, acrescentando 7 (sete) novos cursos aos 6 já existentes.

CURSOS EAD				
CURSOS DE GRADUAÇÃO			CURSOS TECNOLÓGICOS	
Ano	Curso	Vagas	Curso	Vagas
2011			Secretariado	300
2012	História (Licenciatura)	300	Gestão Ambiental	300
	Letras (Licenciatura)	300	Gestão Pública	300
	Serviço Social	300		
	Sociologia (Licenciatura)	300		
2013			Gestão de Segurança Pública e Privada	300
			Logística	300
2014	Ciências	300	Segurança do Trabalho	300
	Filosofia	300		
	Matemática	300		
2015			Análise de Sistemas	300

Quadro 6: Previsão de expansão de Cursos na EAD Centro Universitário de Maringá.

Para cada curso são ofertadas 300 vagas por polo e um crescimento do número de polos de 30% ao ano, no quinquênio. Ainda na educação a distância, para o quinquênio 2011-2015, a projeção de crescimento na pós-graduação *lato sensu* nesta modalidade, é de 50% ao ano.

Para o quinquênio 2011-2015, a instituição projeta a oferta de mais três cursos de mestrado e um de doutorado, conforme o quadro a seguir.

Expansão da Pós-Graduação *Stricto Sensu* 2011-2015

Cursos	2011	2012	2013	2014	2015
Doutorado em Ciências Jurídicas					X
Mestrado na Área de Saúde		X	X		
Mestrado na Área de Desenvolvimento Regional/Agronegócio			X	X	
Mestrado na Área Tecnológica				X	X

Fonte: Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (PRPPGE) **Centro Universitário de Maringá**.

O **Centro Universitário de Maringá** ofertou em 2010, 46 (quarenta e seis) cursos de graduação e tecnólogo na modalidade presencial e 8 (oito) cursos na modalidade a distância, ofertando 3378 vagas de cursos na modalidade presencial.

RELAÇÃO DE CURSOS E SITUAÇÃO LEGAL

Curso	Modalidade	AUTORIZAÇÃO			RECONHECIMENTO			RENOVAÇÃO (1)		
		T	Nº	DOU	T	Nº	DOU	T	Nº	DOU
Administração	Bacharelado	D	98471	5/12/1989	P	583	19/4/1993	P	2296	4/7/2005
Agronomia	Bacharelado	RC	2	6/3/2006						
Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	RC	22	7/10/2002	P	1070	16/12/2008			
Artes Visuais	Licenciatura	RC	15	7/4/2003	P	60	26/1/2009			
Artes Visuais	Bacharelado	RC	15	7/4/2003	P	61	26/1/2009			
Biomedicina	Bacharelado	RC	23	7/10/2002	P	531	28/8/2006			
Ciências Biológicas	Licenciatura	RC	3	19/1/2002	P	3484	10/10/2005			
Ciências Biológicas	Bacharelado	RC	11	23/8/2007						
Ciências Contábeis	Bacharelado	D	s/nº	11/4/1994	P	1211	3/8/1999	P	2294	4/7/2005
Comunicação Social – Jornalismo	Bacharelado	P	455	4/6/1998	P	362	7/2/2002	P	3485	10/10/2005
Comunicação Social - Publicidade e Propaganda	Bacharelado	P	455	4/6/1998	P	2489	6/12/2001	P	3485	10/10/2005
CST em Agronegócio	Tecnológico	RC	12	7/4/2003	P	192	28/11/2006			
CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (PD)	Tecnológico	D	98796	8/1/1990	P	728	30/4/1993	P	1686	10/6/2002
CST em Automação Industrial	Tecnológico	RC	13	7/4/2003	P	190	28/11/2006			
CST em Design de Interiores	Tecnológico	RC	18	24/8/2004	P	198	28/11/2006			
CST em Estética e Cosmética	Tecnológico	RC	3	14/5/2007						

CST em Gastronomia	Tecnológico	RC	14	7/4/2003	P	191	28/11/2006			
CST em Gestão Comercial (Varejo)	Tecnológico	RC	21	15/6/2002	P	1903	6/6/2005			
CST em Gestão de Comércio Exterior	Tecnológico	RC	18	14/8/2006						
CST em Gestão de Marketing	Tecnológico	RC	19	14/8/2006						
CST em Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	RC	5	16/5/2005						
CST em Redes de Computadores	Tecnológico	RC	31	18/11/2002	P	189	28/11/2006			
CST em Produção Sucoalcooleiro	Tecnológico	RC	8	23/8/2007						
CST em Sistemas para Internet - Web Design	Tecnológico	RC	30	18/11/2002	P	214	29/11/2006			
Direito	Bacharelado	D	s/nº	21/6/1994	P	1545	20/10/1999	P	4506	23/12/2005
Educação Física	Licenciatura	P	1776	17/12/1999	P	1134	3/5/2004	P	775	10/11/2008
Educação Física	Bacharelado	RC	20	14/8/2006						
Enfermagem	Bacharelado	RC	4	19/1/2002	P	3486	10/10/2005			
Engenharia Civil	Bacharelado	RC	10	23/8/2007						
Engenharia de Controle e Automação - Mecatrônica	Bacharelado	RC	18	11/8/2003	P	1071	16/12/2008			
Engenharia Elétrica	Bacharelado	RC	9	23/8/2007						
Farmácia	Bacharelado	P	1861	29/12/1999	P	3277	19/10/2004	P	775	10/11/2008
Fisioterapia	Bacharelado	P	467	4/6/1998	P	2126	3/10/2001	P	2297	4/7/2005
Fonoaudiologia	Bacharelado	P	854	6/8/1998	P	368	7/2/2002	P	1179	26/12/2008
Letras - Português – Espanhol	Licenciatura	RC	5	19/1/2002	P	3488	10/10/2005			
Letras - Português - Inglês	Licenciatura	RC	27	7/10/2002	P	3488	10/10/2005			
Medicina Veterinária	Bacharelado	P	691	8/7/1998	P	732	23/4/2003	P	775	10/11/2008
Moda	Bacharelado	P	1067	29/9/1998	P	733	23/4/2003			
Nutrição	Bacharelado	P	1866	29/12/1999	P	597	16/3/2004	P	775	10/11/2008
Odontologia	Bacharelado	P	1294	27/8/1999	P	3367	18/11/2003	P	775	10/11/2008
Pedagogia	Licenciatura	RC	8	19/1/2002	P	404	14/5/2007			
Psicologia e Formação de Psicólogo	Bacharelado	P	502	16/3/1999	P	117	14/1/2004			
Serviço Social	Bacharelado	RC	25	7/10/2002	P	1030	8/12/2006			
Sistemas de Informação	Bacharelado	RC	26	7/10/2002	P	531	28/8/2006			
Teologia	Bacharelado	RC	24	7/10/2002	P	3677	20/10/2005			
Turismo e Hotelaria	Bacharelado	P	571	5/5/2000	P	2295	4/7/2005			

Quadro 7: relação de cursos e situação legal

LEGENDA:

CETT - Ciências Exatas, da Terra e Tecnológicas

CHS - Ciências Humanas e Sociais

CBSA - Ciências Biológicas, da Saúde e Agrárias

P - Portaria

D - Decreto

RC - Resolução Consuni

9. PERFIL DO CORPO DOCENTE

Para garantir a excelência de ensino e a qualidade na pesquisa e extensão, a IES conta com um corpo docente formado de 441 professores, sendo 55% desse total de mestres e doutores. Para o quinquênio 2011-2015, a instituição projeta uma ampliação do quadro de professores de 5% ao ano, preferencialmente de mestres e doutores, para fazer frente à ampliação dos cursos e das matrículas projetadas para o mesmo período, sejam na graduação e na pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Na educação a distância está sendo projetada uma ampliação do quadro de professores da ordem de 30% ao ano, conforme o Plano de Ação Integrada³.

9.1 POLÍTICA DE PESSOAL E DE QUALIFICAÇÃO

9.1.1 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O **Centro Universitário de Maringá** conta com 760 (setecentos e sessenta) colaboradores técnico-administrativos⁴, preparados para o desenvolvimento das atividades necessárias ao bom desempenho do Centro Universitário. Para o quinquênio 2011-2015 é projetada a manutenção e otimização do corpo técnico-administrativo com uma política de qualificação dos colaboradores, em especial, na área de Tecnologia da Informação e Comunicação.

O **Centro Universitário de Maringá** tem procurado, ao longo das suas duas décadas de existência, investir na qualificação do corpo docente e de seu quadro de pessoal técnico-administrativo, implementando políticas de humanização e de melhorias contínuas das relações de trabalho.

A instituição desenvolve políticas de aperfeiçoamento de gestão capacitando, avaliando e readequando a alocação de seu quadro de colaboradores, em especial, do corpo técnico-administrativo promovendo, desta forma, a melhoria contínua dos indicadores de qualidade do desempenho acadêmico e institucional.

³Anexo 1

⁴Anexo 2

O **Centro Universitário de Maringá**, para atender aos dispositivos legais dos órgãos reguladores e às exigências do mercado, considera como parte relevante o aperfeiçoamento contínuo de seus professores e colaboradores. A capacitação continuada é incentivada na instituição como parte constante para o aperfeiçoamento profissional e pessoal, bem como para o exercício da cidadania estando, a capacitação, sempre disponível a todos os seus colaboradores. O objetivo é o aperfeiçoamento técnico, científico e sociocultural dos docentes e técnico-administrativos, na perspectiva da construção sistêmica de um padrão unitário de qualidade, que se constitui em um diferencial competitivo da instituição.

A capacitação se dá por meio de programas de aperfeiçoamento, da pós-graduação e das demais atividades técnicas, científicas e culturais no âmbito da IES, ofertados na própria instituição.

O **Centro Universitário de Maringá** coloca à disposição dos seus colaboradores, um conjunto de incentivos e práticas que têm em seu escopo melhorar as suas competências e habilidades viabilizando, desta forma, o perfil mais adequado ao desempenho de suas funções.

A instituição oferta bolsas de incentivo de até 100% (cem por cento) na mensalidade de cursos, oficinas, programas de pós-graduação próprios ou conveniados, considerados de interesse do setor ou área de atuação do colaborador e/ou bolsa parcial ou integral para aperfeiçoamento, nacional ou internacional. O colaborador contemplado com bolsa ou incentivo para cursos *stricto sensu* assume, com a instituição, o compromisso de prestação de serviços no **Centro Universitário de Maringá** por, no mínimo, um período equivalente ao do benefício recebido.

9.2 PROCESSO DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE DOCENTES

A seleção e contratação de professores no **Centro Universitário de Maringá** se dá obedecendo aos critérios já institucionalizados para o recrutamento como descrito nas normas internas, apresentadas no documento anexo. Ressalta-se que, na instituição, o critério básico de seleção é o mérito acadêmico, com a titulação, produção acadêmico-científica e experiência na docência, critérios estes já muito cristalizados e consolidados em nossa instituição.

9.2.1 POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO E PLANO DE CARREIRA DO CORPO DOCENTE

O **Centro Universitário de Maringá**, no decorrer de sua história, tem perseguido a constante meta de oferecer educação superior de excelência. Em 2010, a instituição se adequava confortavelmente ao percentual de mestres e doutores exigidos pelos órgãos reguladores. No entanto, vem buscando melhorar ainda mais a titulação do seu quadro docente. Deste modo, a instituição tem atuado de forma diversificada, seja promovendo cursos de especialização, na própria instituição, seja apoiando iniciativas individuais dos docentes que buscam a sua qualificação, se engajando em programas de pós-graduação em outras instituições, recomendados pela CAPES. Para o quinquênio 2011-2015 projeta-se a continuidade da meta de substituição de graduados por especialistas, de especialistas por mestres e de mestres por doutores.

Até o ano de 2010, a instituição contava com regime de trabalho com professores com 40 horas semanais (T40), professores com 24 horas semanais (T24) e com professores horistas⁵. Na busca de adequar um regime para qualificar ainda mais o fazer universitário institucional, a partir de 2011 será alterado este regime, onde a instituição contará com professores com Tempo Integral de 40 (quarenta) horas semanais (T40), professores com Tempo Parcial de 24 horas semanais (T24), professores de Tempo Parcial com 20 horas semanais (T20), professores com Tempo Parcial com 12 horas semanais (T12) e professores Horistas, de acordo com quadro abaixo.

Como estratégia para melhorar a titulação do quadro de professores, a instituição vem privilegiando a contratação de doutores e mestres conforme a necessidade de ampliação do quadro de docentes, conforme quadro com a projeção da titulação docente a seguir.

Projeção de crescimento do quadro docente – Quinquênio 2011-2015

Regime	2011	2012	2013	2014	2015
Prof. T40	92	105	121	139	179
Prof. T24	44	56	68	70	70

⁵Anexo 3

Prof. T20	42	45	56	80	103
Prof. T12	42	43	58	80	94
Horistas	221	214	183	141	90
TOTAL	441	463	486	510	536

Quadro 8: projeção de crescimento do quadro de professores do **Centro Universitário de Maringá**.

Projeção da titulação docente – Quinquênio 2011-2015

Titulação	2011	2012	2013	2014	2015
Doutores	40	55	68	80	101
Mestres	193	202	220	235	242
Especialistas	153	166	168	176	193
Graduados	55	40	30	19	0
TOTAL	441	463	486	510	536

Quadro 9: projeção da titulação do quadro docente do **Centro Universitário de Maringá**.

A instituição conta também com um plano de carreira docente que busca contemplar as diversas formas de vínculos empregatícios necessários ao funcionamento do **Centro Universitário de Maringá**, normatizando os critérios de ingresso, enquadramento, ascensão e regime de trabalho, conforme plano de carreira anexo⁶.

9.2.2 PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO (DEFINITIVA E EVENTUAL) DOS PROFESSORES DO QUADRO

O **Centro Universitário de Maringá** tem como política de substituições eventuais o recrutamento interno de professores, ampliando as suas cargas horárias e, para as substituições definitivas, a instituição usa o processo seletivo normatizado (o qual consta no documento

⁶ Anexo 4

“processo de recrutamento e seleção de docentes”)⁷ priorizando a seleção de mestres e doutores.

10. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

As instituições de ensino superior, como as demais instituições escolares, se caracterizam por serem organizações extremamente complexas, em que o fator humano se sobressai como elemento determinante. “Não existe escola sem professor e sem estudante”, ambos se constituem em elementos essenciais no processo, o qual envolve uma ética, uma cultura, uma estética, uma linguagem, valores, espiritualidade e aspectos antropológicos e sócio-ambientais. Gerir ou administrar uma organização com estas características e arquitetar instâncias decisórias que dêem fluidez e precisão ao processo, se constitui num grande desafio que exige a abertura e o espaço para o constante aprimoramento para a gestão estratégica.

O **Centro Universitário de Maringá** possui uma estrutura organizacional e administrativa que dá sustentação a essas características e que flui por suas várias instâncias, as quais apresentamos a seguir.

10. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A organização administrativa do **Centro Universitário de Maringá – Centro Universitário de Maringá** está explicitada no Título II – Capítulo I de seu Estatuto.

A administração do **Centro Universitário de Maringá** compreende os seguintes órgãos colegiados superiores:

- a) Conselho Universitário (CONSUNI);
- b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);

⁷ Anexo 5

- Conselho Universitário (CONSUNI) - órgão superior do Centro Universitário, que dispõe de funções normativa, consultiva, deliberativa, recursal e de instância final.
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) - órgão de natureza consultiva, normativa e deliberativa em matéria de ensino, pesquisa e extensão.

10.1 A ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ: ÓRGÃOS EXECUTIVOS

- a) Reitoria - responsável pela administração geral do Centro Universitário, coordena, acompanha e executa as políticas definidas pelos conselhos superiores e mantenedores.
- b) Vice-Reitoria - A Vice-Reitoria é exercida pelo Vice-Reitor que tem atribuições permanentes no âmbito do **Centro Universitário de Maringá**, definidas pelo Reitor, assim como atribuições delegadas, competindo-lhe ainda, substituir o Reitor nos seus impedimentos eventuais e exercer outras funções para as quais tenha sido designado pelo Reitor.
- c) Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) - órgão executivo responsável pelo planejamento, coordenação, execução, controle e avaliação de todas as atividades acadêmicas de ensino de graduação do **Centro Universitário de Maringá**, cujas atribuições constam do Regimento Geral.
- d) Pró-Reitoria Administrativa (PROAD) - órgão executivo responsável pelo planejamento, coordenação, execução, controle e avaliação de todas as atividades administrativas, financeira e de pessoal do Centro Universitário, cujas atribuições são definidas no Regimento Geral.
- e) Pró – Reitoria de Pesquisa, Pós – Graduação e Extensão (PRPPGE) – órgão executivo responsável pelo planejamento, organização, coordenação, execução e controle de todas as atividades referentes à pesquisa, pós-graduação e extensão, cujas atribuições constam no Regimento Geral. Compõem a PRPPGE as Diretorias executivas de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão.

- f) Diretoria de Planejamento de Ensino – vinculada à Reitoria compete planejar, organizar, dirigir e coordenar as atividades de ensino e de desenvolvimento e avaliação institucional.
- g) Diretoria de Educação a Distância (DED) – Órgão executivo, vinculada à Reitoria, é responsável pelo planejamento, organização, coordenação, execução e controle de todas as atividades atinentes ao ensino de graduação e pós-graduação a distância, cujas atribuições constam do Regimento Geral.
- h) Diretorias de Centros - órgãos executivos, de natureza deliberativa, vinculados à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e são responsáveis pelo planejamento, coordenação, execução e controle de todas as atividades administrativas dos cursos vinculados as suas áreas, em consonância com as políticas e diretrizes dos órgãos superiores e cujas atribuições constam do Regimento Geral.
- i) Diretoria de Planejamento de Ensino – vinculada à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação é responsável pelo planejamento das atividades de ensino.
- j) Diretoria de Serviços Acadêmicos – vinculada à Reitoria é o órgão responsável pelas informações de toda vida acadêmica dos estudantes, do seu ingresso à conclusão, colação de grau e expedição de diploma.
- k) Coordenações de cursos: órgãos executivos responsáveis pelo planejamento, coordenação, execução e controle de todas as atividades administrativas e acadêmicas, em nível de curso, em consonância com as políticas e diretrizes dos órgãos superiores e cujas atribuições são definidas no Regimento Geral. São vinculados as respectivas Diretorias de Centros.

10.2 GABINETE DA REITORIA, ASSESSORIAS E ÓRGÃOS ESPECIAIS

São órgãos de assessoramento e de apoio às atividades acadêmicas e administrativas da Reitoria e Pró – Reitorias, criadas pelo Reitor, cuja organização, competências e atribuições são por ele definidas em regulamento próprio.

10.3 ÓRGÃOS COLEGIADOS

São órgãos colegiados:

- a) Conselho Universitário
- b) Conselho de ensino, pesquisa e extensão
- c) Colegiado de curso de graduação
- d) Câmara de pesquisa e pós-graduação

1. Conselho Universitário - órgão máximo de natureza normativa, deliberativa, jurisdicional e consultiva, que tem a seguinte composição:

Reitor, seu presidente nato; Vice-Reitor; Pró-Reitores; Diretores de Centros; um representante da entidade mantenedora; um representante dos coordenadores de cursos de graduação; um representante do corpo docente; um representante do corpo discente.

2. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - órgão superior de natureza consultiva, normativa e deliberativa, em matérias relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão e tem a seguinte constituição: Reitor, seu presidente nato; Vice-Reitor; Pró-Reitores; um representante dos coordenadores dos cursos de graduação; um representante dos coordenadores dos cursos e programas de pós-graduação *stricto-sensu*; um representante do corpo docente; um representante do corpo discente.
3. Conselho de Curso de Graduação - órgão de natureza deliberativa, consultiva e auxiliar, com função de analisar e propor medidas didático-pedagógicas para o funcionamento do curso e para a sua integração nos diversos programas de ensino, de pesquisa e de extensão, que tem a seguinte composição: o coordenador do curso de graduação, seu presidente nato; cinco docentes que ministram aulas no curso; um representante do corpo discente. Suas atribuições são definidas no Regimento Geral. (Anexo - Organograma Institucional)⁸.

⁸ Anexo 6

10.4 ÓRGÃOS E ATIVIDADES DE APOIO ACADÊMICO

- **NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico**

Objetivando apoiar a sua metodologia de ensino-aprendizagem, o **Centro Universitário de Maringá** conta com o Núcleo de Apoio Pedagógico - NAP, que vinculado à Reitoria e à Diretoria de Planejamento de Ensino, tem por função supervisionar os procedimentos dos Cursos de Graduação, analisando as atividades curriculares, assim como sugerindo formas alternativas para a superação tanto de dificuldades inerentes aos processos de ensino quanto aos processos de aprendizagem.

Sob demandas definidas da área educativa, o NAP promove cursos, eventos, seminários, orientação aos docentes e discentes. Direcionando as múltiplas atividades acadêmicas, sob a perspectiva da política institucional, aciona pedagogicamente o desenvolvimento humano e técnico, o aprimoramento da responsabilidade e o comportamento social.

Anualmente, a instituição programa a Semana Pedagógica que se constitui em um espaço de discussões acadêmicas onde são apresentadas as grandes tendências do ensinar e do aprender, os novos instrumentos do processo ensino-aprendizagem e o fazer pedagógico institucional.

A instituição conta com um serviço de atendimento aos estudantes por meio da Diretoria de Serviços Acadêmicos, órgão responsável pelas informações de toda vida acadêmica dos estudantes, do seu ingresso à conclusão, colação de grau e expedição de diploma.

O “Aluno On Line” é uma importante ferramenta que auxilia o discente no processo formativo e o mantém informado sobre a sua vida acadêmica, num ambiente de interação entre docentes e discentes, onde estes encontram os planos de aula, o programa de cada disciplina, materiais complementares, bem como o estágio da sua progressão acadêmica.

Além disso, o **Centro Universitário de Maringá** disponibiliza no site da instituição um eficiente canal de contato o “Fale com o Reitor”, no qual toda a comunidade acadêmica, em especial os estudantes, tem acesso à administração superior e podem registrar suas sugestões, críticas e reivindicações.

A instituição conta ainda com um eficiente setor de acolhimento estudantil.

11. PROCEDIMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

11.1 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional do **Centro Universitário de Maringá** tem por objetivo a construção de uma radiografia virtual da IES de modo a disponibilizar informações institucionais fidedignas para orientar os órgãos superiores, gestores e mantenedores no processo de tomada de decisão, visando a consolidação da excelência dos serviços educacionais prestados pelo **Centro Universitário de Maringá** com a permanente melhoria da qualidade acadêmica, científica e cultural da Instituição, a fim de contribuir para ampliar e diversificar sua inserção nos âmbitos regional, nacional e internacional.

Por meio da avaliação é possível identificar estratégias, instrumentos e ações institucionais necessários à formulação de políticas acadêmicas de mais largo alcance e, ao mesmo tempo, fornecer subsídios para a indispensável prestação de contas à comunidade acadêmica, aos órgãos reguladores e à sociedade. Nesse sentido, a avaliação institucional é um processo pelo qual a instituição não só se conhece, mas também se torna conhecida pela sociedade e se projeta como instituição de ensino superior de excelência.

A participação dos membros da comunidade acadêmica e da comunidade externa é componente de extrema relevância neste processo. Do mesmo modo é imprescindível que se promova a articulação entre avaliação, planejamento e processo de tomada de decisões tornando possível à avaliação institucional atuar, efetivamente, como instrumento de consolidação, ajustes, adequações e mudanças.

A auto avaliação institucional envolve a coleta de informações, a sistematização das mesmas e a produção de dados e informações sobre os mais variados aspectos do fazer universitário, o que possibilita um amplo diagnóstico situacional da IES. A autoavaliação do **Centro Universitário de Maringá** segue as orientações preconizadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior nas suas dez dimensões, a saber:

12. a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
13. a política para o ensino, a pesquisa e a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
14. a responsabilidade social da instituição, considerada, especialmente, no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
15. a comunicação com a sociedade.
16. as políticas de pessoal de carreira do corpo docente e do corpo técnico- administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.
17. organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.
18. infraestrutura física, especialmente, a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.
19. planejamento e avaliação, especialmente, em relação aos processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional.
20. políticas de atendimento aos discentes.
21. sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Pensar uma instituição de educação superior com o ensino, pesquisa e extensão indissociáveis significa montar uma estratégia para oferecer um serviço de qualidade que se renova, se redimensiona e se qualifica constantemente.

Neste processo a auto avaliação nos oferece um instrumento imprescindível para a montagem de uma radiografia virtual da IES, já que a auto avaliação, se constitui num processo participativo em que todos os setores se avaliam e são avaliados, tornando-se sujeitos na construção de um ensino superior de excelência. Ao tempo em que a instituição se conhece e

se reconhece, oferece aos gestores e aos mantenedores instrumentos precisos para a potencialização de suas virtudes e para a correção de eventuais deficiências.

11.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – CPA

De acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o processo avaliativo conduzido pela instituição é básico e vinculado às funções de regulação e de auto-regulação. O processo, portanto, é obrigatório para que a instituição se integre formalmente ao sistema de educação superior, cumprindo as exigências concernentes a autorizações de funcionamento, credenciamento, recredenciamento, transformações e demais instrumentos legais.

A CPA- **Centro Universitário de Maringá** está estruturada por uma Assembléia composta por membros indicados em Portaria⁹, Coordenação Geral, Secretaria, Comissões Institucionais e Comissões Setoriais.

Todo o material produzido, assim como a bibliografia e documentos de suporte às atividades, estão disponibilizados pela Diretoria de Desenvolvimento Institucional aos membros da CPA, Comissões Institucionais e Setoriais, Comunidade Universitária e à Sociedade, no sítio e na Biblioteca Central do **Centro Universitário de Maringá**.

Desde então, tem sido realizadas avaliações setoriais periódicas, as quais são utilizadas para a elaboração de projetos de intervenção no desenvolvimento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos. As avaliações externas, promovidas pelo MEC (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, Avaliação Institucional e Avaliações de Cursos de Graduação) são, também, objetos de análise e estudos que, articulados à avaliação interna, oferecem subsídios para a direção superior e para os mantenedores no processo de planejamento institucional.

⁹ Anexo 7

12. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

12.1 PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO

O **Centro Universitário de Maringá** proporciona variadas formas de auxílio para possibilitar o ingresso do acadêmico no ensino superior:

- I. PROUNI – Programa Universidade para Todos - é uma política pública que favorece a inclusão social e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos (integrais e parciais) nas instituições de ensino privadas para estudantes de baixa renda, variando com a disponibilidade de vagas no curso e concorrência a bolsa de estudos. Suas inscrições ocorrem 2 (duas) vezes ao ano.
- II. PROMUBE - Programa Municipal de Bolsas de Estudos - é uma política pública do município de Maringá, que abrange tanto bolsas parciais como integrais em instituições privadas de ensino para estudantes de baixa renda residentes em Maringá. Sua inscrição ocorre somente 1 (uma) vez ao ano, ficando a critério da instituição de ensino definir as datas conforme liberação da Prefeitura Municipal de Maringá.
- III. PROEP – Programa para Estudantes do Ensino Médio em Escola Pública – é um programa de bolsa de estudos, com 15% de desconto sobre a anuidade do curso, para estudantes interessados nos cursos de Pedagogia, Letras (Português/Inglês e Português/Espanhol), Ciências Biológicas (Licenciatura), Ciências Contábeis, Teologia, Fonoaudiologia e Artes Visuais.
- IV. Bolsa Experiência - O Programa oferece 25% de desconto na mensalidade do curso de graduação para acadêmicos com 55 anos ou mais.
- V. Bolsa Família - O Programa oferece 10% de desconto na mensalidade dos cursos de graduação, pós-graduação, ensino fundamental e médio para irmãos, pais, filhos ou cônjuges de estudantes que ingressem na instituição.
- VI. Programa de Inclusão Social Para Atenção à Criança - Por meio deste programa é concedido aos professores da rede pública de ensinos municipal e estadual e aos professores de escolas de educação infantil filiadas ao Sinfantil/NOPR (Sindicato

das Escolas Particulares de Educação Infantil do Noroeste do Paraná), 20% de bolsa no curso de Fonoaudiologia.

- VII. FIES - Programa de Financiamento Estudantil - é uma política pública do Governo Federal, destinado a financiar a graduação no ensino superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no referido programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.
- VIII. Programa de Bolsa de Estudo de Incentivo ao Desenvolvimento Profissional do Turismo Regional - O **Centro Universitário de Maringá - Centro Universitário de Maringá** em parceria com o Maringá e Região Convention & Visitors Bureau, estabeleceram regras definindo condições de concessão e de manutenção da modalidade de bolsa de estudo e benefícios oferecidos no Processo Seletivo, especificamente para os estudantes ingressantes no primeiro ano do Curso de Turismo.
- IX. Programa de Bolsa de Estudos para Formação de Professores de Pedagogia e Letras - O **Centro Universitário de Maringá - Centro Universitário de Maringá** definiu critérios que regem as condições de concessão e de manutenção das modalidades de bolsas de estudo e benefícios oferecidos no processo seletivo, especificamente para os estudantes ingressantes no primeiro ano dos cursos de Pedagogia - Noturno e Letras (Português/ Inglês) - Noturno.

O **Centro Universitário de Maringá** conta, também, com um eficiente programa de nivelamento ofertado, opcionalmente, a todos os estudantes que desejarem, de forma gratuita, participarem destes cursos, os quais têm duração de 40h e são ofertados aos estudantes ingressantes de cada curso. Os cursos são: Matemática, Química, Língua Portuguesa e Biologia.

Este programa se constitui em uma iniciativa de grande relevância na medida em que o **Centro Universitário de Maringá** recebe estudantes oriundos de diversas instituições de ensino com diferentes níveis de formação onde, não raro, as deficiências se revelam muito expressivas, necessitando desta complementação ao chegarem ao nível superior.

A instituição conta ainda com um eficiente setor de acolhimento e ouvidoria que, centrado no atendimento e orientação dos acadêmicos regularmente matriculados na IES,

buscam fazer um trabalho preventivo a não adequação às exigências legais e às aspiração estudantis, que abrangem a visualização dos aspectos que levam os acadêmicos ao trancamento de matrícula, cancelamento e evasão.

Para além da entidade da organização estudantil, os estudantes tem assento em todos os órgãos colegiados da instituição, onde são incentivados a participarem e dão valiosa contribuição ao fazer acadêmico.

12.2 POLÍTICA PARA EGRESSOS

O **Centro Universitário de Maringá** conta com uma política para estabelecer um vínculo constante com os seus egressos, por meio do “Projeto Egressos” e que incentiva a formação continuada, ofertando descontos nos cursos de pós-graduação da instituição. Além disso, busca ampliar a integração no mercado de trabalho dos seus egressos ao mesmo tempo em que procura adequar as informações para a formação ofertada na instituição com as necessidades dos diversos segmentos no mercado de trabalho.

12.3 POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

”Os estudantes com “necessidades educacionais especiais” devem ter acesso à escola normal, a qual deve acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada no aprendiz, capaz de atender às suas necessidades. (Declaração de Salamanca, *apud* GOMES, 2009. p. 34).

Do ponto de vista teórico, “a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças” (GOMES, 2008, p. 17). Significa variedade e multiplicidade que se constroem no contexto social e assim pode ser entendida como uma questão que se torna cada vez mais complexa, quanto mais complexas vão se tornando as sociedades.

A discussão sobre a diversidade na política de uma instituição de ensino implica na compreensão de que os aspectos observáveis que se aprende a ver como diferentes (étnico-

raciais, sociais, geracionais, de religiosidade, de gênero, de orientação sexual, de pessoas com deficiências, entre outros), só passaram a ser percebidos dessa forma, porque os sujeitos históricos, na totalidade das relações sociais, no contexto da cultura e do trabalho, assim os nomearam e identificaram. A importância desta compreensão está na relação estreita entre o olhar e o trato pedagógico da diversidade e a concepção de educação que informa as práticas educativas da instituição.

A concepção que identifica a diversidade como norma da espécie humana - os seres humanos são diversos em suas personalidades, em suas experiências culturais e em suas formas de perceber o mundo – orienta a abordagem da diversidade e também ressalta que a luta pelo direito à diversidade não se opõe à luta pela superação das desigualdades sociais.

Nesta linha de pensamento, o trato pedagógico da questão da diversidade indica que uma das dimensões do processo de inclusão social é a inclusão escolar, conjunto de políticas públicas e particulares com a finalidade de levar a escolarização a todos os segmentos humanos da sociedade, com ênfase na infância e juventude.

No Brasil, a Constituição de 1988, assim como a LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) destacam a importância e urgência de se promover a inclusão educacional como elemento formador da nacionalidade.

A legislação recente, e ainda pouco conhecida, coloca a questão da inclusão escolar para todos aqueles que se encontram à margem do sistema educacional: a população que não participa do consumo de bens materiais (produtos e mercadorias) e/ou serviços; que está fora do processo produtivo, seja pelo subdesenvolvimento, desemprego e sub-emprego e do acesso a bens culturais, saúde, educação, lazer e outros componentes da cidadania, e também os estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O **Centro Universitário de Maringá**, assumindo essas colocações, tem a compreensão da diferença e o respeito à diversidade como um dos eixos orientadores da sua ação e das práticas pedagógicas, que se traduzem nas seguintes ações:

- eliminação de barreiras arquitetônicas para os portadores de necessidades especiais e atendimento da questão nas novas edificações;

- desenvolvimento de programas e projetos de extensão voltados às populações de baixa renda;
- manutenção de Programa Especial de Inclusão Digital – Digitando o Futuro, para crianças, jovens e adultos;
- participação nos Programas e Projetos Nacionais de Inclusão Social.
- Manutenção de intérprete na Linguagem Brasileira de Sinais Libras.

13. INFRAESTRUTURA FÍSICA

O CESUMAR dispõe de uma infraestrutura moderna, assentada em 83.678 mil m² de área construída, que abriga 250 salas de aula, 01 sala para cada coordenador de curso, 05 salas de professores, 05 anfiteatros, com 100 laboratórios, com equipamentos de última geração, 06 Clínicas: Odontologia, Fisioterapia, Nutrição, Fonoaudiologia, Psicologia e Estética; 01 Hospital Veterinário; 01 Fazenda Escola, localizada a 10 (dez) km do centro de Maringá, com 146 alqueires onde se desenvolvem pesquisas em agronomia e projetos de biotecnologia e reprodução animal; 03 ginásios de esporte, 02 quadras de tênis, 01 campo de futebol suíço e pista de atletismo; 01 Restaurante; 03 Cantinas; um Centro de Hospitalidade (hotel/restaurante).

A instituição conta, também, com um Núcleo Integrado de Saúde, em parceria com o município de Maringá (NIS Aclimação) que realiza centenas de atendimentos por dia, o que reforça a responsabilidade social do **Centro Universitário de Maringá**. Além disso, a IES conta com agência bancária e dois postos de atendimento bancários, uma farmácia escola (CESUFARMA), um núcleo de práticas jurídicas, uma rádio universitária (RUC, FM 94,3), um salão de estética, uma agência de turismo (CESUTOUR), uma livraria (CAMPUS) e estacionamento interno, pavimentado, para cerca de 2.800 veículos.

O **Centro Universitário de Maringá** possui rede lógica com 45 servidores e 1.063 estações de trabalho, distribuídos nos ambientes da instituição e acesso a Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) com a rede Wireless em todas as salas de aula e demais ambientes do campus.

Os diversos ambientes da instituição estão preparados para receber pessoas com deficiência, em consonância com a legislação específica vigente (Decreto 5296/04 e 5773/06).

- **BIBLIOTECA**

A Biblioteca do **Centro Universitário de Maringá** - CESUMAR, órgão da Administração Geral é a responsável por todo o acervo, e tem como objetivo prover de informações o ensino, a pesquisa e a extensão do Centro Universitário, pautando sua atuação nos seguintes princípios:

- democratização do acesso à informação e ao acervo sob sua responsabilidade;
- respeito ao princípio do controle bibliográfico universal;
- atendimento à comunidade do CESUMAR e à comunidade em geral.

A Biblioteca tem como atribuições:

- adquirir, receber, organizar, guardar e promover a utilização do acervo para o ensino, a pesquisa, a extensão, a administração e a cultura;
- promover a difusão do acervo, visando otimizar o seu uso;
- oferecer serviços bibliográficos e de informação que contribuam para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e das atividades científicas e culturais;
- manter intercâmbio com bibliotecas, centros de documentação e outros órgãos similares;
- guardar, preservar e divulgar a produção técnica, científica e cultural do **Centro Universitário de Maringá**;
- normalizar os serviços bibliográficos e de informação no Centro Universitário;
- executar outras atividades pertinentes ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

- **Espaço Físico**

- **Área Física Disponível:**

A Biblioteca Central está instalada em um prédio de 6 andares e ocupa 2 pavimentos deste, sendo 1 climatizado e o outro com projeto de climatização em andamento, ocupa uma área construída de 4.000 m² com capacidade para armazenar até 250.000 volumes. Todo o acervo da Biblioteca Central está protegido por um sistema eletrônico de segurança, com circuito fechado de TV. Seu controle é feito por meio de monitoramento e gravação de imagens, 24 horas por dia. Possui também Sistema Antifurto da 3M e da MultiSystem para o controle de saída de materiais. O prédio possui um sistema de prevenção contra incêndio, que contém:

- sistema de prevenção portátil: 32 extintores distribuídos em todos os setores.
- detectores de fumaça.

Oferece condições de utilização por portadores de necessidades especiais, através da construção de rampa de acesso e elevador.

No quadro a abaixo é demonstrada a área dos vários setores da Biblioteca, garantindo aos usuários amplo espaço além de conforto e facilidades no acesso à cultura e à informação.

Quadro 1 – Instalações físicas da Biblioteca

Local	Área Total m²
Acervo de Livros	926
Acervo de Referência	69
Acervo do Colégio Objetivo	62
Acervo de Periódicos	65
Salas de Estudos em Grupo	96
Leitura Coletiva	1.454
Leitura Individual	44
Ilhas de Consulta	43
Ilhas de Internet	47
Ilhas de Multimídia	43

Sala de aula	53
Processamento Técnico	71
Reprografia	48
Salas de Vídeo	65
Videoteca	24
Sanitários	44
Guarda-Volumes	52
Administração	36
Recepção/Devolução/Atendimento	152
Copa/Serviço/	32
Mapoteca	50
Sala de Chá	50
Balcão de Apoio	26
Sofás para Leitura Informal	282
Área Total	3.834

Fonte: Biblioteca CESUMAR – agosto/2008

- **Acervo da Biblioteca Central**

O acervo da Biblioteca Central é constituído de:

- a) Livros.
- b) Periódicos (revistas, jornais, boletins).
- c) Livros de referência (enciclopédias, dicionários, Atlas, mapas, biografias, dados estatísticos, anuários, almanaques).

- d) Coleção especial (produção bibliográfica da Instituição, teses, dissertações, monografias, TCC, obras raras, fotografias).
- e) Fitas de vídeo, Cd ROM.
- f) Banco e bases de dados.

A Biblioteca está com todo o seu acervo informatizado (livros, folhetos, teses, trabalhos, fitas de vídeo, controle da coleção de periódicos e indexação de artigos de alguns periódicos). O sistema funciona em rede, proporcionando a consulta e a alimentação das bases de dados simultaneamente.

Além disso, a Biblioteca faz parte da rede COMUT, BIREME e possui convênio de cooperação técnica firmada com a UEM, como forma de integração com outras instituições objetivando o intercâmbio técnico e científico.

A Biblioteca adquiriu no segundo semestre de 2006 o direito do uso de 2 (duas) Bases de Dados da EBSCO, com acesso restrito a comunidade acadêmica da Instituição.

As bases são uma na área de Direito e a outra Multidisciplinar que atende a todas as áreas de ensino da Instituição.

As bases são:

EBSCO - Legal Collection - Esta base de dados contém o texto completo de mais de 250 das mais respeitadas revistas acadêmicas de direito do mundo. O Legal Collection é uma fonte reconhecida de informações sobre assuntos atuais, estudos, pensamentos e tendências do mundo legal.

EBSCO - Academic Search Elite - Base de dados de publicações em texto completo "peer-reviewed". Área: Ciências Sociais, Humanas, Educação, Informática, Engenharia, Línguas, Artes & Literatura, Ciências Médicas e Estudos Étnicos.

A Biblioteca também passou a ter direito ao acesso de duas bases de dados do Portal CAPES.

Essas são as bases de dados disponibilizadas para a Biblioteca do Cesumar:

Science Direct: onde estão disponíveis publicações da Elsevier e de outras editoras científicas, cobrindo as áreas de Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias,

Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Letras e Artes. Possui aproximadamente 2.500 periódicos.

Scopus: é a maior base de dados de resumos e citações de literatura científica revisada por pares e de fontes web de qualidade, que integra ferramentas inteligentes para acompanhar, analisar e visualizar os resultados da pesquisa.

Está em fase final de implantação a Biblioteca Virtual, elaborada pela editora Pearson. Esse modelo de acervo possibilita que estudantes e professores tenham acesso a cerca de 900 obras já disponíveis.

A biblioteca possui um acervo de **50.355 títulos** e de **181.455 exemplares**, distribuídos em todas as áreas do conhecimento.

DESCRIÇÃO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Livros	45.282	139.659
Periódicos nacionais	1.662	37.265
Periódicos internacionais	57	769
Multimídias (DVD, CD Rom, Fitas de vídeos)	3.354	3.762
Total	50.355	181.455

- **Política de Aquisição, Expansão e Atualização do Acervo**

A política de aquisição do acervo é centralizada e dá-se através das sugestões dos professores encaminhadas à Biblioteca em formulário próprio e assinado pelo Coordenador do Curso. Essa política tem em vista o maior envolvimento dos professores na seleção do acervo, bem como o comprometimento maior das unidades organizacionais no gerenciamento dos recursos disponíveis. Também são consideradas as sugestões dos usuários alunos e dos Bibliotecários, principalmente, os de atendimento ao público.

A expansão também se dá para atender a criação dos novos cursos a uma taxa de 13% ao ano (38 novos cursos no quinquênio 2011-2015) a medida que estes forem sendo

integralizados, dos cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância e a previsão de uma taxa de crescimento médio das matrículas da ordem de 5% ao ano, conforme quadro a seguir:

2011	2012	2013	2014	2015
181.455	190.000	200.000	210.000	220.000

Projeção de crescimento do acervo da Biblioteca **Centro Universitário de Maringá**

O fato de as aquisições da Biblioteca se nortear pelas indicações dos professores garante a correlação pedagógica entre o acervo e os cursos/programas da Instituição. Todas as solicitações de compras são atendidas.

Para duplicação da quantidade de exemplares, também são consideradas estatísticas de reservas do mês.

A política de atualização do acervo passa por um programa de aquisição permanente, através de compras, doações e permutas. O intercâmbio é intensivo com Periódicos nacionais e estrangeiros, através da troca com títulos editados pela Instituição. O controle e acompanhamento do acervo é efetuado pelo Reitor e pela Comissão para Gestão do Acervo da Biblioteca Central, com o objetivo de ordenar o crescimento racional, assegurando consistência e equilíbrio no desenvolvimento dos recursos informativos; compor uma coleção com alto grau de excelência, tanto qualitativa quanto quantitativa, da forma que melhor atenda aos interesses da comunidade universitária do Cesumar.

Todo acervo adquirido é registrado, catalogado e classificado na Biblioteca Central e encaminhado aos Departamentos quando solicitado. A aquisição de Periódicos está condicionada ao parecer dos Coordenadores de Cursos, com base nas estatísticas anuais de uso fornecidas pela Biblioteca.

Eventualmente a Biblioteca adquire Coleções Especiais que pertenceram a pessoas com destacada atuação profissional ou acadêmica. Essas coleções, além de conter obras raras, trazem a marca de seus organizadores, entre eles pessoas da maior expressão nos campos jurídico, político, da sociologia e da literatura.

Para atendimento aos professores/pesquisadores, mestrandos e alunos engajados nos projetos de pesquisa, a Universidade investe em programas de cooperação bibliográfica e aquisição de bases de dados.

- **Política de Informatização**

A Biblioteca faz parte da Rede Pergamum desde 2006, quando adquiriu a seção de uso do Software PERGAMUM, um sistema de Gerenciamento de Bibliotecas utilizado nas principais Universidades brasileiras. Engloba os módulos de consulta, catalogação, circulação, seriados, aquisição, administração e controle de débitos. A utilização do formato de catalogação USMARC e as normas de catalogação do AACCR2 permitem o intercâmbio de dados com qualquer instituição do mundo que utilize os mesmos padrões.

O Sistema foi implementado na arquitetura cliente/servidor, com interface gráfica e programação em Delphi.

Contempla as principais funções da biblioteca:

- **Processo de aquisição** de qualquer tipo de material, utilizando a pré-catalogação para controle de assinatura e renovação de periódicos via Kardex.
- **Catalogação** - utilizando formato USMARC, que permite o intercâmbio.
- **Consulta ao Catálogo** – permite a pesquisa por autor, título, assunto e termo livre com a utilização de operadores booleanos.
- **Circulação** – permite cadastro de usuários, controle de visitantes, empréstimo, reservas, renovação, consulta histórico de empréstimos ou multas e devolução.
- **Relatórios** - levantamento do acervo por área de conhecimento, por bibliotecas e por disciplina. Relatórios por atividade, por grupo de atividades e por executante:
- **Internet** - Consulta ao acervo *on-line*
- **Renovação**
- **Reserva**

Acompanhamento do processo de aquisição pelo usuário solicitante.

Envio automático de mensagens para lembrar a data de devolução do material emprestado, informar liberação de reservas e novas aquisições na área de interesse pré-selecionada (DSI - Disseminação Seletiva da Informação).

Informação dos materiais a serem devolvidos.

- **Inventário do acervo** - utilizando coletores de dados.
- **Portal da CAPES.**

Com a aquisição do Software, a Biblioteca participa da Rede Compartilhada Pergamum, formada por todos os clientes do sistema. A participação permite o intercâmbio de dados de catalogação (importação e exportação de registros), agilizando, assim, o processo de catalogação e empréstimo entre Bibliotecas.

Na eventualidade de ocorrer queda do Sistema por falta de energia, os usuários são atendidos utilizando-se operações manuais.

- **Redes de informação acessada**
- Programa de Comutação Bibliográfica – COMUT
- Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Periódicas – CCN
- Rede de Bibliotecas na área de Engenharia – REBAE
- Rede de Bibliotecas na área de Psicologia – REBAP
- Rede de Instituições Católicas de Ensino Superior – RICESU
- Rede Interamericana de Conectividade de Bibliotecas Universitárias – RICBLU
- Rede Nacional de Bibliotecas – PERGAMUM

- **Serviços**

Horário de Funcionamento:

Segunda a sexta-feira – das 07h30min às 22h30min horas.

Sábados – das 08h00min às 16h30min horas.

- **Acesso a outras formas de pesquisa**

A Biblioteca utiliza a Internet como forma de acessar instituições de pesquisa nacionais e estrangeiras, proporcionando aos usuários a informação necessária.

- **d) Pessoal Técnico Administrativo**

Quadro 3 - STAFF DA BIBLIOTECA

CATEGORIA	Nº	Nº/FUNÇÃO	CH
Bibliotecários	04	01 – Direção	44h
		01 - Referência	
		01 - Proc.Técnico	44h
		01 - Periódicos	44h
Auxiliar de Bibliotecário	17	03 – Proc.Técnico	44h
		04 - Periódicos	44h
		09 - Atendimento	44h
		01 - Atendimento	30h
Zeladoria	03	03 - limpeza	44h
Segurança	03	01 - Vigilância	44h

TOTAL	27		490h
-------	----	--	------

Fonte: Biblioteca Cesumar - agosto/ 2008

- **Qualificação técnica e treinamento dos servidores**

A política de treinamento de pessoal visando o seu aprimoramento é realizada através de cursos e palestras promovidos pela própria Instituição, o incentivo à participação em cursos e congressos fora dela e, o apoio financeiro e institucional à pós-graduação.

- **Serviços prestados**

- Atendimento e orientação à comunidade acadêmica e externa na solicitação dos serviços e acervos da Biblioteca.
- Orientação a novos usuários quando a utilização da biblioteca.
- Empréstimos domiciliares.
- Visita orientada para calouros.
- Assistência técnica para normalização bibliográfica de trabalhos científicos, segundo as recomendações da ABNT.
- Elaboração de levantamentos bibliográficos nos acervos de livros e periódicos;
- Colaboração em atividades culturais/ educativas (exposições, cursos, palestras, debates, filmes, lançamentos de publicações, etc).
- Orientação no uso dos catálogos públicos.
- Exposições permanentes das obras recém adquiridas.
- Restauração da coleção geral da biblioteca.
- Elaboração de listas de obra sugeridas pelos usuários para aquisição.
- Treinamento para uso de obras de referência específicas.
- Acesso a documentos eletrônicos, possibilitando a obtenção de informações rápidas, precisas e atualizadas, via on-line e em cd-rom.

- Reserva de material para empréstimo.
- Solicitação de artigos de periódicos via Comutação Bibliográfica.
- Disponibilização do acesso ao Portal da CAPES.

- **Laboratórios e Clínicas – visão geral**

O **Centro Universitário de Maringá** dispõe de um conjunto de centros especiais que servem à formação e às atividades acadêmicas em geral compostas pelos laboratórios, clínicas, hospital veterinário, fazenda escola e centro de biotecnologia. Os laboratórios e as clínicas do **Centro Universitário de Maringá** são espaços especialmente equipados com recursos didáticos necessários ao desenvolvimento das atividades experimentais no âmbito das diferentes áreas temáticas, abordadas pelos conteúdos programáticos dos ciclos de ensino dos cursos existentes na instituição.

Esta estrutura contribui para a consolidação da cultura científica, promove o ensino experimental prático das ciências, facilitando o acesso dos estudantes a equipamentos e materiais auxiliares de ensino, promovendo o desenvolvimento do espírito científico e cria condições para a dinamização de projetos e atividades científico-experimentais. As aulas nos laboratórios e clínicas são programadas obedecendo a infraestrutura e a logística necessária para a oferta do ensino de qualidade.

- **Relação dos Laboratórios**

- Laboratório de Anatomia Humana
- Laboratório de Microbiologia – Imunologia e Higiene de Alimentos
- Laboratório de Biologia Molecular
- Laboratório de Neurologia, Cinesioterapia e R.T.M.
- Laboratório de Eletrotermofototerapia

- Laboratório de Cinesiologia e M.T.A
- Laboratório Cardio Respiratório e de Fisiologia do Exercício
- Laboratório de Bromatologia
- Laboratório de Tecnologia de Alimentos
- Laboratório de Habilidades Clínicas
- Laboratório de Análise Sensorial
- Laboratório de Técnica Dietética
- Central de Esterilização
- Laboratório de Diagnóstico e Imagem
- Laboratório de Dentística
- Laboratório de Radiologia Geral
- Laboratório de Morfofuncional
- Laboratório de Técnicas Cirúrgicas
- Laboratório de Microscopia e Patologia Geral
- Laboratório de Parasitologia
- Laboratório de Botânica e Geologia
- Laboratório de Farmacognosia
- Laboratório de Química
- Laboratório de Farmacodinâmica e Fisiologia
- Laboratório de Farmacotécnica
- Laboratório de Zoologia
- Laboratório de Análises Clínicas I
- Laboratório de Análises Clínicas II
- Laboratório de Semiologia e Semiotécnica

- Laboratório de Simulação e Procedimentos de Enfermagem e Avaliação Nutricional
- Laboratório de Psicologia Experimental
- Laboratório de Fisiologia do Exercício
- Laboratório de Expressão Corporal
- Laboratório de Anatomia Animal
- Laboratório de Histopatologia
- Laboratório de Estética e Cosmética
- Biotério de Experimentação
- Centro Cirúrgico

- **Laboratórios do Centro de Biotecnologia**
 - Laboratório de Fertilização *in vitro*
 - Laboratório de Transferência de Embriões
 - Laboratório de Andrologia

- **Clínicas**
 - Clínica de Fisioterapia
 - Clínica de Fonoaudiologia
 - Clínica de Nutrição
 - Clínica de Radiologia
 - Clínica de Odontologia I
 - Clínica de Odontologia II
 - Clínica de Odontologia III

- Clínica do Bebê
- Clínica de Psicologia
- Clínica de Estética e Cosmética

- **Hospital Veterinário**
 - Ambulatórios para atendimento de animais de companhia
 - Canil
 - Canil de Internamento
 - Canil de Quarentena
 - Canil de Moléstias Infecciosas
 - Canil de Animais de Aula e Experimentação
 - Farmácia
 - Laboratório de Diagnóstico por Imagem
 - Sala de Interpretação Radiográfica
 - Sala de Esterilização
 - Centro Cirúrgico de Pequenos Animais
 - Centro Cirúrgico de Grandes Animais
 - Laboratório de Patologia Clínica
 - Laboratório de Técnica Operatória e Anestesiologia
 - Anfiteatro

Para além dos laboratórios e clínicas mencionados, o **Centro Universitário de Maringá** conta também com o Horto Botânico e Ateliê de Artes e também oferece importantes serviços à comunidade interna e externa.

No documento que segue¹⁰ apresentamos, de modo sintético, a estrutura de laboratórios, clínicas e do Hospital Veterinário do **Centro Universitário de Maringá**, onde são indicados a localização, a área em m², a capacidade de atendimento de estudantes, os cursos que utilizam a referida estrutura por área de atendimento, os equipamentos existentes na estrutura, os objetivos a que servem e demais aspectos referentes à logística necessária com a respectiva representação imagética.

DESCRIÇÃO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS SIGNIFICATIVAS

O **Centro Universitário de Maringá**, sempre atento às inovações tecnológicas para melhorar o fazer acadêmico prevê para o quinquênio 2011-2015 algumas inovações significativas, sendo as principais: em 2011, a implantação da rede *wireless* em todas as estruturas do campus sede; a implantação do sistema de controle de frequência discente eletrônica, em 2011 e 2012; a instalação de sistema multimídia em todas as salas de aula; a expansão da rede lógica com cabeamento estruturado em todos os setores; atualização do sistema de *Helpdesk*; a Implantação Sistema de Workflow de documentos; implantação do Sistema de Business Intelligence;

Além disso, a aplicação de novas tecnologias da EAD pode ser compartilhada com o ensino presencial do **Centro Universitário de Maringá**, sendo as principais dimensões desse compartilhamento:

1) Sala Virtual: disponibiliza o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle para as disciplinas do presencial. Há uma instalação desta ferramenta em uso desde 2005, disponível no endereço [HTTP://www.cesumar.br/moodle](http://www.cesumar.br/moodle).

2) Biblioteca Digital: um repositório de objetos de aprendizagem que onde estão incluídos vídeos, aulas gravadas e ao vivo, textos, tutoriais, apostilas, manuais, mídias interativas digitais (MIDI), além de permitir consultar o acervo da biblioteca central do Cesumar. Este recurso, hoje disponível a todos os alunos da EAD, pode ser também oferecido aos alunos de graduação e pós-graduação presenciais do Cesumar.

¹⁰ Anexo 8

3) Biblioteca Virtual Pearson: permite o acesso ao acervo digital da editora Pearson Education do Brasil, por meio de consultas pelo nome da obra ou autor. O usuário pode folhear eletronicamente cada uma das páginas, incluir anotações eletrônicas e ainda comprar créditos para imprimir até 50% da obra. Além disso, os alunos possuem descontos especiais para aquisição dos livros.

4) Estúdios: O NEAD CESUMAR conta com 4 (quatro) modernos estúdios para gravação e transmissão de conteúdos didáticos. Conta ainda com equipamentos para captura de imagens e elaboração de vídeos em outros ambientes da instituição ou até para cobertura de eventos externos. Ainda neste contexto, pode-se transmitir via satélite e internet os conteúdos aqui produzidos.

5) Celular: O NEAD hoje disponibiliza acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem via celular. Os alunos podem ler o material em PDF, participar dos Fóruns das disciplinas, acessar o calendário do curso e ser notificado de eventos importantes como aulas, entrega de trabalhos e provas. Além disso, podem responder em tempo real às Atividades de Estudo da disciplina.